

**Fundação Pedro Leopoldo**  
**Mestrado Profissional em Administração**

**Bruno Moreno de Menezes**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE**  
**PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: Um estudo com peritos**

**Fundação Pedro Leopoldo**  
**2022**

**Bruno Moreno de Menezes**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE  
PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: um estudo com peritos**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão e Estratégia em Organizações

Linha de Pesquisa: Gestão Estratégica e Mercados

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ester Eliane Jeunon

**Fundação Pedro Leopoldo  
2022**

658.1511  
M541e

MENEZES, Bruno Moreno de  
Educação financeira e sua influência na felicidade  
de profissionais autônomos: um estudo com peritos /  
Bruno Moreno de Menezes.

- Pedro Leopoldo: FPL, 2022.

150 p.

Dissertação: Mestrado Profissional em Administração,  
Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo,  
2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ester Eliane Jeunon

1. Felicidade.
  2. Educação Financeira.
  3. Peritos Judicial e Extrajudicial.
- I. Título. II. JEUNON, Ester Eliane, orient.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Diniz Ferreira**  
**CRB 6 -1590**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: "EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: Um estudo com peritos".

Nome do Aluno: Bruno Moreno de Menezes

Dissertação de mestrado, modalidade Profissionalizante, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

*Ester Eliane Jeunon*

---

Profa. Dra. Ester Eliane Jeunon - Orientadora - FPL Educacional

ELOISA HELENA  
RODRIGUES  
GUMARAES:885306416  
87

Assinado de forma digital por  
ELOISA HELENA RODRIGUES  
GUMARAES:885306416  
Data: 2023.03.17 16:10:46  
-0100

---

Profa. Dra. Eloisa Helena Rodrigues Guimarães - FPL Educacional

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

ADRIANE VIEIRA  
Data: 2023.03.17 16:10:46  
Verifique em: [brasil.gov.br](https://brasil.gov.br)

---

Profa. Dra. Adriane Vieira - UFMG

Pedro Leopoldo (MG), 17 de março de 2023.

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada: **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: Um estudo com peritos**, de autoria de Bruno Moreno de Menezes, sob a orientação da Professora Doutora Ester Eliane Jeunon, apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da FPL Educacional para obtenção do título de mestre em Administração. A revisão foi elaborada de acordo com o estilo da APA – American Psychological Association e as instruções do Manual para Editoração/Formatação de trabalhos acadêmicos do Mestrado Profissional em Administração, da Fundação Pedro Leopoldo, sob autoria das Professoras Doutoras Eloísa Helena Rodrigues Guimarães e Vera L. Cançado, editado em março de 2020.

Dados da Revisão:

- ❖ Apresentação gráfica
- ❖ Organização da capa e folha de rosto
- ❖ Estrutura do texto - elementos pré-textuais
- ❖ Estrutura do texto (Referencial teórico)
- ❖ Titulação
- ❖ Citações e Referências
- ❖ Tabelas e Figuras

Belo Horizonte (MG), 10 de fevereiro de 2023.

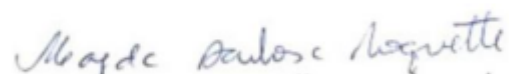


Revisar Consultoria  
Edna Generoso

**Fundação Pedro Leopoldo**  
**Mestrado Profissional em Administração**

Declaro que procedi à revisão gramatical e ortográfica e normatização APA da dissertação de mestrado intitulada **"EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: estudo com peritos"**, de autoria de **Bruno Moreno de Menezes**, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ester Eliane Jeunon.

Belo Horizonte, 12 de outubro de 2022



Revisora: Magda Barbosa Roquette de Pinho Taranto  
Lic.P-UFMG - 467/77

## **Agradecimentos**

Iniciei como um aluno de mestrado acreditando ser essa uma tarefa singela, uma simples continuidade do meu caminhar da graduação. Agora, porém, já tendo colocado em prática muito do que aprendi e constantemente aprendo com meus estudos e meus viveres, não foi preciso muito tempo para perceber o quão equivocado eu estava com essa ideia da simplicidade dessa jornada tão complexa e cheia de aprendizados. Tive que me desconstruir e me reconstruir em diversas áreas do meu interior, revisando meus conhecimentos, repensando meus modos de aprendizado, criando mais relações e reaprendendo a arte de pedir apoio a todos os que eu amo e fazem parte da minha vida.

Essa jornada só foi possível por todo o apoio que tive e tenho das tantas pessoas que cruzam meu caminho. Seja pelos apoios emocionais, quando desabafei tantas vezes minhas inseguranças e meus estresses, pela compreensão de eu desmarcar compromissos e negar viagens por estar com os prazos apertados, pelo apoio financeiro e incentivos de continuar investindo meu tempo e dinheiro em mim, pelos apoios de discussões em cima do meu tema e revisão das minhas escritas e críticas construtivas.

Desta feita, meus agradecimentos trespassam todas as pessoas que eu amo e todos que tiveram qualquer contato acadêmico comigo, apoiando e incentivando-me nessa jornada. Entretanto, acho digno destacar alguns nomes em especial, que representaram toda a gratidão que quero expressar a todos que de alguma maneira me tocaram durante esse percurso.

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Ester Eliane Jeunon, que muito além de me orientar me ajudou a manter a calma e acreditar que eu seria capaz e que eu conseguiria realizar este grande projeto.

Aos meus colegas e professores.

Ao meu pai, Guilherme Menezes, por ter sido quem me convenceu sobre a importância do mestrado em minha vida profissional. Apoiou-me de tantas maneiras quanto possível. E mesmo que muitas vezes com sua comunicação mais rígida, ainda me fez me sentir amparado e com forças para superar cada obstáculo.

A minha mãe, Heloisa Moreno, que entre tantos apoios emocionais que tive, ela com certeza foi o maior. Minhas dores foram divididas e minhas alegrias foram multiplicadas com sua presença, mesmo que virtual na maior parte do tempo. Cada apoio emocional que tive foi o que me fez superar o sentimento de desistir que admito ter sentido tantas vezes nessa longa trilha.

Ainda sobre o apoio emocional, agradeço aos meus amigos e familiares que estiveram mais presentes em meus desabafos. A Adriana, Lice, Dé, Gabi, Guga, Leo, Mari, Múmia, Paôla, Thiago 2 e Tuliota. Meu agradecimento a eles se estende a todos meus amigos e familiares que mesmo sem me ouvir desabafar sempre fazem a minha vida mais leve e feliz.

A minha tia Bebe, a Mari, Gabi, Adriana e Carla e Lice.

A todos que me apoiaram com suas opiniões, correções, conhecimentos e críticas até aqui.

Obrigado a todos, de coração!



A todos que ousam mergulhar para dentro de si e estudar o mundo de fora da caverna, almejando sempre se tornar pessoas melhores e mais felizes.

A todos que acreditam na ciência, em si mesmos e no enorme poder transformador que cada um de nós carrega.

## Resumo

Menezes, Bruno Moreno de. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA FELICIDADE DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS: Um estudo com peritos.** 144 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo Educacional (FPL). Pedro Leopoldo (MG).

**Introdução** – A felicidade é um dos símbolos mais abordados e buscados na história da humanidade. Por isso diante das transformações ocorridas na sociedade moderna, em especial no mundo corporativo, têm exigido dos indivíduos, sobretudo dos profissionais, uma capacidade cada vez maior de adaptação. Encontrar o equilíbrio necessário para lidar com situações inesperadas, e buscar mecanismos e estratégias capazes de minimizar os impactos de situações adversas, tem sido um grande desafio. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi analisar a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade dos profissionais autônomos peritos. **Relevância/originalidade:** Pessoas felizes são sinais de mais produtividade, menor índice de doenças, melhor ordenamento social, entre outros. Desta forma, esse estudo se tornou relevante em função da necessidade de compreensão sobre uma possível associação da educação financeira com o nível de felicidade dos peritos judiciais e extrajudiciais. **Metodologia/abordagem:** Com o uso de metodologia quantitativa, procedeu-se à investigação descritiva. Foi elaborado um questionário - formulado a partir do Indicador de Educação Financeira (INDEF), organizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em parceria com o Serviço de Assessoria S.A. (SERASA) - e a Escala Subjetiva de Felicidade. Tendo sido aplicados 110 questionários via Google Forms aos peritos do Brasil. **Principais resultados:** Os resultados revelaram que os profissionais peritos possuem educação financeira acima da média. Tal resultado foi impulsionado até mesmo pelo exercício da profissão de perito, que exige constantes especializações. Mais de 80% dos entrevistados possuem duas ou mais especializações, incluindo graduação, mestrado e doutorado. Ao associar o resultado da educação financeira à felicidade, constatou-se que os profissionais que possuem renda considerada satisfatória tendem a ser mais felizes e, apesar de se preocuparem com algum investimento para o futuro, não fazem disso suas prioridades. Já os profissionais que não se emanciparam e ganham até um salário-mínimo manifestaram menor índice de felicidade. **Contribuições teóricas/metodológicas:** Tais resultados corroboram com os já encontrados na literatura, ou seja, a educação financeira é fundamental para que os indivíduos consigam organizar-se para atender às suas necessidades básicas. Após tais necessidades atendidas, a felicidade estará mais associada às outras questões que não necessariamente financeiras. apesar de identificar-se na análise estatística diversas associações no que tange a renda mensal própria e variáveis sobre a percepção de felicidade. **Contribuições sociais/para a gestão:** Este estudo foi primordial para ampliar a visão sobre os conhecimentos relativos a educação financeira e a percepção de felicidades por parte dos peritos judiciais e extrajudiciais. **Aderência à linha de pesquisa:** esta dissertação atende aos preceitos e pré-requisitos de um mestrado profissional, cujo intuito é aproximar a academia do ambiente de negócios com estudos aplicados. Está vinculado à linha de pesquisa Gestão Estratégica e Mercados do Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo.

**Palavras-chave:** Felicidade. Educação Financeira. Peritos judicial e extrajudicial.

## Abstract

Menezes, Bruno Moreno de. **FINANCIAL EDUCATION AND ITS INFLUENCE ON THE HAPPINESS OF SELF-EMPLOYED PROFESSIONALS: A study with experts.** 144 sheets. Dissertation (Master's in Administration) – Professional Master's in Administration Course at Fundação Pedro Leopoldo Educacional (FPL). Pedro Leopoldo (MG).

**Introduction** – Happiness is one of the most discussed and sought after symbols in the history of humanity. Therefore, faced with the transformations occurring in modern society, especially in the corporate world, individuals, especially professionals, have been demanding an increasingly greater capacity for adaptation. Finding the necessary balance to deal with unexpected situations, and seeking mechanisms and strategies capable of minimizing the impacts of adverse situations, has been a major challenge. **Objective:** The objective of this study was to analyze the relationship between the level of financial education and the perception of happiness of self-employed expert professionals. **Relevance/originality:** Happy people are signs of more productivity, lower disease rates, better social order, among others. Therefore, this study became relevant due to the need to understand a possible association between financial education and the level of happiness of judicial and extrajudicial experts. **Methodology/approach:** Using quantitative methodology, descriptive research was carried out. A questionnaire was prepared - formulated based on the Financial Education Indicator (INDEF), organized by the Brazilian Institute of Public Opinion and Statistics (IBOPE) in partnership with the SA Advisory Service (SERASA) - and the Subjective Happiness Scale. 110 questionnaires were administered via Google Forms to experts from Brazil. **Main results:** The results revealed that expert professionals have above average financial education. This result was even driven by the exercise of the expert profession, which requires constant specialization. More than 80% of respondents have two or more specializations, including undergraduate, master's and doctoral degrees. When associating the result of financial education with happiness, it was found that professionals who have income considered satisfactory tend to be happier and, despite worrying about some investment for the future, they do not make this their priority. Professionals who did not emancipate themselves and earn up to the minimum wage showed a lower level of happiness. **Theoretical/methodological contributions:** These results corroborate those already found in the literature, that is, financial education is fundamental for individuals to be able to organize themselves to meet their basic needs. After these needs are met, happiness will be more associated with other issues that are not necessarily financial. despite identifying in the statistical analysis several associations regarding own monthly income and variables on the perception of happiness. **Social/management contributions:** This study was essential to expand the view on knowledge regarding financial education and the perception of happiness on the part of judicial and extrajudicial experts. **Adherence to the line of research:** this dissertation meets the precepts and prerequisites of a professional master's degree, whose aim is to bring academia closer to the business environment with applied studies. It is linked to the Strategic Management and Markets research line of the Professional Master's in Administration at Faculdade Pedro Leopoldo.

**Keywords:** Happiness. Financial education. Judicial and extrajudicial experts.

## Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	<b>16</b>
1.1 Problematização .....	17
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo geral.....	20
1.2.2 Objetivos específicos .....	21
1.3 Justificativa .....	21
<b>2 Referencial Teórico</b> .....	<b>24</b>
2.1 A felicidade: principais aspectos .....	24
2.1.1 A percepção de felicidade pelos indivíduos.....	28
2.1.2 A felicidade e seus impactos sociais .....	31
2.1.3 Felicidade interna bruta (FIB).....	35
2.1.4 A felicidade nos países .....	38
2.2 Educação financeira .....	42
2.2.1 A educação financeira e seus significados.....	43
2.2.2 A educação financeira no Brasil.....	46
2.2.3 A educação financeira x alfabetização financeira.....	51
2.2.4 Educação financeira x comportamento econômico .....	54
2.3 Perito judicial e extrajudicial.....	58
2.3.1 A profissão de perito no Brasil .....	60
2.3.2 Perito judicial e extrajudicial como profissional autônomo.....	62
<b>3 Metodologia</b> .....	<b>67</b>
3.1 Caracterização da pesquisa.....	67
3.2 Unidade de observação .....	68
3.3 População.....	68
3.4 Procedimentos para coleta de dados.....	69
3.5 Procedimentos para análise dos resultados.....	71
3.5.1 Limpeza dos dados – Verificação de missing e outlier .....	71
3.5.2 Análise de confiabilidade .....	72
3.5.3 Estatística descritiva das escalas.....	72
3.5.2 Análise de correlação.....	73
<b>4 Apresentação e discussão dos resultados</b> .....	<b>75</b>
4.1 Apresentação dos Resultados .....	75
4.1.1 Pesquisa quantitativa .....	75
4.1.2 Características dos entrevistados .....	75
4.1.3 Índice de educação financeira: conhecimentos básicos .....	81
4.1.4 Índice de educação financeira: conhecimentos avançados.....	87
4.1.5 Índice de educação financeira: Comportamento .....	90
4.1.6 Índice de educação financeira: Atitude.....	91
4.1.7 Percepção de felicidade.....	94
4.1.8 Análise estatística .....	96
4.1.8.1 Análise de dados ausentes (missing e outlier).....	96
4.1.8.2 Análise de confiabilidade por meio do coeficiente de Cronbach.....	96
4.1.9 Estatística descritiva do questionário de pesquisa (escala Likert) .....	97
4.1.9.1 Resultados da escala de Likert: índice de educação financeira e percepção da felicidade mensurados na pesquisa .....	97
4.1.9.2. Teste de normalidade das variáveis índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade. ....	99
4.1.9.3. Coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade.....	100

4.2 Discussão dos resultados .....	108
<b>5 Considerações Finais.....</b>	<b>114</b>
5.1 Considerações gerenciais.....	114
<b>Referências .....</b>	<b>116</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>130</b>
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre-TCLE.....	130
Apêndice B – Questionário de Pesquisa.....	131
<b>Anexos.....</b>	<b>135</b>
Anexo A – Projeto Lei 1.229/2007.....	135

## Lista de Abreviaturas e Siglas

a.C.	Antes de Cristo
APA	<i>American Psychological Association</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo
EFS	Escala de Felicidade Subjetiva
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIB	Felicidade Interna Bruta
GNH	<i>Gross National Happiness</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDEF	Indicador de Educação Financeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPED	Instituto Politécnico de Ensino a Distância
ISS	Imposto sobre Serviço
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences.

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b>	Ranking de classificação dos 52 países mais felizes do mundo 2023.....	41
<b>Tabela 2</b>	Áreas de peritos atuantes .....	69
<b>Tabela 3</b>	Classificação dos valores de Correlação de Pearson .....	74
<b>Tabela 4</b>	Educação financeira – Comportamento .....	90
<b>Tabela 5</b>	Educação financeira – Atitude .....	92
<b>Tabela 6</b>	Percepção de felicidade - Escala de Felicidade Subjetiva .....	94
<b>Tabela 7</b>	Dados ausentes ou omissos .....	96
<b>Tabela 8</b>	Estatísticas de confiabilidade – Alpha de geral.....	96
<b>Tabela 9</b>	Estatísticas de confiabilidade – Alpha de Cronbach se o item for excluído.....	97
<b>Tabela 10</b>	Resultados sobre índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade .....	98
<b>Tabela 11</b>	Testes de normalidade.....	99
<b>Tabela 12</b>	Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em geral, acho que sou.....	100
<b>Tabela 13</b>	Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou. ....	101
<b>Tabela 14</b>	Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acho que sou. ....	101
<b>Tabela 15</b>	Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Gênero ...	102
<b>Tabela 16</b>	Coeficientes de correlação: “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente”. ....	103
<b>Tabela 17</b>	Coeficientes de correlação: “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”.....	104
<b>Tabela 18</b>	Coeficientes de correlação: “O dinheiro é feito para gastar”. ....	106
<b>Tabela 19</b>	Coeficientes de correlação: “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”. ....	107

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> Média por desvio-padrão de felicidade e bem-estar.....	39
<b>Figura 2</b> Mapeado: Os países mais felizes do mundo em 2023.....	40
<b>Figura 3</b> Estudo OCDE.....	50
<b>Figura 4</b> Sequência de fatos lógica do trabalho do perito.....	61
<b>Figura 5</b> Análise do coeficiente Alfa de Cronbach.....	72
<b>Figura 6</b> Gênero .....	75
<b>Figura 7</b> Faixa etária dos respondentes .....	76
<b>Figura 8</b> Dependentes .....	77
<b>Figura 9</b> Estado Civil .....	77
<b>Figura 10</b> Formação .....	78
<b>Figura 11</b> Tipo de formação.....	79
<b>Figura 12</b> Tipo de perícia dos respondentes .....	80
<b>Figura 13</b> Faixa de renda média mensal própria. ....	81
<b>Figura 14</b> Suposição: Conta poupança R\$100,00 com taxa a 10% de juros.....	82
<b>Figura 15</b> Suposição: Herança de José e Pedro. ....	82
<b>Figura 16</b> Suposição: Herança de José e Pedro. ....	83
<b>Figura 17</b> Suposição: Renda e preço de bens dobrado em 2014.....	84
<b>Figura 18</b> Suposição: Empréstimo com duração de 15 e 30 anos e suas variações de juros. ....	84
<b>Figura 19</b> Suposição: Empréstimo de 10.000,00 e a taxa de juros a pagar. ....	85
<b>Figura 20</b> Suposição: Empréstimo de 10.000,00 e a taxa de juros a pagar. ....	86
<b>Figura 21</b> Suposição: Recebimento de doação de 1.000,00 dividida por cinco amigos.....	86
<b>Figura 22</b> Tipo de ativo para um longo período de tempo (ex.: 10 anos), de maior retorno financeiro. ....	87
<b>Figura 23</b> Tipo de ativo que apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo. .	88
<b>Figura 24</b> Risco de um investidor de perder dinheiro se distribuir seu investimento entre diferentes ativos. ....	88
<b>Figura 25</b> Um investimento com alta taxa de retorno tem alta taxa de risco. ....	89
<b>Figura 26</b> Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe.....	89



## 1 Introdução

As transformações ocorridas na sociedade moderna, em especial no mundo corporativo, têm exigido dos indivíduos, sobretudo dos profissionais, uma capacidade cada vez maior de adaptação. Encontrar o equilíbrio necessário para lidar com situações inesperadas, e buscar mecanismos e estratégias capazes de minimizar os impactos de situações adversas, tem sido um grande desafio.

Frases como: “dinheiro não compra a felicidade”; ou a famosa frase de Machado de Assis “o dinheiro não traz felicidade – para quem não sabe o que fazer com ele”; e até memes utilizados por empresas: “dinheiro não compra a felicidade, mas compra açaí, que é quase a mesma coisa”; fazem parte do cotidiano popular, demonstrando o quanto este tema continua atual.

Este tema é tão antigo quanto a própria humanidade, ainda havendo muito a se pesquisar sobre ele. São diversas as formas de abordagem do tema; uma delas é analisar a relação da felicidade com o dinheiro. Se, por um lado, o neoliberalismo impulsionou as pessoas a associarem a felicidade ao dinheiro, por outro, os estudos comprovam que a partir do atendimento das necessidades básicas os indivíduos tendem a distanciar a associação da felicidade ao dinheiro.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, há ainda uma insegurança financeira da população, especialmente em virtude do aumento constante da inflação, da queda na renda e do avanço do desemprego, lidando com certo desequilíbrio em sua conjuntura econômica. Em 2021, 69,7% das famílias brasileiras estavam endividadas. Deste percentual, 26,7% eram inadimplentes (Gonçalves, 2022). Esses números reforçam a necessidade de se investigar sobre esta temática, bem como promover investigações que demonstrem a importância da educação financeira, já que esse assunto é pouco discutido e trabalhado na sociedade contemporânea, seja na escola, no ambiente profissional ou até mesmo nas instituições de ensino superior.

Como já aludido, em um momento marcado pelo desequilíbrio na conjuntura econômica, é essencial que os trabalhadores, incluindo os profissionais autônomos e liberais, passem a planejar e a controlar a renda mensal, pois, dessa forma, o

endividamento será combatido de maneira mais efetiva, evitando-se gastar mais do que se pode pagar (Silva Neto, Ferreira, Vieira, Figueiredo, 2016).

Este estudo teve por finalidade analisar a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade dos profissionais autônomos peritos. Para alcançá-lo, utilizou-se metodologia de abordagem quantitativa, aplicada a partir de questionário baseado em duas escalas principais, sendo elas: Escala de Felicidade Subjetiva (EFS) e o Indicador de Educação Financeira (INDEF), calculado com os seguintes pesos: Conhecimento (25%), Comportamento (50%) e Atitude (25%), direcionado aos peritos judiciais e extrajudiciais do Brasil, aplicado com o auxílio da ferramenta Google Forms. Após a coleta, procedeu-se a tabulação dos dados por meio do Microsoft Excel, para análise dos dados utilizou-se o SPSS Statistical Package for the Social Sciences. A análise e discussão dos resultados foi realizada pela comparação dos dados obtidos com os achados encontrados na literatura.

Esta dissertação está estruturada em cinco seções, incluindo esta Introdução, abarcando aspectos gerais que nortearam esta pesquisa e a apresentação geral do estudo. Referencial teórico, em que se buscou o embasamento teórico a partir da compreensão de outros estudos, sendo subdividido em outros três subtítulos, com a finalidade de clarear os principais eixos deste estudo: felicidade, educação financeira e os peritos judiciais e extrajudiciais. Metodologia. Apresentação e discussão dos resultados. E, por fim, considerações finais e gerenciais.

### **1.1 Problematização**

O conhecimento sobre administração financeira pessoal é uma das estratégias indicadas para orientar como adquirir e manter bens e valores que irão compor o patrimônio de pessoas e famílias. Barros & Jeunon (2012) enfatizam: Muitos estudos sobre finanças comportamentais investigam não só o comportamento das pessoas com o dinheiro, mas também as crenças e valores envolvidas nessa relação (A educação e conscientização financeira, nesse contexto, permitem que os indivíduos desenvolvam habilidades que possibilitem melhor gestão da renda que auferem por meio do trabalho (Silva Neto et al., 2016).

A educação financeira faz parte das finanças comportamentais, que por sua vez

compreendem-se como um novo ramo na teoria financeira, que investigam, analisam e consideram os aspectos psicológicos dos indivíduos nas tomadas de decisões em relação as suas finanças (Barros & Jeunon, 2012). Assim, uma vez que a felicidade é um estado psicológico, a compreensão de sua relação com o comportamento e educação financeira passa a ser também fundamental para compor essa linha de pesquisa.

A fim de que a educação financeira seja viabilizada, o acesso ao conhecimento é de suma importância. O indivíduo precisa, portanto, passar por um processo de alfabetização financeira, que inclui o conhecimento de ferramentas de controle de recursos e de controle de gastos. (Silva Neto et al., 2016).

Para Claudino et al. (2009) a ausência de um planejamento financeiro pode impulsionar o endividamento e desencadear sensações negativas nesse indivíduo. Souza (2015) esclarece que a partir do momento em que o trabalhador possui renda mensal garantida, as chances de endividamento são maiores.

Souza (2015), por seu turno compreende que o forte endividamento dos profissionais autônomos e liberais são potencializados basicamente por dois fatores: 1) o convencimento de que estão em situação estável e 2) a expectativa de obtenção de um salário maior.

Sobre os trabalhadores autônomos, Souza (2015), sublinha que estes comercializam e disponibilizam um produto e/ou serviço com o intuito de obter lucro, podendo ser variável, dependendo do nicho onde atuam, incluindo possibilidades de haver certa sazonalidade. Por sua vez, Martins (2013) reconhece o trabalhador autônomo como toda pessoa que presta de maneira contínua algum tipo de serviço para uma ou mais pessoas, assumindo inclusive os riscos inerentes às atividades econômicas desempenhadas.

Já os profissionais liberais de acordo com Antonialli, Colli, Figueiredo, Alfredo e Oliveira (2010), são indivíduos que atuam em certo campo de forma autônoma. Em geral esses profissionais são dotados de formação superior ou técnica legalmente reconhecida (Gomes & Sorato, 2010). Além disso, possuem autonomia profissional o

que lhe permite se adaptar a diferentes tipos de vínculos empregatícios. Costa (2018) explica que as principais características dessa categoria profissional, além da autonomia profissional, são a possibilidade de tomar decisões por conta própria, a não subordinação, a prestação de serviços pessoais, o desenvolvimento de regras específicas e peculiares para a prestação do atendimento profissional e a personalização de tal prestação. Os profissionais liberais necessitam atender as diretrizes determinadas por Conselhos de classe profissional de acordo com sua área de formação e no qual estão vinculados, devendo se manter em dia com suas obrigações.

Silva Neto et al. (2016) salientam, que as pessoas tendem a dar mais ênfase no planejamento financeiro, em um contexto de recessão econômica, por exemplo, uma vez que esse momento pode aumentar a preocupação dos indivíduos diante da possibilidade de enfrentar dificuldades financeiras.

Ademais a alfabetização financeira é uma estratégia reconhecida como um elemento que garante a estabilidade financeira, impactando diretamente no comportamento das pessoas (Claudino, Nunes & Silva, 2007). Para Assaf Neto (2010) o acesso à informação, possibilita aos trabalhadores alcançar um bem-estar financeiro mais efetivo. Além disso, as atitudes comportamentais estão diretamente ligadas às decisões tomadas e aos aspectos financeiros e psicológicos que impactam a vida dos sujeitos.

Estudos de Santana, Bezerra, Santana e Oliveira (2017) desenvolvido com universitários iniciantes no curso de Ciências Contábeis, mostraram que a educação financeira possui impacto direto na tomada de decisões, e a formação acadêmica coopera para melhoria acerca de decisões no campo financeiro. Os autores reforçam: A educação financeira é um assunto de fundamental importância para a sistematização de uma população, dos quais o propósito principal é satisfazer sobretudo as demandas individuais. (Santana, et al., 2017 p. 9).

Farsen, Boehs, Ribeiro, Biavati e Silva (2018), apresentam a seguinte reflexão ao fim de sua pesquisa: O trabalho torna-se verdadeiramente central na medida em que proporciona ao trabalhador condições que viabilizam o desenvolvimento da

autoestima, do autoconceito, de realização, de crescimento, sendo fonte de satisfação, qualidade de vida, bem-estar e felicidade. (Farsen, et al., 2018 p. 38). Desse modo pode se inferir que a educação financeira pode contribuir com a estabilidade econômica pessoal, e por conseguinte aumentar o nível de felicidade. Além disso, a estabilidade econômica é um fator persistente nas pesquisas de felicidade. Além disso, a realização de pesquisas qualitativas que enderecem à compreensão sobre o que é felicidade no trabalho e como ela é demonstrada pelas pessoas, se faz necessária. Na tentativa de respostas para a pergunta feita inicialmente: Do contrário, será central somente no sentido do tempo despendido no trabalho, deixando de cumprir funções psicológicas relevantes e de construção de sentimentos preponderantemente positivos, que favoreçam o equilíbrio saudável entre trabalho e demais espaços de vida; Na prática, os fenômenos analisados podem auxiliar na construção de organizações com características e práticas saudáveis, uma vez que tem como foco a saúde biopsicossocial dos trabalhadores; Além disso, buscar planejar atividades que vão ao encontro tanto das competências individuais quanto dos objetivos organizacionais proporciona significado positivo aos trabalhadores o que facilita a sua realização profissional. (Farsen, et al., 2018 p. 38).

Bugarin (2013) explica que a identificação de aspectos comportamentais que perpassam pelo consumo e pelo investimento tem sido necessária para a descrição da atitude e comportamento financeiro e como os resultados dessas ações diárias são refletidos em seus níveis de felicidade. Nesse contexto a questão norteadora dessa pesquisa é: **Qual a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade dos profissionais autônomos peritos?**

## **1.2 Objetivos**

Neste tópico são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos.

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade dos profissionais autônomos peritos.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Mapear o grau de educação financeira dos peritos participantes da pesquisa por meio do indicador de educação financeira.
- b) Identificar a percepção dos peritos sobre a importância da educação financeira.
- c) Medir o índice de felicidade dos peritos participantes da pesquisa, por meio da Escala de Felicidade Subjetiva.
- d) Identificar a percepção dos peritos sobre a relação entre felicidade e ganhos financeiros.

### **1.3 Justificativa**

Este estudo se justifica inicialmente por ter como foco a educação financeira, especialmente em função do crescente o número de profissionais que se endividam, mesmo possuindo uma renda razoável. Complementando Fischer (2010) reconhece que para que esses indivíduos não se sintam tão frustrados em suas vidas pessoais – como ter uma renda que supra apenas as dívidas a serem pagas –, a empresa deve capacitar e aproveitar o que há de melhor nesses profissionais. Assim investimentos em conhecimento – inclusive sobre gerenciamento de finanças –, nas competências e habilidades e em formas de cooperação aumenta a produtividade e os níveis de satisfação na empresa, afinal, um colaborador feliz e satisfeito é mais produtivo, criativo e mais confiante, o seu desempenho se dá de forma diferencial. Por esse motivo, as empresas que buscam pelo sucesso prezam pela presença de colaboradores felizes e, dessa forma, têm atribuído atenção especial a esse fato. (Maio, 2016; Dutra, 2020; Fisher, 2010; Sender & Fleck, 2017).

Além disso, a relevância desse estudo pauta-se em demonstrar a felicidade no trabalho como um fator elementar ao bom desempenho da organização e de seus colaboradores. A felicidade não combina com ambientes ríspidos e sisudos, mas sim com um espaço descontraído e atento às necessidades das pessoas que fazem parte daquele núcleo (Maio, 2016). Todavia, como será demonstrado, não basta o oferecimento de uma boa renda para que esse indivíduo esteja feliz (Gavin & Mason, 2004). A conscientização quanto à importância do planejamento e controle financeiro é fundamental, pois essa é uma das demandas da sociedade como um todo.

Para a academia, este estudo se justifica por contribuir com a literatura, sendo utilizadas importantes bases de pesquisa como SciELO (Scientific Eletronic Library Online), PUBMED e Quali Capes, MEDLINE (Medical Literature Analyse and Retrieval System Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), além do Google Scholar em busca de teses e dissertações. Observou-se uma temática ainda pouco explorada por estudiosos e pesquisadores. Sendo assim os resultados gerados por este estudo pode contribuir com o meio científico incentivando novos estudos pautados nos achados do presente estudo. Além disso a academia, pode ter subsídios para ampliação do estudo em outros setores, servindo como ponte entre informações científicas e o pragmatismo. E, no caso deste estudo, contribui com a classe dos profissionais autônomos, especialmente dos peritos, que conseguirão traçar estratégias para administrar suas finanças e, conseqüentemente, terão mais motivação do exercício profissional.

Para as IES, este estudo se propõe a enriquecer a compreensão sobre o nível de educação financeira e sua relação com a felicidade na percepção de peritos (profissionais liberais/autônomos). Os gestores das empresas devem criar estratégias para que o dia a dia de trabalho seja saudável e que os resultados positivos sejam refletidos na vida pessoal desses colaboradores. O mundo se torna cada vez mais instável e, dessa forma, a felicidade é o principal objetivo a ser alcançado (Dutra, 2020). Não basta que as empresas ofereçam boa remuneração para esses funcionários se eles não sabem como fazer uso consciente de tais recursos, o que torna o investimento em educação financeira fundamental.

Nesse contexto, pode-se aludir que estudos que trabalhem com a felicidade proporcionam ganhos para sociedade e para o mercado, uma vez que o indivíduo desempenhará melhor suas atividades e será mais produtivo. O trabalho em uma organização que preza pela felicidade ajuda o indivíduo a substituir o sentimento de frustração, que gera a má performance, pela satisfação, que gera a felicidade e, com isso, o aumento no desempenho (Drucker, 2005). As empresas devem investir na melhoria contínua do clima organizacional por meio de práticas que sejam transparentes e que privilegiam as pessoas que querem contribuir mais, mas que não se sentem motivadas (Maio, 2016). E ainda, em um mundo que se torna cada vez mais globalizado, as empresas devem compreender que apenas colaboradores

motivados conseguem aumentar o seu desempenho. O principal desafio é o de gerar as emoções positivas (Sender & Fleck, 2017). Ademais, é essencial o investimento em ações que prezem pela melhoria da qualidade de vida e que aumentem o progresso no ambiente de trabalho.

Para a pesquisador, desenvolver uma pesquisa sobre educação financeira e sua influência na felicidade de peritos, profissionais autônomos, foi uma inquietação, mensurar essa percepção relacionada a felicidade. Assim, esse estudo buscou investigar profissionais peritos judiciais e extrajudiciais, escolha justificada por seu exercício autônomo na profissão, necessitando que eles trabalhem com um processo de organização financeira pessoal constante, uma vez que não há valor fixo ou benefício. Além disso, por se tratar do campo de atuação profissional do pesquisador, possibilita o reconhecimento e adesão para as respostas.



## **2 Referencial Teórico**

O referencial teórico deste estudo está dividido em três grandes tópicos que tiveram como objetivo sustentar os principais eixos desta pesquisa a partir de outros estudos. Na primeira parte, buscou-se definir, conceituar, bem como demonstrar estudos que apresentem ferramenta para se investigar a felicidade. Na sequência, o segundo eixo - “educação financeira” - também buscou base conceitual e ferramentas válidas e testadas para mensurar a educação financeira. E, por fim, no terceiro tópico, realizou-se uma contextualização geral sobre os peritos no Brasil, desde seus aspectos legais e seus desafios como profissionais autônomos.

### **2.1 A felicidade: principais aspectos**

Desde os primórdios da história da humanidade a felicidade é um tema discutido por diversos pensadores, em todas as épocas. A busca por felicidade move a humanidade para novos patamares na arte, na cultura e no desenvolvimento científico. A felicidade já foi discutida pelos mais antigos filósofos até os mais atuais pensadores, perpassando pelo mundo filosófico, espiritual e, mais recentemente, científico. Sócrates, Aristóteles, Nietzsche, Freud, Dalai Lama, Coen, entre outros, podem ser considerados exemplos nessa busca de compreender não só como o indivíduo enxerga a felicidade, mas também como direciona seu caminho a fim de poder encontrá-la. Dentro da Filosofia, a discussão sobre a felicidade remete aos tempos de Aristóteles, o qual defendia a felicidade como o objetivo de todo homem, possível então apenas por meio dos exercícios das virtudes alinhadas à vida em sociedade (Graziano, 2005).

Assim, movimentos como o estoicismo, que estudava a felicidade como o objetivo final da vida, devendo o homem procurar suas essências para alcançá-la surgiu por volta dos séculos III e IX a.C. Na Grécia Antiga, o filósofo Tales considerava que a pessoa feliz era aquela que possuía o corpo forte, sadio e alma bem evoluída e de sucesso. Desde esses tempos muito se discute sobre o que é a felicidade e como é percebida. Durante toda a história denota-se apontamentos e preocupações sobre a felicidade. Como o foco dessa pesquisa não é voltar-se para as discussões filosóficas e até mesmo teológicas, bases das vertentes de conhecimento que se inclinaram ao estudo

da felicidade, faz-se um salto ao século XX. Naquele século, o filósofo Bertrand Russel resgata as discussões sobre a necessidade de o homem buscar sua felicidade sem necessariamente aceitá-la como dádiva divina, apropriando-se de alguns valores do estoicismo, especialmente ao indicar a importância de o homem integrar-se na sociedade e buscar também a felicidade do outro na medida em que busca a sua própria. (Graziano, 2005).

Graziano (2005) preleciona que, em uma perspectiva histórica mais contemporânea, Delumeau cita que estudos sobre a felicidade e a própria busca pela felicidade passaram a ser influenciados pelo pessimismo das ideias de Shopenhauer, Nietzsche e até mesmo Freud, que desencadearam uma onda pessimista em grande parte do pensamento filosófico durante todo o século XX. No entanto, pode-se enfatizar que, no final do século XX, muitos estudiosos voltaram a investigar a felicidade. Alguns desses estudiosos foram responsáveis por criar vertentes e, com isso, se destacar. Posto isso, pode-se mencionar Martin Seligman, considerado o pai da Psicologia positiva e diretor durante muitos anos do American Psychological Association (APA). Ele desenvolveu centros de estudos da felicidade da Universidade de Princeton e Pensilvânia (Estados Unidos da América -EUA), onde realizou uma série de pesquisas que resultaram artigos, ferramentas de medição e livros de sua autoria. Para Seligman e Capelo (2004, p. 333-338),

A palavra em si não é um termo da teoria (ao contrário de prazer e flow, que são entidades quantificáveis com respeitáveis propriedades psicométricas, isto é, demonstram certa estabilidade em relação ao tempo e confiabilidade entre os observadores). Felicidade, enquanto termo, é como cognição, no campo da Psicologia cognitiva, e como aprendizagem, dentro da teoria da aprendizagem: dão nome a um campo, mas não exercem qualquer papel nas teorias, dentro daqueles campos. A felicidade, que é o objetivo da Psicologia positiva, não se resume a alcançar estados subjetivos momentâneos. Felicidade também inclui a ideia de uma vida autêntica [...] e autenticidade descreve o ato de obter gratificação e emoção positiva através do exercício das próprias forças pessoais, que são caminhos naturais e permanentes para a gratificação. Capelo (2004, p. 333-338):

Assim, na Psicologia os estudos sobre a felicidade consideram também as questões subjetivas, ou seja, um campo subjetivo que interfere na compreensão dos indivíduos e dos grupos sobre a felicidade.

Partindo para os estudos organizacionais, Rodrigues e Shikida (2005) dissertam que

a percepção de felicidade pode ser definida como o prazer de viver, o que inclui a reflexão que cada indivíduo faz sobre a própria história.

A ideia de “felicidade” é associada a diversos conceitos e noções, de modo que a sua definição é tarefa complexa, em virtude da abrangência de definições que comporta (Corbi & Menezes-Filho, 2006). De modo geral, pontua-se que ela pode ser associada à satisfação de um indivíduo com eventos, situações e fenômenos específicos experienciados no dia a dia. Não é algo vivenciado apenas uma vez, mas sim na vida como um todo (Veenhoven, 2007).

A felicidade, nesse âmbito, manifesta-se no passado, presente ou futuro de um sujeito à medida que este aprecia certas experiências (Ferraz, Tavares, & Zilberman, 2007). Também há que se registrar que a felicidade aparece em períodos diferentes da vida de um ser humano, e para cada situação atribuem-se pesos diferentes em sua própria escala de avaliação. A felicidade é associada ao bem-estar humano e, dessa forma, assume duas dimensões: a objetiva e a subjetiva.

A dimensão objetiva é aquela que pode ser visualizada por outras pessoas com as quais o indivíduo feliz tem contato, podendo ser observada e mensurada por alguém que está de fora (Corbi & Menezes-Filho, 2006). Esse tipo de felicidade costuma ser refletido em condições de vida passíveis à mensuração por meio de certos tipos de indicadores específicos, como nutrição, saúde, moradia, contato com a criminalidade, etc. (Gianetti, 2002). Por outro lado, a felicidade também assume dimensão subjetiva. Ela corresponde à experiência e à vivência individual da pessoa, isto é, àquilo que passa na sua mente de maneira espontânea quanto às suas percepções relacionadas à vida que tem levado (Gianetti, 2002). Mesmo que cada dimensão tenha as suas próprias peculiaridades, percebe-se que ambas estão sobrepostas, porque se o lado objetivo possui lacunas e não preenche os requisitos mínimos, a percepção individual, subjetiva, será negativa quanto à vida que se vive nesse momento.

Justamente por ser tão difícil definir a felicidade, que muitos sociólogos, economistas e psicólogos defendem que a melhor maneira de estudar o tema é perguntando às pessoas o quanto elas se sentem felizes. Atualmente já existem muitas pesquisas que comparam essa pergunta direta a uma série de perguntas muito mais amplas sobre o

“bem-estar subjetivo”. Esses estudos demonstram forte correlação entre a mensuração objetiva direta com a subjetiva indireta (Ribeiro, 2015).

Dessa forma, considera-se que o maior desafio de se analisar os indicadores de felicidade na vida das pessoas é a obtenção de dados e informações confiáveis sobre a dimensão subjetiva do bem-estar, já que não existe uma maneira objetiva de se auferir essas informações de fora do bem-estar subjetivo. Sabendo disso, a saída encontrada seria então perguntar diretamente às pessoas (Gianetti, 2002). Apesar de parecer limitada, essa forma vem se mostrando bastante útil como instrumento nessas investigações. Outra maneira de se medir a felicidade é pela mensuração objetiva, usada em estudos de laboratórios onde se observam as sensações de prazer e desprazer das pessoas a partir de instrumentos específicos. Há também o método *experience sampling measures*, delimitado por Kahneman & Krueger (2006), que faz perguntas à pessoa analisada em vários momentos diferentes do dia para ajustar possíveis variações de humor e bem-estar. Apesar de existirem essas três formas, a pergunta direta é amplamente mais adotada pelo fato de poder ser utilizada para analisar populações maiores. De todo modo, estudos demonstram que há correlação muito significativa entre as três maneiras de se medir a felicidade (Ribeiro, 2015).

A felicidade também implica o desenvolvimento de certas emoções básicas, não importando o cenário em que está esse indivíduo (Ferraz et al., 2007). A falta de felicidade acarreta alterações fisiológicas e comportamentais que impedem um sujeito de ter acesso à qualidade de vida e ao bem-estar (Ekman, 1992). A felicidade é uma emoção básica e essencial, de modo que diversos estados, experiências e situações do dia a dia podem produzir felicidade, como é o caso do amor, da alegria, da saúde, do prazer, do contentamento, da serenidade, da segurança e de outras sensações (Behar, Jorge, Ribas & Campos, 2021). Por outro lado, há sensações negativas capazes de diminuir os índices de felicidade, sendo as mais comuns o medo, a ansiedade, a angústia, a dor e o sofrimento. Ademais, frisa-se que a felicidade é um meio a partir do qual o indivíduo consegue traduzir para o mundo o que está sentindo quanto a uma situação naquele momento específico de sua vida (Cloninger, 2004).

Diante desse panorama, afirma-se que as emoções negativas, quando substituídas pelas positivas, provocam efeitos terapêuticos e preventivos (Behar et al., 2021). A

felicidade, somada ao bem-estar, é muito mais do que a obtenção de prazer ou alegria - pois estes são momentâneos -, associando-se ao fato de viver bem e com qualidade (Corbi & Menezes-Filho, 2006). O bem-estar buscado por meio da felicidade consiste na realização de um “daimon” (destino pessoal). Por esse motivo, a felicidade é compreendida como um meio para a o despertar de emoções positivas (Behar et al., 2021). A felicidade e o bem-estar dependem do cultivo da virtude, conceito este explorado por Sócrates e Platão. Nesse sentido, a fim de que a felicidade seja obtida, a busca pela autonomia e pelo autocontrole é essencial para que os seres humanos sejam o senhor de suas emoções e não seus escravos, pois impede o acesso ao bem-estar (Behar et al., 2021).

### ***2.1.1 A percepção de felicidade pelos indivíduos***

A literatura tem referido que a felicidade é a busca constante por um estado de equilíbrio onde o ser humano está inserido (Santos, 2020). A felicidade se trata da união entre os aspectos financeiros, familiares e sociais, cujo objetivo é a conquista do equilíbrio entre sentimentos e emoções que compõem três dimensões essenciais do ser humano, sendo elas o corpo, o psiquismo e o espírito (Mendonça, 2016). A pessoa que quer ser feliz deve procurar a harmonia entre essas três dimensões, sendo esse o alicerce para o alcance tanto do sucesso pessoal quanto do profissional (Sewaybricker, 2017). Nota-se que as pessoas felizes são mais motivadas, alcançam salário mais alto, são mais produtivas, são companhias positivas, bem como se destacam no ambiente de trabalho (Dutra, 2020). O sentimento de felicidade permite melhor autocontrole quanto a diversas dimensões da vida, bem como aumenta a qualidade dos relacionamentos interpessoais.

Frisa-se também que a felicidade e o bem-estar no ambiente de trabalho impactam de maneira positiva na realização de processos tangíveis, porém, no caso do capital humano, bens intangíveis, a tecnologia pouco contribui para o aumento de tal felicidade (Achor & Della Porta, 2015). Com isso, percebe-se que a tecnologia exerce poucos efeitos na motivação e satisfação dos seres humanos, pois a ferramenta que permite o maior aumento de desempenho é a felicidade, isto é, o fortalecimento da saúde mental e física é crucial (Sender & Fleck, 2017). A busca pela felicidade, portanto, implica a conquista de um equilíbrio físico e psicológico, a harmonia entre o

corpo e a alma. A proteção da saúde humana, então, é a garantia de que essa felicidade está sendo viabilizada. Como se trata de um bem que não pode ser negligenciado, é papel das empresas investir em mecanismos que permitam a conquista de tal felicidade no dia a dia organizacional (Dutra, 2020).

Por esse motivo, entende-se que a felicidade é a principal ferramenta para que o ser humano chegue à satisfação e motivação. Os efeitos da globalização e “tecnologização” do mundo são percebidos nas empresas, de modo que o principal desafio é amenizar as sensações de dor, sofrimento e frustração, pois são elas que fazem os seres humanos entrarem em conflito (Santos, 2020). Há condições históricas do trabalho que afetam diretamente a atenção à felicidade nesse âmbito. Apenas recentemente a felicidade foi incorporada como ferramenta, pois, por muito tempo, foi negligenciada (Maio, 2016). Foi a evolução das condições de vida e de trabalho, bem como as suas próprias condições de saúde, que corroborou essa mudança de lógica. Até há pouco tempo, o trabalho era visto apenas como meio de sobrevivência e subsistência, porém, identificou-se que esse era um fator que gerava tristeza e frustração nos indivíduos (Sewaybricker, 2017).

Como o trabalho é um meio a partir do qual o indivíduo se sente realizado, ele não deve ser visto apenas como um recurso de sobrevivência. A felicidade foi a chave encontrada para reverter essa percepção (Dutra, 2020). Como o ser humano leva uma vida agitada e dinâmica, o trabalho não pode ser visto como algo vão ou como uma válvula de segurança eterna. Ele é uma possibilidade pela qual a felicidade pode ser alcançada, desde que haja recursos para tal (Sender & Fleck, 2017). Aquilo conquistado no trabalho deve impulsionar o indivíduo à sonhada felicidade. O trabalho permite que esse indivíduo possa chegar às condições essenciais para o exercício da felicidade. Podem aparecer desafios e obstáculos ao longo desse caminho rumo à conquista da felicidade (Mendonça, 2016). Com a finalidade de que a felicidade e o bem-estar sejam alcançados, há estratégias subjetivas e objetivas a serem alcançadas.

Como já frisado neste estudo, o bem-estar objetivo considera indicadores de saúde (Durand, 2015). Entre os mais comuns são aqueles que mensuram aspectos como a qualidade do sono e as condições biológicas e crônicas que podem afastar esse

indivíduo da felicidade almejada (Durand, 2015). O bem-estar subjetivo, por sua vez, está ligado àquelas ações que despertam a sensação de “se sentir bem”, devem contribuir para a experimentação de emoções positivas, sendo um mecanismo que pode elevar a satisfação com a vida em diferentes dimensões (Sewaybricker, 2017). Embora o bem-estar subjetivo esteja tradicionalmente associado à renda, não basta que o indivíduo tenha um bom salário para que não se sinta frustrado, pois a falta de planejamento e de controle financeiro pode fazer com que toda a renda sirva tão somente para quitar dívidas, de modo que o trabalho passa a ser novamente apenas um meio de sobrevivência e subsistência (Mendonça, 2016). A felicidade, portanto, depende da conquista de equilíbrio entre diversos setores da vida, para que o bem-estar objetivo e subjetivo esteja em harmonia.

Outros estudos focam ainda em investigar a relação entre a felicidade e a renda, seja de forma micro ou macro. Pode-se observar, ainda, que a associação entre felicidade e renda em alguns estudos é questionada, especialmente em sociedades desenvolvidas, em que as pessoas possuem todas as necessidades básicas da pirâmide de Maslow, como moradia, saúde, alimentação, segurança, entre outras, atendidas quase naturalmente. Estudos realizados nos Estados Unidos, Japão e Europa demonstraram que, apesar de as pessoas terem aumentado sua renda quatro a cinco vezes, o grau de felicidade permaneceu igual (Gianetti, 2002).

Segundo o *Happiness and Economic Performance* (Oswald, 1997), os países com rendas mais altas tendem a ter seus problemas familiares como centro de sua infelicidade e, nesses casos, o dinheiro não tem muita capacidade de trazer felicidade. Já em países pobres, a escassez de recursos é grande e os laços familiares costumam ser mais fortes, fazendo com que o dinheiro contribua expressivamente para a felicidade (Rodrigues & Shikida, 2005). Conforme Easterlin (2004) e Lane (2000), o grau de felicidade aumenta com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita até o limite de aproximadamente 8.000 dólares, onde ele para de aumentar. Esses dados levaram à conclusão de que a felicidade aumenta na medida em que as populações deixam de ser pobres, porém param de aumentar para as populações mais ricas. Em suma, pode-se dizer que o dinheiro compra a felicidade só até determinado ponto de cobrir as necessidades básicas, a partir do qual deixa de ser relevante para esse fim.

Rodrigues e Shikida (2005) reforçam que renda “compra” felicidade para pessoas em estado de privação, mas à medida que a renda sobe, essa capacidade de “compra” diminui. Rodrigues e Shikida (2005) acrescentam que, para 32% das famílias com renda familiar de até R\$ 180,00/mês, poder comprar o que precisam aumenta claramente sua felicidade, enquanto nas famílias com rendas próximas de R\$ 1.800,00/mês, apenas 17% das pessoas se sentem mais felizes em poder comprar o que precisam. Já Layard (2006) mostram que para países com renda acima de 20.000 dólares anuais não há relação direta entre o aumento de renda e a felicidade.

Analisando diversos países em diferentes períodos, percebe-se que a experiência do desemprego é o fator que mais gera infelicidade nas pessoas, por envolver perdas indiretas de renda, status social e credibilidade. Mesmo que uma pessoa receba a mesma renda que recebia em seu trabalho, ao se tornar desempregada o nível de satisfação com a vida tende a baixar. No entanto, também é percebido que pessoas mais infelizes têm mais chances de perder seus empregos e deixar de trabalhar, enquanto pessoas mais felizes costumam se manter mais facilmente em seus empregos e trabalhos (Zucco, 2015). A percepção de felicidade depende, não só da renda, mas de quanto a pessoa está satisfeita com o que recebe, independentemente de o valor ser realmente baixo ou alto. Esse aspecto é denominado como renda relativa e alguns autores afirmam que esta é ainda mais importante e relevante do que a própria renda para explicar o grau de felicidade de cada indivíduo (Ribeiro, 2015).

### **2.1.2 A felicidade e seus impactos sociais**

Nas sociedades capitalistas, muitas são as discussões sobre a relação da felicidade com o dinheiro. Ribeiro (2015) defende uma relação direta entre o nível de renda, as relações sociais e a felicidade, aduzindo que o aumento de renda eventualmente pode aumentar o índice de felicidade; porém, essa relação é cada vez menor na medida em que os indivíduos têm suas necessidades básicas atendidas. Já Jebb, Tay, Diener & Oishi (2018) assinalam que a relação da felicidade com a renda começa evidente para valores mais baixos, porém essa ligação diminui à medida que o dinheiro aumenta, chegando a um ponto máximo e voltando então a diminuir.

Luquet (2012) acredita que a relação entre felicidade e renda existe até os 25 mil dólares anuais, depois disso seu crescimento se torna nulo, levando a considerar que



esse seria o valor necessário para suprir as necessidades básicas listadas por Maslow. Ribeiro (2015), por sua vez, opina que mais dinheiro aumenta a felicidade, sem determinar um valor máximo ou ponto de virada na curva. Portanto, embora haja pequenas controvérsias entre os estudos, é possível afirmar que o valor financeiro, em algum momento, interfere no nível de felicidade dos indivíduos.

A felicidade implica o desenvolvimento de um capital psicológico positivo, o que significa o trabalho com algumas dimensões. Alguns aspectos devem ser mobilizados para que a felicidade impacte a vida de um indivíduo de maneira positiva (Santos, 2020). O indivíduo deve ter confiança em si mesmo para que seja capaz de concluir tarefas desafiantes. Além disso, a persistência no cumprimento de metas e sua reorganização e/ou redimensionamento para que sejam viáveis também é um mecanismo que impulsiona a felicidade (Mendonça, 2016). A valorização dos aspectos positivos desse colaborador e a demonstração de como ele é essencial ao futuro da empresa também constituem fator propulsor à felicidade (Carvalho & Jeunon, 2015; Sewaybricker, 2017). Também é de suma importância que no dia a dia laboral ele seja capaz de ultrapassar os contratempos e a adversidades sem ceder à vontade de desistir, o que requer o desenvolvimento de certa resiliência e crescimento pessoal (Carvalho & Jeunon, 2015).

Realça-se que o desenvolvimento dessas dimensões para o alcance da felicidade é benéfico para a organização, porque a felicidade é uma ferramenta psicológica que, quando manifestada em níveis significativos, possibilita o acesso a diversos benefícios, como um desempenho diário superior sem que a qualidade de vida seja prejudicada (Luthans, Norman, Avolio & Avey, 2008). Aqueles que apenas desenvolvem uma dimensão da felicidade não são impactados da mesma forma que aquele que preza pelo equilíbrio de todos os fatores que potencializam essa felicidade (Sender & Fleck, 2017). O capital psicológico positivo, nesse contexto, é um meio a partir do qual as organizações podem aumentar o desempenho dos seus colaboradores e a sua satisfação com a função exercida, pois funcionários satisfeitos e felizes impulsionam o crescimento da própria empresa (Maio, 2016). Para que a felicidade seja alcançada, o desenvolvimento da autoconfiança é o primeiro passo, pois ela é muito mais do que um simples traço de personalidade (Lunenburg, 2011).

A autoconfiança permite que o indivíduo explore as suas competências na máxima potência para o alcance de metas e objetivos estabelecidos por ele próprio (Maio, 2016). A autoconfiança permite que o sujeito comprometido alcance aquilo que ambiciona de maneira saudável, porém, deve transformar o seu próprio comportamento para que o resultado almejado seja alcançado (Dutra, 2020). A autoconfiança não é uma competência para atuar, mas sim uma percepção daquilo que é possível de ser desempenhado frente ao aparecimento de certos tipos de situações desafiadoras (Maddux, 2000). A autoconfiança, nesse caso, diz respeito à forma como as pessoas acreditam na sua capacidade em lidar e/ou agir frente a certa situação. A fim de que os resultados esperados sejam alcançados, bem como para que se sintam felizes e satisfeitos com esse desempenho, as ações devem ser orientadas para o alcance dessa meta específica (Kushlev, Heintzeman, Lutes & Wirtz, 2020). Se esses cuidados não são tomados, os indivíduos ficam frustrados e o seu desempenho é afetado.

A esperança também é um dos pilares que impactam diretamente no alcance da felicidade. Trata-se de um desejo pelo alcance daquilo que é desejado ou que se acredita que pode ser alcançado (Alexandre, 2017). Também pode ser compreendida como o desejo de que as situações sejam bem administradas em um momento desafiador (Luthans & Carolyn, 2007; Luthans et al., 2008). A esperança é muito mais do que uma atitude positiva, do que uma elevação emocional e do que uma ilusão. Ela corresponde às crenças e convicções de que os planos traçados podem ser alcançados e que reformulações podem ser necessárias para que seja possível obter êxito. São cuidados essenciais para que os objetivos possam ser alcançados.

A positividade associada à esperança permite que o indivíduo interaja com pessoas com percepções semelhantes, de modo que, em momentos de dificuldade, dirigir-se a essas pessoas para a obtenção de ajuda é uma forma de chegar à felicidade (Alexandre, 2017).

O otimismo também é um fator-chave que influencia na obtenção da felicidade de forma direta. Tanto o otimismo quanto o pessimismo são qualidades inerentes à personalidade, visto que, a depender de como os indivíduos lidam com os acontecimentos e situações diários, o pessimismo ou o otimismo irão imperar (Palma,

Cunha & Lopes, 2007). Eles se refletem diretamente nas situações em que se depara com problemas que precisam de resolução. Por esse motivo, o otimismo e o pessimismo são vieses que podem influenciar nas experiências subjetivas das pessoas e, desse modo, impactam na forma como o problema em questão será enfrentado (Palma et al., 2007). Alerta-se que os indivíduos mais otimistas são mais felizes e satisfeitos no dia a dia de trabalho, pois são mais ambiciosos e lidam de maneira mais positiva com os obstáculos e dificuldades encontrados, o que contribui para o aumento de desempenho (Luthans & Jensen, 2002).

Destaca-se que o otimismo é um fator que desperta sensações positivas atreladas à felicidade, que é a chave para a obtenção de sucesso no quadro corporativo contemporâneo (Nasir & Bloch, 2021). Entre as sensações provocadas pelo otimismo e que influenciam de maneira positiva na felicidade, acentuam-se a alegria, perseverança, sensação de realização e de “dever cumprido” (Alexandre, 2017). O pessimismo é justamente o que impede de chegar à felicidade e às sensações positivas a ela relacionadas (Luthans & Carolyn, 2007). Quando se discute sobre as bases do capital psicológico positivo, bases estas que impactam na felicidade em todas as dimensões da vida social, pondera-se que os otimistas conseguem lidar melhor com os problemas e desafios diários que cruzam os seus caminhos no dia a dia, assim sendo, são vistos como positivos pela organização, porque sabem mediar corretamente os conflitos (Alexandre, 2017).

Um último aspecto que influencia a felicidade é a resiliência. Ela é importante neste estudo, porque se trata da capacidade do indivíduo em chegar ao equilíbrio sonhado entre as dimensões financeira, psicológica, social, ambiental, etc. (Dutra, 2020). A resiliência não diz respeito apenas à capacidade de se reerguer perante as dificuldades ou mesmo aos eventos positivos e estimulantes. Trata-se de uma capacidade que também está ligada à vontade de chegar ao ponto máximo desse equilíbrio (Luthans & Carolyn, 2007). Também é necessário frisar que a resiliência é um fator essencial ao alcance da felicidade, pois, quando administrada da forma correta, a pessoa consegue resistir a um cenário marcado pela incerteza, pela adversidade, pelo fracasso e pelo conflito, consegue se readaptar, desde que tenha acesso aos conhecimentos e estratégias que permitem a adaptação a esse novo panorama (Santos, 2020).

Os indivíduos resilientes possuem uma visão atenta quanto ao contexto em que vivem. Há um momento em que aceitam essa realidade, procuram por um sentido nessa situação e, por fim, improvisam para que consigam se adaptar a esse novo âmbito da melhor forma possível (Coutu, 2002). A felicidade pode ser alcançada em todas as dimensões quando a resiliência é praticada. Os indivíduos conseguem se desenvolver, se organizar e obter êxito em tudo com o que se comprometem (Luthans & Carolyn, 2007). A resiliência somada à felicidade resulta em ganhos consideráveis ao desempenho do indivíduo, não apenas no trabalho, mas na vida social como um todo. Entre os principais ganhos, além da satisfação no ambiente de trabalho, essas pessoas ficam mais compromissadas não apenas com a empresa, mas também com todos aqueles que fazem parte do seu núcleo familiar e do seu dia a dia (Luthans, Avolio, Walumbwa & Li, 2005).

### **2.1.3 Felicidade interna bruta (FIB)**

Análogo ao Produto Interno Bruto (PIB), em Butão, foi criado o conceito da Felicidade Interna Bruta (FIB) ou Gross National Happiness (GNH), um indicador com caráter muito mais social, por estar ligado ao estado de plenitude e bem-estar das pessoas na medição das condições econômicas de um país (Ferreira, Carvalho, Gandia & Sugano, 2015). A FIB utiliza indicadores que cobrem nove campos da vida familiar e social da população, e esses indicadores tornam possível definir a felicidade a partir das especificidades de cada cultura. Para medir o índice da FIB são usadas nove dimensões de medida: padrão de vida, boa governança, educação, saúde, resiliência ecológica, diversidade cultural, vitalidade comunitária, uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico e espiritual (Arruda, 2009).

Atualmente, o nível de felicidade é calculado pelo índice de FIB (Vilas Boas, 2016). O cálculo é feito por meio de mensuração da qualidade de vida de uma população e, para isso, realizam-se pesquisas e aplicam-se questionários para a coleta desses dados (Pio, 2021). Com o tempo, seu conceito e sua fórmula de cálculo foram evoluindo (Branco, 2015).

A importância da articulação dos nove eixos da FIB reside no fato de que impulsionou a criação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, programa este que corroborou a criação das “Metas do Milênio” (Pio, 2021). Com isso, introduziram-se

soluções diretas voltadas para o alcance dos objetivos de desenvolvimento em curto período de tempo (Dias, 2012).

Além disso, a utilização da FIB tem outra vantagem que deve ser frisada: ela atua como orientadora de políticas públicas efetivas relacionadas à sustentabilidade, bem como é uma estratégia que visa superar um modelo arcaico voltado para a apresentação de indicadores de crescimento, citando-se como exemplo o PIB (Dias, 2012). Nesse sentido, é correto afirmar que o índice de FIB, contraposto ao PIB, trata-se de uma abordagem holística da sociedade que tem o fito de debater e propor soluções para as necessidades humanas da sociedade contemporânea (Ribeiro, 2012).

Propõe-se com esse modelo uma nova visão quanto à análise da qualidade de vida e da própria sustentabilidade. O objetivo é atender tanto as necessidades materiais quanto as espirituais que afetam os seres humanos (Vilas Boas, 2016). A FIB torna possível visualizar quais são as medidas necessárias para a vivência em uma sociedade sustentável (Veenhoven, 2007).

A FIB, nesse contexto, mensura justamente aquilo que aparece no próprio termo, isto é, analisa os resultados obtidos pelas diversas áreas que produzem efeitos sobre o bem-estar e felicidade dos cidadãos. Os dados obtidos por meio da FIB permitem que as políticas públicas sejam redimensionadas para que esse bem-estar seja atendido (Ribeiro, 2012). Por esse motivo, o índice foi desdobrado em nove eixos específicos. Além disso, foram distribuídos nesses eixos 33 indicadores e 124 variáveis que caracterizam o nível de felicidade (Veenhoven, 2007).

O índice – e os seus indicadores e variáveis – evidenciam a importância de se investir em estratégias e políticas que prezem pelo bem-estar emocional e físico do ser humano, sobretudo aquelas que enfatizam a relevância da educação para a felicidade (Pio, 2021).

O resultado dos dados permite saber quais são as lacunas em termos de felicidade que devem ser sanadas em uma dada comunidade. Pode-se afirmar, então, que o índice permite analisar o que deve ser feito para que o indivíduo viva de forma mais feliz (Ribeiro, 2012). A fim de que esses dados sejam obtidos, o índice FIB é calculado

de seguinte forma: mensura-se a percentagem de pessoas felizes e a percentagem de indivíduos que ainda não alcançaram um nível satisfatório (Lustosa & Melo, 2010). A adesão à FIB permite adentrar em um território ainda não explorado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pelo PIB (Lustosa & Melo, 2010).

O índice FIB, então, é uma forma de se compreender os motivos pelos quais um grupo social não está alcançando níveis satisfatórios de felicidade e, a partir disso, o Estado pode elaborar políticas públicas destinadas a esse tema mais precisas e eficientes. Como a felicidade é um dos maiores objetivos a serem alcançados pelos seres humanos, saber o que deve ser feito para tal é primordial (Dixon, 2004).

Ressalta-se que os modelos tradicionais de desenvolvimento focam apenas nos aspectos ligados ao crescimento econômico. A FIB caminha para além, pois se alicerça em quatro pilares: promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário; preservação e promoção de valores culturais; conservação do meio ambiente natural; o estabelecimento de boas práticas de governança (Carvalho, 2010). É por esse motivo que o índice FIB se difere dos demais índices. É um mecanismo alternativo que permite a avaliação do desempenho de uma nação.

Assim sendo, rompe-se com uma visão unidimensional, como acontece em indicadores como o PIB e o IDH. O ganho notório inserido por esse índice é a possibilidade de equilibrar, por meio de políticas públicas efetivas, os fatores econômicos, ambientais, sociais e humanos para a concretização do desenvolvimento sustentável. Mesmo diante dos desafios, a FIB é tida como promissora, de modo que tem despertado tanto a atenção de acadêmicos quanto de políticos, visto que atua como uma ferramenta diagnóstica e prognóstica efetiva na detecção de causas que afetam as condições de vida da população de maneira negativa (Branco, 2015). Para isso, conta-se com dados mais detalhados e profundos. Conclui-se que a FIB se tornou um importante instrumento de apoio à aplicação de estratégias sustentáveis nas políticas públicas, pois indica nove eixos para os quais essas ações devem ser direcionadas, sem que um seja superior ao outro, gerando bons resultados.

#### **2.1.4 A felicidade nos países**

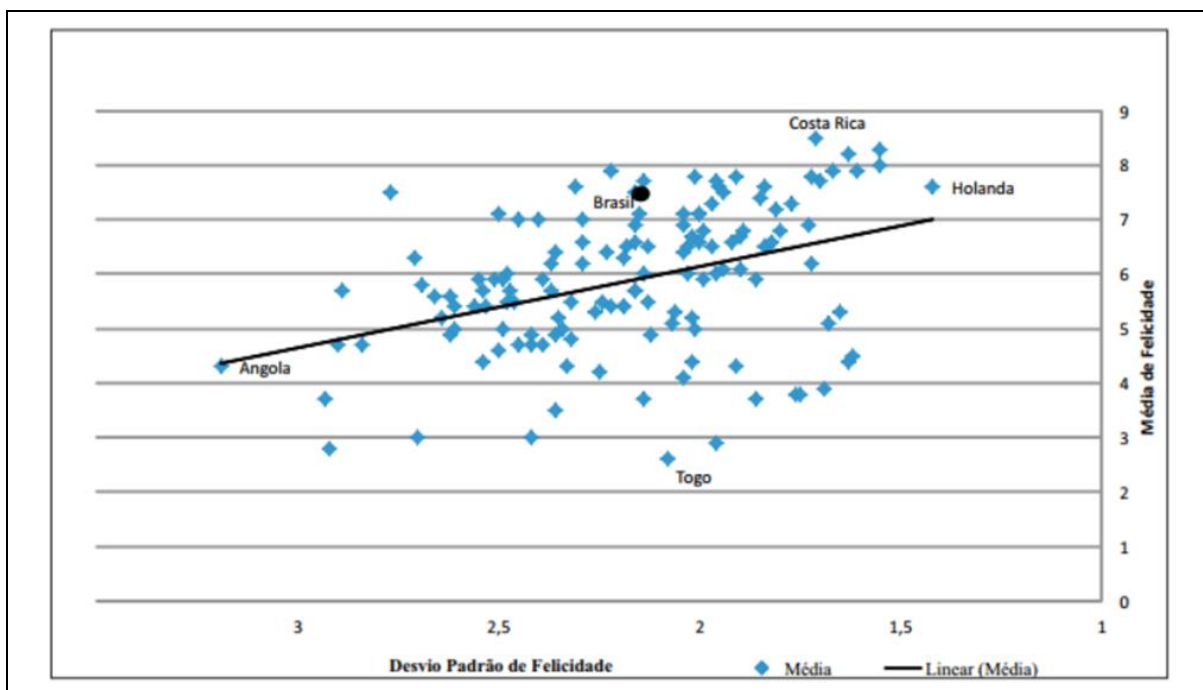
De acordo com Helliwell, et al; (2022), o país Butão foi o primeiro a se preocupar com o índice de felicidade de seus habitantes, criando inclusive, um índice considerando a felicidade como parte do capital intangível do país. Tal iniciativa, foi observada pela ONU como fundamental, sendo adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 19 de julho de 2011, que pontuou a necessidade dos países considerarem o nível de felicidade de seus habitantes como uma espécie de parâmetro para o desenvolvimento, bem como, para comparação com outras estatísticas relacionadas a qualidade de vida, economia e saúde.

Tal índice se tornou tão importante para ONU, que em 2012, foi adotado o dia 20 de março como o dia Internacional da Felicidade, onde anualmente a ONU emite o relatório de felicidade apresentando, dentre outros estudos, o ranking de felicidade dos países, (HELLIWELL, et al, 2022a). Essa iniciativa fez com que nos últimos 10 anos os estudos sobre felicidade se multiplicassem em todo mundo, impulsionando os governos e estudiosos a buscarem compreender e buscar relações de diversos índices e fatores com a felicidade (HELLIWELL, et al, 2022b).

Barrington-Leigh (2022), ao realizar uma busca nas produções científicas internacionais, apontou que os estudos que se inclinam a investigar o índice sobre felicidade nos últimos dez anos aparecem mais do que os estudos relacionados ao PIB.

Ribeiro (2015) menciona o estudo de Veenhoven & Vergunst (2014), conhecidos como os arquivistas da felicidade, que comparou os índices de felicidade em 135 países. No Brasil, em 2008, a média de felicidade da população era de 7,5 em 10, o que nos colocava como o 18º país mais feliz do mundo. É de extrema relevância, porém, considerar o nível de desigualdade da felicidade a partir da dispersão medida em torno da média. No caso do Brasil, nessa mesma época, a posição era a 47ª posição no nível de desigualdade.

A Figura 1 representa a média por desvio-padrão de felicidade e bem-estar subjetivo.



**Figura 1**

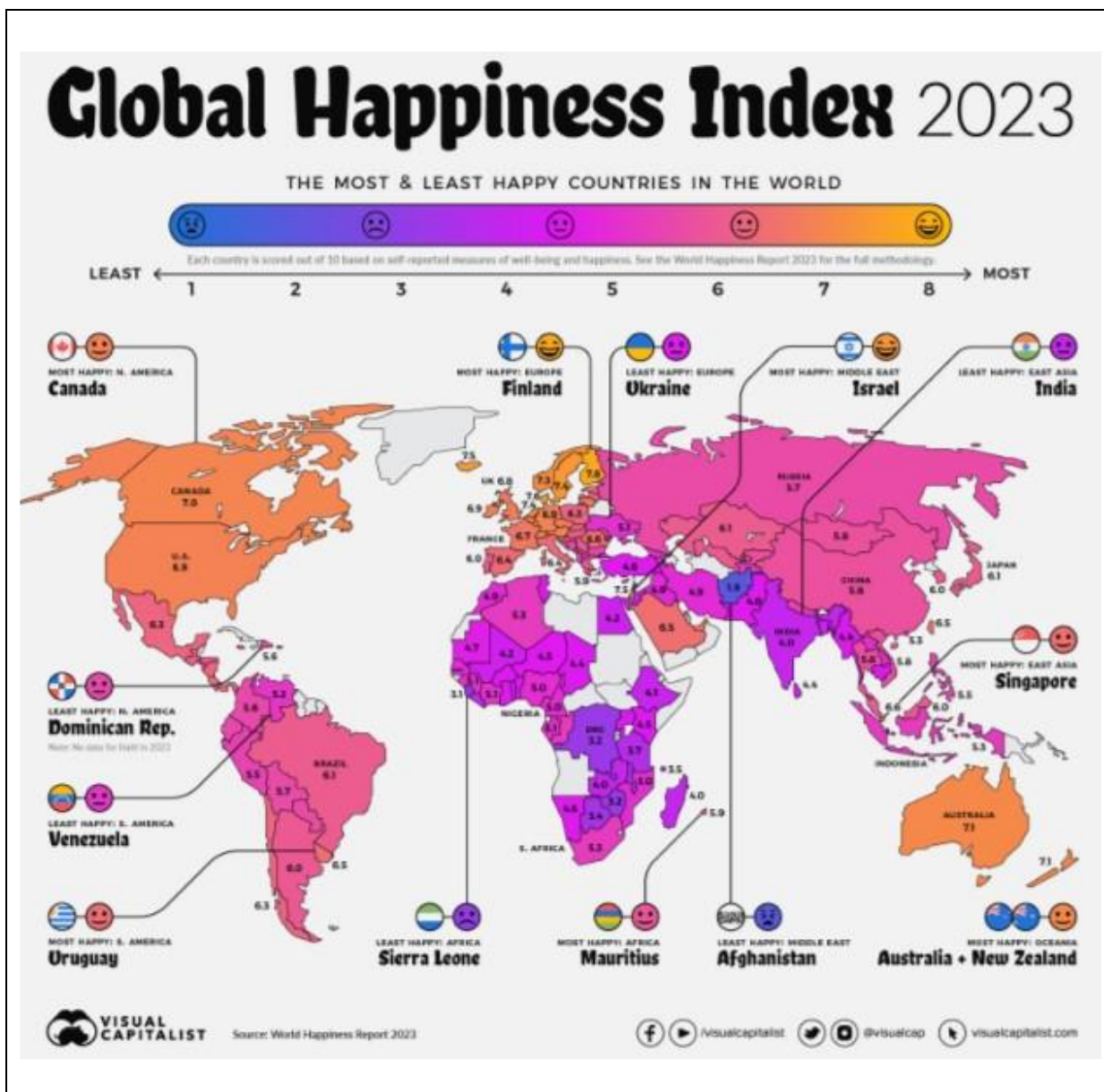
Média por desvio-padrão de felicidade e bem-estar.

**Fonte:** Veenhoven [2014 como citado em Ribeiro, C.A. (2015). Renda, relações sociais e felicidade no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 58(1)].

Na Figura 1 é possível visualizar que o Brasil se encontra em um nível mediano, acima de Angola e abaixo de Costa Rica e Holanda. Entretanto, segundo o site de notícias G1, entre 2015 e 2019 o Brasil caiu 16 posições no ranking de felicidade, de acordo com o Relatório Mundial da Felicidade (Silva Neto et al., 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU) em março, o Relatório Mundial de Felicidade 2023. O levantamento apontou a Finlândia em primeiro lugar no ranking dos países mais felizes do mundo. Brasil caiu 11 posições este ano, saindo do 38º para o 49º lugar. Esse relatório analisa seis indicadores principais: apoio social, renda, saúde, senso de liberdade, generosidade e ausência de corrupção conforme desempenho no último triênio, portanto, de 2020 a 2022, escrito por um grupo de especialistas independentes e divulgado pela ONU. A Figura 2 ilustra os dez países classificados segundo esse relatório como os mais felizes do mundo.





**Figura 2**

Mapeado: Os países mais felizes do mundo em 2023.

**Fonte:** Koop, A.(2023) visualcapitalist. Recuperado de <https://www.visualcapitalist.com/worlds-happiest-countries-2023/>

O Ranking de felicidade foi elaborado com base em uma média de três anos 2020-2022. Esse relatório analisa seis indicadores principais: apoio social, renda, saúde, senso de liberdade, generosidade e ausência de corrupção.

A Tabela 1 exibe a classificação e pontuação das 52 cidades mais felizes do mundo, extraídas do relatório “World Happiness Report 2023

**Tabela 1**

Ranking de classificação dos 52 países mais felizes do mundo 2023

Classificação/País		Pontuação	Classificação/País		Pontuação
#1	Finlândia	7.804	#27	Taiwán Provincia da China	6.535
#2	Dinamarca	7.586	#28	Uruguai	6.494
#3	Islândia	7.530	#29	Eslováquia*	6.469
#4	Israel	77.473	#30	Arábia Saudita	6.463
#5	Holanda	7.403	#31	Estônia	6.455
#6	Suécia	7.395	#32	Espanha	6.436
#7	Noruega	7.315	#33	Itália	6.405
#8	Suíça	7.240	#34	Kosovo	6.368
#9	Luxemburgo	7.228	#35	Chile	6.334
#10	Nova Zelândia	7.123	#36	México	6.330
#11	Áustria	7.097	#37	Malta	6.300
#12	Austrália	7.095	#38	Panamá	6.265
#13	Canadá	6.961	#39	Polônia	6.260
#14	Irlanda	6.911	#40	Nicarágua	6.259
#15	Estados Unidos	6.894	#41	Letônia	6.230
#16	Alemanha	6.892	#42	Bahrein*	6.173
#17	Bélgica	6.859	#43	Guatemala	6.150
#18	Tcheca	6.845	#44	Cazaquistão	6.144
#19	Reino Unido	6.796	#44	Sérvia*	6.144
#20	Lituânia	6.763	#46	Chipre	6.130
#21	França	6.661	#47	Japão	6.129
#22	Eslovênia	6.650	#48	Croácia	6.125
#23	Costa Rica	6.609	#49	Brasil	6.125
#24	Romênia	6.589	50	El Salvador	6.122
#25	Cingapura*	5.587	51	Hungria	6.041
#26	Emirados Árabes Unidos	6.571	52	Argentina	6.024

Nota: Quem tem \* não tem informações de pesquisa em 2022. Suas médias são baseadas nas pesquisas de 2020 e 2021.

Fonte:

Observa-se que o Brasil ocupa a 49ª colocação. Desde 2016, quando ocupava o 16º lugar, o país vem perdendo posições no ranking. Em comparação com a última lista (2022), o Brasil caiu 11 posições. Já o Uruguai (28º) é o país mais feliz da América do Sul, seguido por Chile (35º) e Argentina (52º).

Helliwell, Wang, Huang, & Norton (2023) apontam ainda que a felicidade foi um índice importante no contexto da COVID-19, especialmente com relação ao caráter de resiliência, sendo ainda os indivíduos mais idosos com maior predisposição a encarar o momento da pandemia como um momento de pouca mudança geral, e, portanto, com maior otimismo, diferente dos jovens, onde a percepção de felicidade caiu ligeiramente. Estudo de Bartels et al, (2022) aponta que 30-40% das diferenças na felicidade entre os indivíduos são explicadas por suas diferenças genéticas. E ainda, Algumas pessoas nascerão com um conjunto de variantes genéticas que facilitam a sensação de felicidade, enquanto outras são menos afortunadas.

Por seu turno, Lomas, et al, (2022), esclarece que os estudos sobre felicidade, especialmente no mundo Ocidental, tendem a apresentar cada vez mais peculiaridades e descobertas das associações em busca da compreensão da felicidade. Os países nórdicos, onde os índices de felicidades se apresentam mais altos, são capazes de promover subsídios para espelhamento em outras sociedades

De acordo com Metzler, Pellert, & Garcia (2022) os indicadores proporcionados pela inteligência artificial, disponíveis através das plataformas de redes sociais, podem ser uma ferramenta eficaz para mensurar a felicidade tanto dos habitantes de um país, como em grupos específicos, sendo capaz inclusive, de apontar diversas emoções.

Diante do exposto, visto que as variáveis econômicas são consideradas nos estudos que investigam felicidade, questiona-se se a educação financeira não é então necessária para que os indivíduos alcancem suas respectivas felicidades. Dessa feita, na sequência deste estudo serão construídas as contribuições do campo teórico da educação financeira para a felicidade.

## **2.2 Educação financeira**

Para realizar uma investigação apurada sobre a felicidade, faz-se necessária, além da análise do bem-estar subjetivo, a análise materialista da economia, centrada, principalmente, na geração de riqueza (Santos, 2015). No âmbito das Ciências Sociais, existem várias investigações subjetivas sobre sentimentos, crenças, valores, expectativas, planos, atitudes e comportamentos financeiros, porém, de modo geral, esses estudos costumam ser excluídos das análises econômicas (Barros & Jeunon, 2012; Easterlin, 2004).

À vista desse fato, a conexão de resultados da área da Psicologia com a Economia ainda é considerada recente, sendo Easterlin (1973) considerado o economista pioneiro a fazer esse cruzamento de dados (Santos, 2015).

No entanto, concorda-se com Barros e Jeunon (2012) que compreender a relação entre a atitude que o indivíduo possui em relação ao dinheiro deve perpassar e considerar os aspectos psicológicos, que neste estudo está sendo investigado a partir da felicidade.

### **2.2.1 A educação financeira e seus significados**

O termo financeiro está relacionado a diversas atividades diárias que envolvem o dinheiro, passando pelo controle do cartão de crédito e orçamento mensal até tomadas de decisão envolvendo empréstimos e investimentos. Já o termo educação, nesse caso, implica conhecimento, entendimento dessas tarefas e a capacidade de colocá-las na prática em busca de escolhas financeiras sábias, sendo o contexto escolar do ensino fundamental e médio insuficiente na adesão desse conhecimento (Lucci, Zerrenner, Verrone & Santos, 2006).

Hastings, Madrian & Skimmyhorn (2013) opinam ainda que na literatura há certa divergência de significados e conceitos que envolvem a educação financeira ao longo dos anos. A mais aceita, porém, é de que a educação financeira se refere ao conhecimento de produtos, conceitos, habilidades matemáticas, planejamento financeiro e algumas outras habilidades para agir em relação às finanças.

Já para Świecka, Grzesiuk, Korczak & Wyszowska-Kaniewska (2019), a educação financeira consiste em quatro elementos:

- a) Conhecimento financeiro – é o processo, o conceito e sua aplicação;
- b) Competência financeira – envolve a aplicação dos conhecimentos obtidos nas decisões econômicas. atitude financeira;
- c) Atitude – é a motivação e prontidão para usar os conhecimentos e habilidades nas situações do cotidiano;
- d) Comportamento financeiro – está associado ao modo que o indivíduo age em situações específicas do mercado financeiro (Świecka et al., 2019)

Para Fernandes, 2019 esses quatro elementos podem ser reconhecidos em momentos em que as altas taxas de inflação imperam, os brasileiros acabam gastando toda a renda em compras para manter o poder de consumo, pois há a correção diária dos preços dos produtos (Fernandes, 2019). Em contrapartida, com a baixa inflação, o aumento do crédito e as mudanças na forma de consumir e de gerenciar o dinheiro mudaram (Melo, 2016). Uma das motivações para isso é que as

peças têm buscado meios a partir dos quais possam obter mais equilíbrio das suas finanças, sendo que a educação financeira é a principal estratégia para isso (Olivieri, 2013).

O conceito de educação financeira tem como premissa promover mais controle quanto à capacidade financeira atual, tendo como meta o planejamento de um futuro sólido do ponto de vista financeiro. Nesse sentido, define-se a educação financeira como uma ciência ética e social relacionada tanto ao ganho quanto ao uso do dinheiro adquirido (Oliveira, 2012). Mesmo que a promoção de uma cultura focada na educação financeira não seja recente no país, muitos brasileiros, mesmo diante dos alertas, continuam gastando tudo o que ganham, visto que não conseguem poupar e/ou negociar e comprar aquilo de que necessitam por um preço mais interessante (Melo, 2016).

A educação financeira deve ser iniciada no próprio núcleo familiar. Os pais devem ensinar aos filhos sobre o real valor do dinheiro, impondo alguns limites ao desejo de compra. Determinar a melhor hora para comprar algo e se isso é realmente necessário e se não pode ser comprado por um preço mais acessível são alguns dos pressupostos do trabalho com a educação financeira (Barbosa, Guerra, Jacob & Couto, 2021). Por esse motivo, a educação financeira deve ser iniciada para os filhos, pois, dessa forma, desde a infância ou adolescência terão consciência de que é essencial tomar decisões corretas quanto ao uso do dinheiro (Pelicioli, 2011).

Todavia, para que a educação seja viabilizada, o alvo desse processo deve ter acesso às informações e conhecimentos adequados. Para Barbosa et al., (2021) a educação financeira é definida como a habilidade de tomar as decisões corretas e fazer escolhas apropriadas.

É um campo que também tem como intuito a promoção da administração das finanças pessoais durante toda a vida. Parte-se do pressuposto de que os cidadãos, quando bem instruídos, conseguem lidar de maneira mais efetiva com as questões rotineiras e imprevistas relacionadas ao âmbito financeiro (Olivieri, 2013). Dessa forma, a educação financeira impacta tanto na vida do indivíduo-alvo quanto na de sua família, pois compreende que o cumprimento de grande parte das responsabilidades

assumidas depende de recursos financeiros e estes, quando mal administrados, geram consequências negativas na vida de todos os envolvidos (Pinheiro, 2008).

Mesmo diante do aumento das estratégias que promovem a educação financeira, cuja finalidade é auxiliar as pessoas a administrarem melhor as suas finanças, diversos cidadãos ainda têm dificuldades para poupar para o futuro, o que demonstra, novamente, falta de conhecimento em educação financeira (Olivieri, 2013). Isso ocorre porque as pessoas tendem a controlar o orçamento não gastando com coisas supérfluas ou ainda tentam não gastar mais do que aquilo que recebem, porém, a fim de que o sucesso financeiro seja alcançado, isso não basta (Barbosa et al., 2021).

É nesse sentido que a educação e o planejamento financeiro se complementam. São conceitos que não podem ser pensados de maneira dissociada. Conceitua-se o planejamento financeiro como um mecanismo que permite a administração da renda de maneira racional (Oliveira, 2012). Afeta, além da renda, os investimentos, despesas, dívidas, patrimônios, que almejam viabilizar o alcance, desejos, objetivos e metas pessoais.

Muitos sonham com a casa própria, em fornecer um futuro melhor para os filhos, em viajar para um país, etc. (Barbosa et al., 2021). Além disso, muitos planejam para conseguir reduzir impostos, para empreender, para se aposentar de forma mais confortável, etc. O planejamento é fundamental ao alcance de todas essas metas (Oliveira, 2012). De acordo com Hastings et al. (2013), a falta de alfabetização financeira é problemática se torna os indivíduos incapazes de otimizar seu próprio bem-estar, interferindo, portanto, diretamente em sua felicidade.

Em razão das altas taxas inflacionárias no Brasil, o que desencadeou a instabilidade econômica no país pela falta de planejamento econômico nas famílias brasileiras, passou-se a investir mais na educação e conscientização dos cidadãos quanto à importância de poupar, sobretudo a partir da década de 1990, período no qual a moeda brasileira adquiriu mais estabilidade (Pelicioli, 2011).

Por esse motivo, o planejamento financeiro pessoal permite a viabilização dos recursos necessários para que os objetivos traçados sejam atendidos. Contudo, para

que esses indivíduos saibam se planejar, primeiramente devem ser educados para isso (Cherobim, 2011).

O estabelecimento de metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo é crucial, porém, tudo depende da forma como o indivíduo foi educado para conciliar as necessidades pessoais e familiares com a sua realidade financeira (Olivieri, 2013). É por esse motivo que as estratégias resultantes da educação financeira devem pensar em curto, médio e longo prazo, para que bens e valores sejam acumulados para a formação de um patrimônio pessoal ou familiar com o qual esse indivíduo sonhou (Barbosa et al., 2021). O desenvolvimento e concretização dessas estratégias dependem da forma como cada pessoa foi educada para isso, o que torna a educação financeira uma necessidade global que deve ser estimulada por meio de políticas governamentais. O objetivo final é ajudar esses indivíduos a construir um futuro melhor e, para isso, é essencial o estabelecimento de metas flexíveis, visto que cada pessoa tem as suas próprias necessidades e possibilidades financeiras (Melo, 2016).

### ***2.2.2 A educação financeira no Brasil***

No Brasil contemporâneo, investe-se em estratégias que enfatizam a importância de conhecer e entender o funcionamento do sistema financeiro, cujo objetivo é o aprendizado de como se portar diante de certas situações e de como tomar as decisões mais corretas (Araújo & Calife, 2014). A educação financeira, nesse aspecto, é um processo de aprendizagem quanto às questões que perpassam pelas finanças pessoais. É uma forma de oportunizar a própria sociedade de ter uma visão crítica acerca do uso de sua renda (Mette & Matos, 2015). É uma questão que se encontra prevista na própria Constituição Federal do Brasil, em que a educação é pontuada como um mecanismo que permite o desenvolvimento integral da pessoa, bem como um meio de viabilizar o exercício da cidadania (Cordeiro, Costa & Silva, 2018).

A educação financeira é uma forma de estimular a participação cidadã, pois corresponde ao entendimento da própria sociedade, nesse caso, da brasileira, quanto a esta temática. Até 2010 eram poucas e tímidas as ações voltadas à educação financeira. O estímulo formal a essa prática se deu por meio da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), amparada no Decreto nº 7.397/2010,

publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2010 (Cordeiro et al., 2018). Desde então, o cenário brasileiro tem compreendido a educação financeira como um meio a partir do qual os cidadãos podem melhorar a sua compreensão e percepção quanto aos conceitos e produtos financeiros (Medeiros & Medeiros, 2021). O objetivo, que consta na ENEF, é informar, formar e orientar os brasileiros para que possam desenvolver competências e habilidades que permitem que se tornem mais conscientes das oportunidades e riscos (Cunha, 2020). Pessoas bem informadas sabem como, quando e onde procurar ajuda para que possam melhorar o seu bem-estar.

A educação financeira, nesse panorama, contribui para a conscientização tanto dos indivíduos quanto da própria sociedade sobre a importância de se pensar e investir no futuro em curto, médio e longo prazo (Savoia, Saito & Santana, 2007). A educação financeira, desse modo, viabiliza atitudes e ações mais coerentes quanto à temática das finanças. Entre os principais ganhos, menciona-se o fomento a melhor controle diário das despesas, ao uso consciente do cartão de crédito e de financiamentos e empréstimos de maneira mais efetiva (Cordeiro et al., 2018). Todavia, embora haja essas estratégias, há que se destacar que, no Brasil, pela falta de cultura financeira, muitos brasileiros ainda não sabem como ou não reconhecem a importância de poupar. Conforme a Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo (CNC), o percentual de famílias endividadas até setembro de 2021 atingiu a marca dos 74% (Medeiros & Medeiros, 2021).

Em relação ao ano de 2020, houve aumento de 6,8 pontos, sendo esse o maior incremento anual da história brasileira (Gomes, 2021). Além disso, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor/ Índice de Preços ao Consumidor Amplo (INPC/IPCA) ultrapassou, nos últimos 12 meses, a marca dos 10% (Gomes, 2021). Esses dados impactam diretamente no emprego, na renda, na estabilidade financeira, na classe social, no número de integrantes e na distribuição da renda, sendo que esses fatores levam as famílias brasileiras a se endividarem (Medeiros & Medeiros, 2021). Diversas variáveis envolvem essa questão, como os hábitos de compra da população brasileira, a disponibilização de crédito, a disseminação de novas formas de pagamento e a vida em uma sociedade cada vez mais marcada pelo consumo (Fernandes, 2019).



Estudiosos têm sido unânimes quanto às consequências da falta de investimento na sociedade brasileira de uma cultura direcionada para a educação financeira (Fernandes, 2019). Isso se dá em virtude das constantes mudanças tecnológicas, regulatórias e econômicas, de modo que a transmissão do conhecimento, ou a falta dele, gera impactos que podem ser negativos ou positivos, a depender do nível de acesso tanto ao conhecimento quanto às finanças (Araújo & Calife, 2014). Essas consequências se refletem diretamente na tomada de decisão pela população. Outro problema deve ser destacado quanto às consequências da falta de investimento em uma cultura financeira fortalecida no país (Mette & Matos, 2015).

Embora as pessoas tenham acesso a diversas oportunidades financeiras, os dados têm revelado que há alto índice de indivíduos nessa situação que são descontrolados financeiramente, o que acarreta uma população majoritariamente endividada, sobretudo porque muitos gastam mais do que recebem (Medeiros & Medeiros, 2021). Por esse motivo, entende-se que a educação financeira auxilia diretamente na gestão de recursos. Contudo, a fim de que a boa gestão dos recursos seja viável, é necessário que haja mudança de hábitos e costumes reverberados diariamente e que precisam ser substituídos (Fernandes, 2019). A falta da educação financeira não impacta apenas o Brasil, mas sim a sociedade como um todo. Atualmente, o país, em um ranking que considera 144 países no índice de melhores nações com bom desempenho em educação financeira, ocupa a posição 74<sup>a</sup>, ficando próximo das nações mais pobres (Medeiros & Medeiros, 2021). Esses índices são preocupantes, porque cada vez mais as pessoas têm chegado à velhice com mais dívidas do que em outros momentos históricos, sendo que grande parte delas tem nenhum ou pouco planejamento financeiro, o que impacta diretamente na aposentadoria (Mitchell & Lusardi, 2022). Os endividamentos em todas as categorias profissionais, quando somados, geram transtornos em todas as camadas da sociedade.

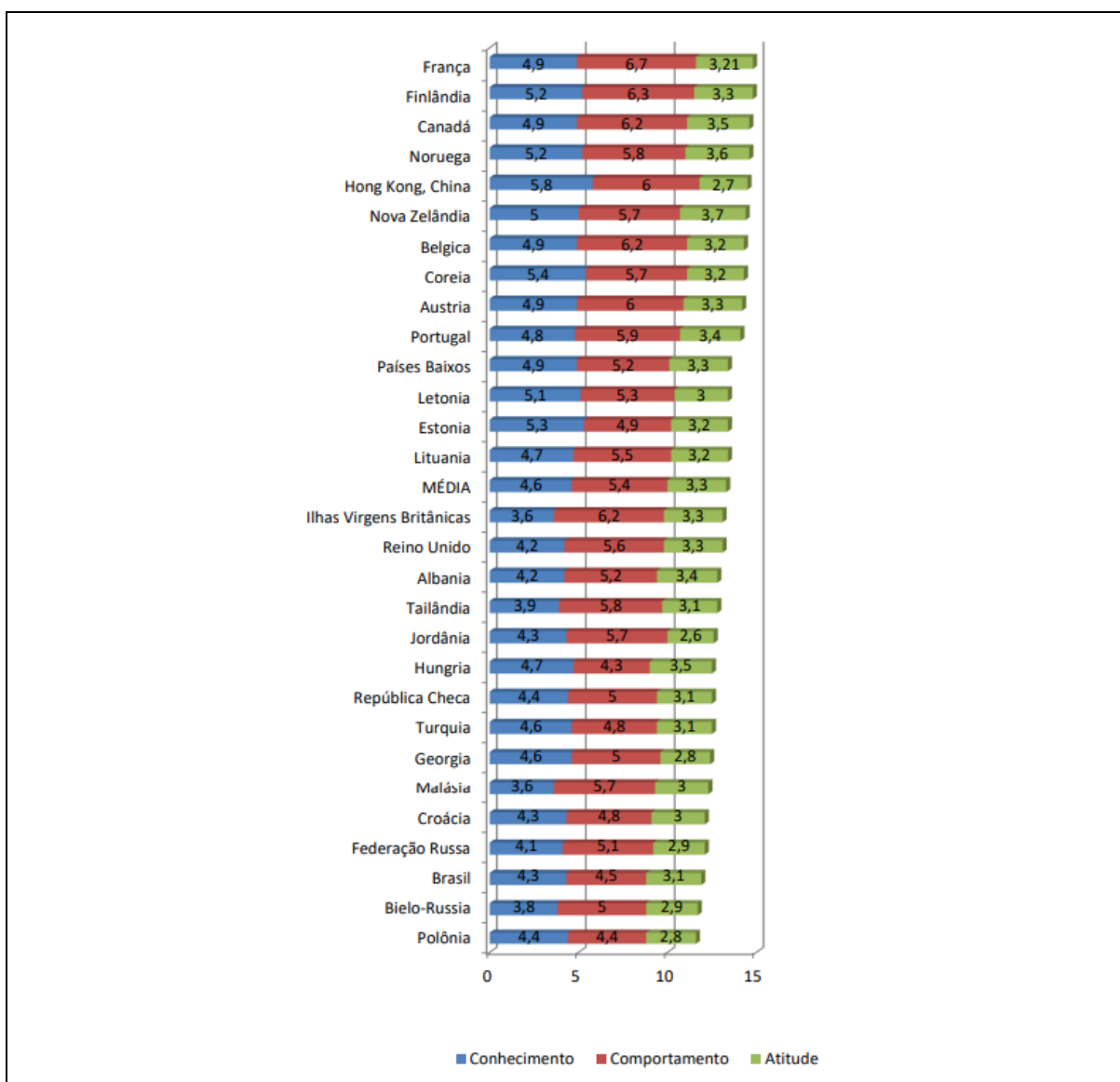
Embora haja políticas públicas que estimulam o trabalho com a educação financeira nas escolas, a temática não é enfatizada de maneira assertiva nas escolas (Cordeiro et al., 2018). Isso porque as escolas, de modo geral, em todos os níveis, focam no desenvolvimento de habilidades de interesse acadêmico e/ou profissional, de modo que as habilidades e competências financeiras ficam em segundo plano (Kioyosaki, 2000). O sucesso financeiro se dá quando as pessoas passam a ter acesso ao

conhecimento que lhes possibilita traçar estratégias que permitem o melhor manuseio diário da renda (Medeiros & Medeiros, 2021). É apenas por meio da instrução e da orientação que as decisões financeiras podem ser tomadas de maneira mais efetiva quando essas pessoas não têm algum tipo de treinamento no campo financeiro (Savoia et al., 2007). Por esse motivo, muito mais do que serem orientadas quanto a ganhar dinheiro, as pessoas devem ser alfabetizadas financeiramente.

Em virtude do conhecimento superficial dos brasileiros quanto à temática das finanças, diariamente os brasileiros tendem a gastar tudo aquilo que recebem com coisas triviais ou, ainda, em razão do endividamento, acabam fazendo uso dessa renda apenas para quitar dívidas, o que os impede de se planejar a conquista de um futuro capaz de garantir mais qualidade de vida (Seabra, 2013). E além do fato de que sem a falta de planejamento as pessoas acabam gastando com coisas que não necessitam, acabam acumulando ampla quantidade de dívidas por fazerem empréstimos, financiamentos ou compras parceladas com juros (Fernandes, 2019).

Esse comportamento é refletido nas mais diversas regiões do Brasil, o que comprova que o investimento na cultura financeira ainda gera resultados tímidos. Com isso, percebe-se que há um ensinamento mínimo quanto à importância de gerenciar o patrimônio e administrar o orçamento (Medeiros & Medeiros, 2021). Essa é uma preocupação e também um acordo entre todos os membros de um núcleo familiar não apenas em momentos de crise, mas sempre (Fernandes, 2019). Percebe-se, com isso, que a economia brasileira se depara com um problema: ela caminha na direção oposta à de países que ocupam melhor posição no índice que ranqueia os países com melhor desempenho em educação financeira (Mitchell & Lusardi, 2022). O resultado é aquele já abordado: a crescente inflação e os juros em expansão, o que leva o país a estabelecer estratégias que atraem investidores de outros países, uma vez que os próprios brasileiros não têm condições para isso, em virtude do endividamento (Medeiros & Medeiros, 2021). Recai-se, portanto, em uma preocupação diária: evitar o descontrole generalizado, porém, para isso, o entendimento da moeda brasileira não deve se restringir a um grupo específico de pessoas, mas algo que deve ser acessado por todos. Diante desse cenário, sublinha-se que, para que a educação financeira gere bons resultados no país, deve ser compreendida além de um mero conjunto de técnicas e/ou de macetes para melhor administrar o dinheiro (Cunha, 2020).

Nesse sentido, o Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento é uma obra de referência que oferta aos leitores informações estatísticas e análises essenciais escritas pela *Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE)*, e dentre estas estão as pontuações da média do conhecimento financeiro, atitude e comportamento de 30 países. (Figura 2).



**Figura 3**

Estudo OCDE.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2011). Measuring financial literacy, questionnaire and guidance notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy. Anais do International Network on Financial Education: Cape Town, 2011, Paris.

Nesse sentido, cabe observar que a França aparece em primeiro lugar em relação a conhecimento, atitude e comportamento financeiro, seguida pela Finlândia, Canadá e Noruega. Já o Brasil, na escala dos 30 países, aparece em 28º lugar. Assim, percebe-

se a importância de estudos que venham a reconhecer tais comportamentos para servir de base para composição de iniciativas que trabalhem com essa temática. Corroborando Mette e Matos (2015) apontam que o objetivo da educação financeira é criar uma cultura e mentalidade adequada e saudável em relação ao uso do dinheiro (Por esse motivo, a educação financeira, antes de qualquer coisa, deve partir do pressuposto de que a responsabilidade e a ética são vitais ao bom desempenho no ganho e aplicação do dinheiro (Consentino, 2014).

Por seu turno Cordeiro et al., (2018) acredita ser fundamental que os cidadãos especialmente os brasileiros, tenham estratégias eficientes para ganhar dinheiro, poupar e investir em um futuro mais promissor. Como o desempenho na área das finanças ainda é baixo, é preciso, antes de qualquer coisa, fortalecer essa cultura no país. Há políticas públicas voltadas para essa questão, porém, como frisado, os resultados ainda são tímidos, visto que as pessoas, em razão da falta de acesso ao conhecimento, continuam a se endividar.

### ***2.2.3 A educação financeira x alfabetização financeira***

Nota-se, ainda, que a alfabetização e educação financeira são dois fatores diferenciados, embora um complete o outro, em que a educação financeira é o conhecimento adquirido sobre as decisões financeiras, e a alfabetização financeira é a prática desse conhecimento. A pouca compreensão sobre essas temáticas para qualquer profissional acaba se tornando um grande influenciador para que se tomem decisões financeiras ruins, podendo gerar, inclusive, situações de endividamento (Silva Neto et al., 2016).

Ainda sobre o conceito e definição, Oliveira e Silva, Silva, Costa Vieira, Desiderati e Neves (2017) ponderam que a alfabetização financeira pode ser percebida como o entendimento e o conhecimento de conceitos financeiros que demonstram a capacidade de uma pessoa compreender e utilizar as informações relacionadas às suas finanças pessoais, sendo capaz de tomar boas decisões financeiras. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2011) a define como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento. Entretanto, não há consenso na literatura acadêmica sobre como

medir o grau de alfabetização financeira dos indivíduos, sendo que cada autor mede conforme suas necessidades, utilizando as variáveis de seu maior interesse (Oliveira e Silva et al., 2017).

A educação financeira tem sido compreendida como um conjunto que contempla os conceitos e atitudes necessários ao melhor desempenho financeiro (Floriano, Flores & Zuliani, 2020). Contempla as atividades diárias que envolvem o dinheiro, como as despesas pessoais diárias, a utilização de cartões de crédito, a realização de empréstimos, etc. (Lucci et al., 2006). A educação financeira gera uma série de benefícios, sendo que, entre outras coisas, fornece aos indivíduos meios a pelos quais podem alcançar mais bem-estar pessoal (Oliveira e Silva et al., 2017). A educação financeira, especialmente quando articulada com a alfabetização financeira, contribui para o aumento da renda, redução das despesas familiares e melhor gerenciamento dos recursos disponíveis (Lelis, 2006). São atividades que têm como escopo principal a promoção de melhor uso do dinheiro no cotidiano das pessoas (Jacob, Hudson & Bush, 2000).

A educação financeira é um mecanismo que fornece ao indivíduo meios para que questões simples possam ser mais bem gerenciadas, como o controle dos gastos pessoais e a elaboração de um orçamento familiar mensal (Potrich, Vieira & Kirch, 2015). A educação financeira é viabilizada quando o indivíduo tem acesso a determinados conhecimentos, termos, práticas e ações necessárias ao bom desempenho de tarefas financeiras no cotidiano (Jacob et al., 2000). Possibilita também que os indivíduos tenham acesso a amplo rol de condições que permitem melhor compreensão e gerenciamento de suas finanças pessoais de maneira mais saudável e satisfatória ao longo do seu ciclo de vida, com o objetivo de evitar o endividamento (Anderloni & Vandone, 2010). Embora a educação financeira se aproxime de certo modo da proteção do consumidor, pois possuem objetivos em comum, como o bem-estar financeiro, há diferenças a serem pontuadas.

A diferença principal se dá na forma como o bem-estar financeiro é buscado: as políticas que visam à proteção do consumidor focam no desenvolvimento de diretrizes legais e na apresentação de padrões mínimos de qualidade; a educação financeira vai além, pois tem como mote complementar as informações básicas por meio da

instrução e da orientação (Oliveira e Silva et al., 2017). O objetivo é a promoção da educação financeira, para que os cidadãos sejam capazes de planejar melhor as suas ações diárias, a fim de que honrem seus compromissos financeiros (Floriano et al., 2020). A alfabetização financeira é a forma a partir da qual todo o conhecimento acumulado na educação financeira pode ser reverberado no dia a dia e, desse modo, implica a gestão e uso correto dos recursos financeiros (Nascimento, Macedo e Siqueira, 2016). Todavia, em diversas vezes, o termo é entendido como sinônimo da educação ou mesmo do conhecimento financeiro, mas são construtos diferentes (Huston, 2010).

A alfabetização financeira é mobilizada com base em duas dimensões fundamentais, sendo elas a compreensão e aplicação do conhecimento (Huston, 2010). Reitera-se que os sujeitos financeiramente alfabetizados têm a devida competência para a aplicação do conhecimento adquirido por meio da educação e conscientização financeira (Moore, 2003). Dessa forma, o processo de alfabetização requer experiência prática e a integração ativa do conhecimento absorvido. Compreende-se que há uma relação de dependência direta entre os conhecimentos financeiros, os conhecimentos financeiros percebidos, as habilidades financeiras e o comportamento financeiro (Hung, Parker & Yoong, 2009). O comportamento financeiro exerce papel fundamental nessa situação, uma vez que ele depende diretamente dos demais fatores para que a cultura financeira seja fortificada e potencializada. Para tanto, um campo deve se retroalimentar do outro (Floriano et al., 2020).

Por esse motivo, salienta-se que a alfabetização financeira atrai o desenvolvimento da capacidade de aplicar os conhecimentos em finanças obtidos por meio de estratégias educativas. Além disso, outros tipos de habilidades devem ser trabalhados, como a boa gestão dos recursos, para que o bem-estar financeiro individual seja alcançado (Oliveira e Silva et al., 2017). A alfabetização financeira permite que o indivíduo, ao final, escolha as melhores alternativas para que alcance os objetivos financeiros relacionados à utilização diária do dinheiro, sendo muito mais do que a mera construção de orçamentos e do que o próprio controle de contas (Criddle, 2006). Por fim, entende-se que as finanças pessoais não correspondem a uma única forma de alfabetização, visto que, para que o indivíduo seja considerado alfabetizado financeiramente, todo o conjunto de componentes citados deve ser

articulado para que sejam alfabetizados (Oliveira e Silva et al., 2017).

#### **2.2.4 Educação financeira x comportamento econômico**

A terminologia “variáveis do comportamento econômico” não é encontrada comumente nas pesquisas. O estudo de Zucco (2015) foi o único estudo encontrado que se preocupou com a delimitação dessas variáveis econômicas, sublinhando que os fatores econômicos mais determinantes para as pesquisas da felicidade dos indivíduos são a renda, o emprego e a inflação.

No entanto, quando se fala de comportamento, é necessário lembrar que sua definição é ainda muito discutida na literatura, não podendo ser conceituado de forma simplista como a interação entre um organismo e o meio ambiente. Todorov (2012) realizou estudo teórico profundo buscando discutir as variáveis e complexidades que compõem o comportamento, identificando que estas podem interferir diretamente nos resultados de estudos. Todorov (2012, p. 34) cita o exemplo dado por Skinner,

No livro *Comportamento Verbal*, Skinner (1957) faz claramente a distinção entre os usos de comportamento (significado mais geral), resposta (instância) e operante (especificação de relação funcional). Alguns autores parecem confundir o significado de comportamento com o de operante - daí a definição de comportamento como interação. (Skinner, 1957 citado em Todorov, 2012 p.34).

Dessa forma, é importante salientar que não é interesse deste estudo dedicar-se ao comportamento, até mesmo porque, como se pode observar, a abordagem dessa temática necessita de amplo desdobramento acerca da própria definição e posteriormente do tratamento utilizado no estudo a respeito do comportamento, distanciando-se, assim, dos objetivos aqui expostos.

Assim, nota-se que os indivíduos econômicos podem ser definidos como seres capazes de se adaptarem ao meio onde habitam e, dessa forma, são auto avaliativos, porém, nem sempre têm acesso às informações completas quanto às suas motivações e ações relacionadas ao seu posicionamento na sociedade (Tsakalotos, 2005). Os indivíduos, como seres sociais, são modelados a partir de influências que impactam em seu comportamento desde o momento do nascimento, de modo que, em algum momento, será considerado como um organismo isolado (Figueiredo, 2013). Por isso, sempre será alvo de costumes, crenças e hábitos que serão adquiridos na própria sociedade. Assim sendo, o comportamento individual decorre

do contato com influências diversas (Fonseca, 1990). O comportamento econômico, nesse aspecto, está ligado aos efeitos da economia institucional. Esse conceito diz respeito às influências, pressões e preocupações da época em que esse indivíduo vive que interferem diretamente em sua vida.

O comportamento econômico do indivíduo ainda deverá perpassar por seu estado psicológico e sua relação com seu trabalho e a forma de remuneração (Carvalho & Jeunon, 2015). Nessa linha, estudos indicam ainda que instituições diversas influenciam nesse comportamento econômico diário, como a familiar, a corporativa, a secular, etc. (Samuels, 1999). Interferem diretamente na compreensão desse indivíduo quanto a diversas questões, incluindo a temática da educação financeira. Os estímulos derivados de tais instituições dizem respeito a estruturas sociais que modelam os desejos individuais (Figueiredo, 2013). Essas estruturas sociais conceituam fatos como bons e ruins e convertem verdades em crenças e fatos. Na maioria das vezes, quando esse indivíduo não passa por um processo educativo, esses fatos e crenças são meros achismos, pois não se refletem em conhecimento e habilidades que permitem chegar ao bem-estar (Samuels, 1999). Em relação ao campo das finanças, é essa a função social da educação financeira. Para que o comportamento econômico desses indivíduos não seja uma mera repetição de práticas que não funcionam, devem ser acesso ao conhecimento devido.

Para que os cidadãos consigam desenvolver um comportamento econômico positivo, devem mudar de hábitos e esse processo não é tão fácil, visto que precisa passar por uma espécie de alfabetização financeira (Silva, Silva Neto & Cunha Araújo, 2017). Os hábitos são convertidos em padrões de comportamento previamente adotados, de modo que o sujeito econômico, ao incorporar certo padrão de comportamento financeiro, mimetiza ações já preestabelecidas (Silva, 2021). É por meio de hábitos e regras que as instituições consolidam um dado comportamento. Por esse motivo, é de suma importância que a temática da educação financeira seja trabalhada em diversas instituições, para que o problema do endividamento seja efetivamente sanado (Corrêa, 2013). Os hábitos são adquiridos de maneira inconsciente, porém, quando há regras, os indivíduos ficam condicionados, em termos de pensamento e comportamento, a certos padrões a serem atingidos (Figueiredo, 2013).

Carvalho e Jeunon, (2015) enfatizam, ainda, que, além do hábito, o indivíduo exigirá



suas prioridades de consumo de acordo com o que ele entende serem suas prioridades. Assim, os hábitos também farão parte da percepção pessoal de prioridades, motivando-o ao consumo.

Todavia, uma regra, quando passa a ser executada de maneira frequente, pode vir a se tornar um hábito. Por outro lado, seguir uma regra implica a adesão do indivíduo a uma dada linha de raciocínio, aqui representada pela consciência quanto à importância de poupar para chegar a um bem-estar financeiro de sucesso (Floriano et al., 2020). Hábitos que afastam esse indivíduo de boas práticas financeiras devem ser substituídos, porque, quando reproduzidos de maneira automatizada, impedem a obtenção de êxito. Além disso, outra questão deve ser citada quanto ao comportamento econômico, pois, quando se discute sobre ele, há que se delimitar o conceito de transação, pois ela viabiliza certas percepções e ações que se refletem em um dado comportamento econômico (Figueiredo, 2013).

Portanto, até mesmo as menores relações econômicas e sociais se dão por meio da realização de pequenas, médias ou grandes transações. Compreende-se a transação como uma espécie de arranjo social que, como tal, tem como objetivo a disseminação de certos pressupostos legais, éticos e econômicos a serem respeitados pelos envolvidos naquela transação específica (Samuels, 1999). As transações não se tratam de relações entre indivíduos iguais, pois se manifestam conforme as oportunidades concedidas aos membros de cada grupo social, de modo que os mais fortes sempre terão o maior poder de barganha, pois são mais influentes (Samuels, 1999). Deve-se esclarecer que uma transação não se dá por meio de um indivíduo que visa satisfazer as suas próprias necessidades e demandas. Corresponde, portanto, a um grupo que possui uma quantidade de indivíduos que interagem entre si e influenciam no comportamento um do outro. Essa relação se dá dentro dos limites e regras instituídos, porque aqueles que possuem esse maior poder de barganha decidem como se darão as disputas (Figueiredo, 2013). Por esse motivo, é correto afirmar que as transações se dão por meio das trocas e essas trocas se dão a partir das oportunidades oferecidas aos membros envolvidos. Elas podem aparecer e desaparecer, a depender de como o embate dos grupos que pressionam e que são pressionados se concretiza nessa tensão (Figueiredo, 2013). O objetivo é manter o status quo da parte “mais forte” nessa relação (Samuels, 1999). Entende-se que esse conceito se consolida dentro de um contexto idealizado, visto que os sujeitos não têm

acesso às mesmas possibilidades e oportunidades, de modo que o desafio é chegar a uma alternativa que seja viável para todos. Um mecanismo para a diminuição dos endividamentos no cenário brasileiro é o investimento em políticas efetivas de educação financeira, para que esses indivíduos não trabalhem apenas para pagar contas, mas também para que tenham uma vida de qualidade em curto, médio e longo prazo (Floriano et al., 2020).

O comportamento econômico pode ser positivo ou negativo, a depender das influências recebidas. Por esse motivo, a educação financeira assume importante papel, pois, por meio das estratégias de alfabetização financeira, um problema que afeta os brasileiros como um todo pode ser diminuído de forma significativa (Floriano et al., 2020). O endividamento faz com que essas pessoas tenham que recorrer a terceiros para que possam suprir as suas necessidades, o que faz com que vivam apenas para sanar esses débitos (Claudino et al., 2009). Isso ocorre porque é firmado um compromisso em devolver na data estabelecida aquela quantia emprestada, que normalmente é acrescida de taxas de juros e também de correção monetária, sendo que as formas mais comuns são o cheque especial, o cartão de crédito, o crediário, o crédito imobiliário, o crédito consignado, o crédito produtivo (o capital de giro e os investimentos), etc. (Claudino et al., 2009).

É justamente o aumento da oferta de crédito (motivada pelos prazos de pagamento ampliados e pelo baixo custo de financiamentos) e a falta de uma educação financeira capaz de informar, orientar e instruir os brasileiros a não adotarem certos padrões de comportamento que podem lhes inserir em uma situação negativa que tem feito com que as pessoas consumam mais, assumindo, dessa forma, níveis de endividamento mais elevados (Claudino et al., 2009). Ferreira (2007) acredita ser fundamental o fomento da educação financeira, e, razão do crescimento de consumidores endividados no mercado brasileiro, essa educação deve estimular comportamentos capazes de impulsionar o acesso ao bem-estar financeiro. O comportamento econômico dos indivíduos, portanto, implica a mudança de padrões e hábitos que corroboram o fortalecimento da cultura do endividamento no país. É por esse motivo que as políticas educativas devem ser mais apropriadas ao saneamento desse problema que afeta o dia a dia dos cidadãos brasileiros.

### 2.3 Perito judicial e extrajudicial

A origem da palavra perícia vem do latim *Peritia*, que significa habilidade, saber e era utilizado na Roma Antiga, onde se valorizava o talento do saber. A literatura atual entende que a perícia compreende todo um conjunto de aplicação de técnicas e conhecimentos tecnológicos investigativos que produz um trabalho (laudo ou parecer pericial) a fim de auxiliar uma decisão (Lima & Araújo, 2013).

Juliano (2018) disserta sobre aqueles que podem ser peritos, mencionando os profissionais liberais, os aposentados e os empregados de empresas em geral, desde que suas profissões sejam de curso superior na área da perícia a ser realizada, como, por exemplo: administradores, contadores, economistas, engenheiros, médicos, profissionais do meio ambiente, médicos e outros.

De acordo com o website do Instituto Politécnico de Ensino a Distância (IPED, 2022):

Uma perícia é como se chama o processo de exame que é feito por um profissional especialista, que é legalmente habilitado para tal, que tem como propósito realizar a verificação ou esclarecimento de um determinado fato, procurando, entre outras coisas, conseguir determinar quais são as causas motivadoras. [...] As perícias podem ser de diversos tipos, com finalidades voltadas para cada uma das situações específicas às quais são destinadas: perícia criminal, perícia ambiental, perícia de engenharia, perícia tecnológica, perícia médica e muitas outras. Algumas são mais conhecidas do que outras, com especial destaque para as perícias criminal e médica, que são mais comuns na vida das pessoas, especialmente a segunda, que pode surgir em situações relacionadas a afastamentos de emprego, por exemplo.

Como os peritos trabalham com questões jurídicas, além de serem especialistas em sua área de conhecimento eles têm de possuir conhecimentos na área jurídica, já que são conhecimentos necessários para seu trabalho técnico e para seu maior fim, que é servir de base para a tomada de decisão do juiz (Silva, 2010). O trabalho pericial pode ser dividido em três subtipos: perícia judicial, extrajudicial e arbitral.

Conforme Lima e Araújo (2013), a perícia judicial envolve o Estado representado pelo Poder Judiciário para dirimir determinado litígio resultado da falta de acordo para resolver uma controvérsia. O autor explica que, normalmente, a perícia judicial é demandada por uma das partes do processo ou até mesmo por ambas. Além disso, também pode ser exigida pelo próprio juízo. Quando é solicitada por uma das partes,

é chamada de perícia requerida; e quando é demandada pelo juízo, é chamada de perícia de ofício.

Segundo Hoog (2007), o perito judicial é o profissional de nível superior especializado em sua matéria, que será nomeado pelo juiz para iluminar os leigos. O autor conclui que o perito é o olho tecnológico científico do Magistrado, servindo como apoio científico ao ilustre condutor judicial.

Já a perícia extrajudicial, no entendimento de Henrique e Soares (2015), não envolve o Estado e é realizada por necessidade e escolha dos demandantes do processo.

Por fim, Taveira, Medeiros, Câmara e Martins (2013) explanam que a Resolução 1.243 de 2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) conceitua que a perícia arbitral se encaminha num exercício do controle da Lei de Arbitragem nº 9.327, de 23 de setembro de 1996, em que soluciona controvérsias entre duas partes nos direitos patrimoniais envolvendo um julgador (árbitro) frente tribunal arbitral.

O Congresso Nacional classifica legalmente os peritos em peritos judiciais e assistentes técnicos, o que seria o mais próximo dos peritos extrajudiciais anteriormente mencionados.

Segundo o Projeto de Lei nº 1.229 de 2007 do Deputado Eduardo Gomes:

Art. 1º - Perito judicial é o profissional com curso superior, habilitado pelo respectivo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, nomeado por Juiz de Direito para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de Laudos e de provas científicas e documentais. Art. 2º - Assistente técnico é o profissional com curso superior, habilitado pelo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, indicado pelas partes para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, em conjunto com o Perito Judicial ou, separadamente, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de pareceres técnicos e de provas científicas e documentais (Brasil, 2007, s.p.).

### **2.3.1 A profissão de perito no Brasil**

Para iniciar a reflexão a que este estudo se propõe, faz-se necessário compreender o contexto e conceito do profissional perito no Brasil. A perícia é um trabalho utilizado desde a Antiguidade, com o objetivo de auxiliar nas decisões judiciais. E ela sempre teve como objetivo assessorar no encontro da “verdade real”, isto é, reconstruir os fatos que realmente ocorreram em determinada situação e momento para que se possa resolver corretamente uma questão judicial.

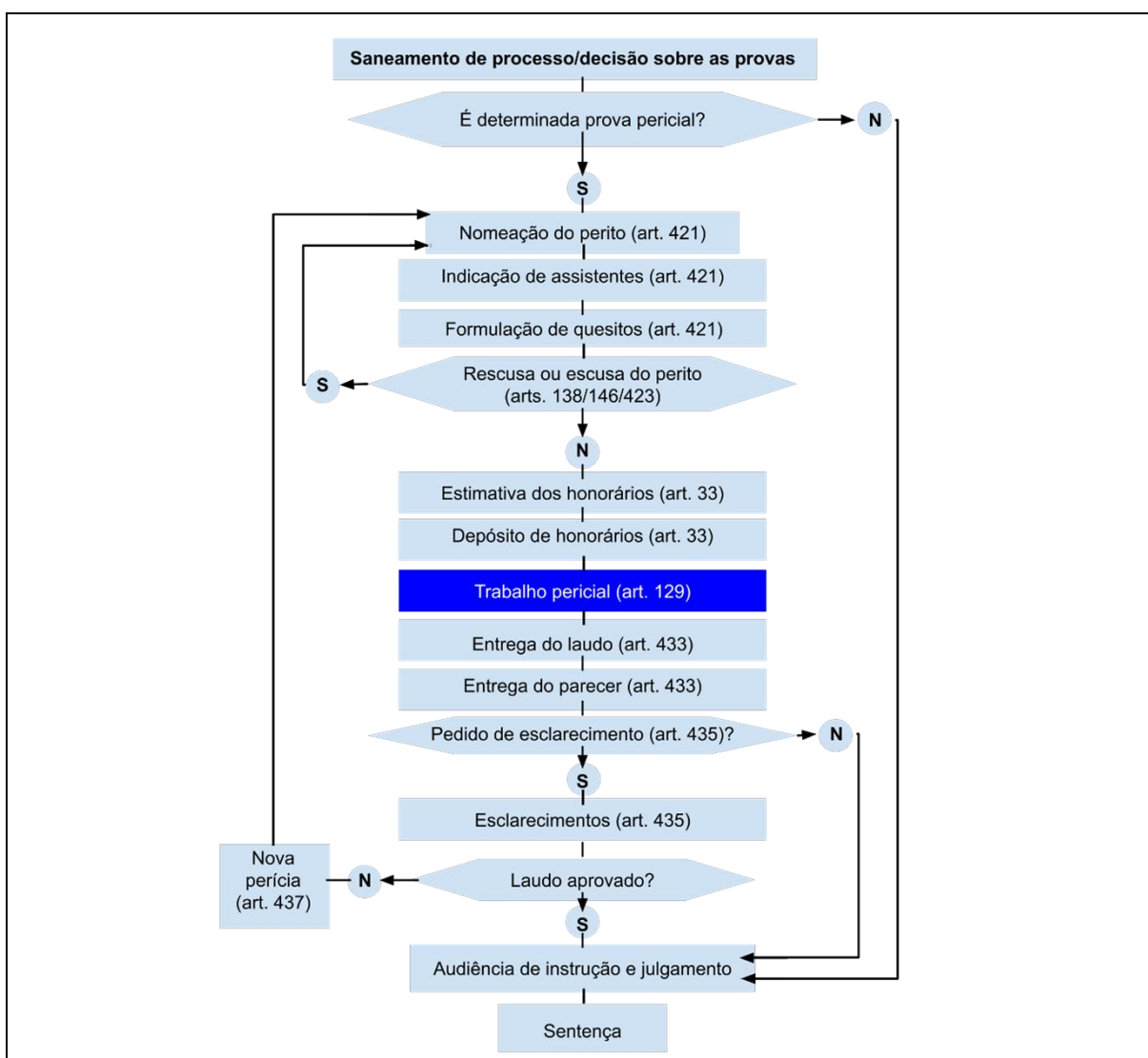
Todavia, o conceito de “verdade real” varia de acordo com a época e o local onde ele é definido (Silva, 2010). No Brasil, nossa “verdade real” advém da nossa Constituição, acompanhada da legislação vigente. E até mesmo os juízes têm de seguir esses preceitos essenciais do Estado Democrático de Direito.

No século XVII, apesar de a legislação brasileira já adotar o árbitro, ainda não havia a profissão do perito como um auxiliar da justiça. Somente em 1939 foi criada a perícia judicial no Brasil, legalizada em 1946 com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (Taveira et al., 2013).

Peleias, Ornelas, Henrique e Weffort (2011, p. 5, mencionam,

A primeira menção a "Perito Judicial" está no Decreto n. 1.339/1905, que mencionou, no parágrafo 1º do art. 1º, a oferta de um curso de Perito Judicial. O Decreto n. 17.329/1926, que aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo governo federal, foi o marco das diretrizes de ensino de Perícia Contábil. Constou, no artigo 3º, parágrafo único, que esses estabelecimentos poderiam manter cursos de especialização destinados a certas profissões, entre elas a de Perito Contador.

O trabalho do perito pode ser dividido em uma sequência lógica de fatos, que apresenta os eventos que ocorrem durante toda a realização de seu trabalho. Henrique e Soares (2015) demonstram em forma de fluxograma essa sequência de fatos na Figura 4:



**Figura 4**

Sequência de fatos lógicos do trabalho do perito.

Fonte: Henrique; M. R., & Soares, W. A. (2015). Perícia, avaliação e arbitragem. Curitiba: Intersaberes (1. ed.).

Já os procedimentos das perícias extrajudiciais e arbitrais são apresentados por Henrique e Soares (2015, p. 85) do seguinte modo:

- Tomar conhecimento do objeto de do objetivo da perícia;
- elaborar um contrato de prestação de serviços profissionais para ser assinado em conjunto com a pessoa (física ou jurídica) que o contratou;
- elaborar um plano de trabalho;
- contratar equipe de profissionais segundo as necessidades planejadas;
- receber a parcela de adiantamento de honorários;
- dar início aos trabalhos de campo.

O Projeto de Lei nº 1.229 de 2007 do Deputado Eduardo Gomes foi criado com o intuito de disciplinar e controlar as atividades do perito judicial e do assistente técnico, porém ele foi rejeitado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público por unanimidade. Apesar de ter sido rejeitado, o projeto apresenta de forma clara e eficaz o funcionamento do trabalho dos peritos, dissertando sobre qual linguagem deve ser adotada, informações importantes que eles devem considerar, prazos a serem cumpridos e até mesmo os itens mínimos encontrados comumente em um laudo pericial, como estabelece o art. 5º e deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I - identificação do processo e das partes;
- II - síntese do objeto da perícia;
- III - metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- IV - identificação das diligências realizadas;
- V - transcrição dos quesitos;
- VI - respostas aos quesitos;
- VII - identificação do perito judicial e dos assistentes técnicos, quando houver;
- VIII - outras informações entendidas como importantes para melhor esclarecer ou apresentar o laudo pericial ou o parecer técnico. (Brasil, 2007)

Em sua justificção, o deputado evoca alguns fatos históricos e faz uma conexão com o surgimento e a necessidade do papel do perito como um auxiliar da justiça. O documento que apresenta o projeto de lei do Deputado Eduardo Gomes, assim como seu veto pela comissão avaliativa, está anexado a este trabalho (Anexo A). Apesar de não ter sido aprovado, a discussão sobre a regulamentação do trabalho do perito ainda é bastante atual e representa uma questão com opiniões divididas entre os profissionais desse meio.

### **2.3.2 Perito judicial e extrajudicial como profissional autônomo**

Martins (2013) preleciona que a pessoa que possui modelo de trabalho autônomo é aquela que se responsabiliza pela comercialização de determinado produto ou serviço, assumindo os riscos da sua atividade econômica, e não possui vínculos empregatícios, tampouco possui algum tipo de estabilidade, porém, busca sempre

retorno financeiro maior, enfrentando as instabilidades do mercado. Geralmente, esses profissionais que optam pelo modelo de “autônomo” possuem habilidades específicas, nem sempre relacionadas à formação acadêmica ou técnica, e buscam flexibilidade tanto do local, quanto do horário, quanto de salário. Os serviços ou produção própria do produto comercializado costumam ocorrer por encomenda ou até mesmo por uma espécie de contrato, em que o responsável pelos respectivos impostos é a pessoa autônoma.

O controle e gestão financeira para esses profissionais podem apresentar-se como grandes desafios, já que seus ganhos tendem a flutuar e na maioria dos casos se exibem em conjunto com seus gastos pessoais, interferindo no planejamento do custo para exercício e continuidade da atividade (Arruda & Ferreira, 2019). Em virtude da caracterização dessa categoria profissional, os trabalhadores liberais conseguem usufruir de uma série de vantagens, sobretudo em virtude dessa autonomia, porém se deparam com algumas responsabilidades concernentes ao processo de tomada de decisões (Trindade, Aioffi, Mainardes & Lasso, 2016).

Ressalta-se ainda que na falta de hierarquias a serem obedecidas, quem cria as regras são os próprios profissionais autônomos. Além disso, outras vantagens são a flexibilização nos horários de trabalho, não precisar procurar vagas no mercado de trabalho e a possibilidade de faturamento maior do que o esperado (Nardoni, 2019).

Entretanto, especificamente, sobre possíveis faturamentos além do esperado, este só se torna uma vantagem e/ou um benefício se o indivíduo souber como fazer o melhor uso dessa renda adicional, o que novamente redimensiona esta pesquisa a acentuar a importância da educação financeira para que as vantagens a serem experienciadas por essa categoria sejam de fato um benefício e não um risco (Antonialli et al., 2010).

Embora o exercício de uma profissão de forma liberal, ou seja, autônoma, tenha, de fato, as suas vantagens, elas apenas são experienciadas no dia a dia quando o sujeito consegue se planejar quanto às suas finanças pessoais e do próprio negócio (Gomes & Sorato, 2010). Caso o planejamento financeiro não seja feito da maneira apropriada, esse profissional passa a conviver em um cenário marcado por riscos e problemas, uma vez que se trata de um ramo em que o pagamento é feito apenas após o serviço



executado de forma individual pelo profissional (Nardoni, 2019). Assim sendo, o bom desempenho, do ponto de vista financeiro, depende da produtividade final desse profissional no mês. A renda, por não ser um valor fixo, muda a cada mês. Dessa forma, a falta de planejamento e conseqüente controle de gastos pode fazer com que não apenas esse indivíduo seja prejudicado, mas também todos que fazem parte do seu núcleo familiar (Costa, 2018).

A educação financeira, nessa situação, é o principal meio que permite que esse profissional liberal, que trabalha de forma autônoma, tenha mais consciência acerca das estratégias que devem ser empregadas para que não viva apenas para quitar dívidas, mas também para investir em um futuro promissor por meio do ato de poupar (Trindade et al., 2016). Outra questão que deve ser pontuada quanto às finanças pessoais dos profissionais liberais diz respeito aos custos fixos necessários à manutenção da própria atividade laboral (Nardoni, 2019).

O planejamento financeiro desse profissional, portanto, deve levar em consideração que mensalmente alguns custos fixos deverão ser sanados, como aqueles que envolvem a infraestrutura e os insumos e materiais básicos necessários à execução do ofício (Antonialli et al., 2010). Com isso, percebe-se que essas atividades dependem de investimentos constantes, mesmo que não haja retorno financeiro.

Além disso, há outras questões que devem ser supridas por esses profissionais que atuam de forma liberal. E a educação financeira pode ajudá-los a se preparar de forma mais estratégica para sanarem tais exigências (Nardoni, 2019). Percebe-se que os profissionais liberais, a fim de que possam atuar de forma legal no cenário brasileiro, precisam se organizar como uma empresa e devem pagar tributos e agir por meios legais como qualquer outro tipo de organização (Nardoni, 2019).

Em sua prática de trabalho têm que emitir notas fiscais ou recibos, bem como devem pagar tributos de diversas espécies. Os custos mensais relacionados à manutenção da empresa também devem considerar que o imposto de renda deve ser feito no momento apropriado, seja como pessoa física ou jurídica, e outros tipos de prestação devem ser feitos frente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre Serviço (ISS).

Percebe-se que a falta de habilidades básicas ao manusear os conceitos financeiros essenciais é a realidade da maior parte dos indivíduos, não apenas dessa categoria profissional, mas dos brasileiros no geral (Costa, 2018). Por esse motivo, a temática da educação financeira tem sido defendida e explorada em diversos panoramas e em todo o globo. Assim sendo, os estudos têm indicado que as pessoas que não são alvos de tal educação financeira, que não são alfabetizadas nessa temática, não conseguem tomar decisões positivas, coerentes e eficientes (Gomes & Sorato, 2010). Como os profissionais liberais lidam mensalmente e também anualmente com uma renda variável, na maior parte dos casos não detêm o devido conhecimento quanto à importância da gestão financeira e do planejamento e controle dos gastos, tanto pessoais quanto da empresa (Nardoni, 2019). Todavia, é crucial que nesse regime de trabalho sejam traçadas metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo.

A educação financeira, atrelada à alfabetização financeira, são estratégias essenciais e decisivas ao desenvolvimento de habilidades e competências que fomentam, no dia a dia, uma boa relação com as finanças pessoais, porém, para que isso seja viabilizado, o profissional deve estar disposto a buscar esse conhecimento, assim como a mudar de hábitos (Potrich et al., 2015).

A alfabetização financeira permite que esses sujeitos, não apenas os profissionais liberais, façam uso efetivo dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas por meio da educação (Trindade et al., 2016). Dessa feita, recomenda-se a proposição de estratégias que estimulem a criação de um orçamento doméstico, o aprendizado administrativo, o pagamento de dívidas de maneira assertiva e a realização de compensações entre diferentes produtos de crédito e investimento. E para que essas ações sejam viáveis, o conhecimento é crucial (Savoia, Saito & Petroni, 2007).

Assim, como o profissional autônomo está sujeito às flutuações do mercado e, conseqüentemente, à variação da oferta de seu produto ou serviço, o planejamento se apresenta fundamental para o controle de suas finanças, que além de evitar endividamento proporciona meios para acúmulo de capital e formação de patrimônio, havendo, portanto, a necessidade de educação financeira (Silva Neto et al., 2016).

Hastings et al. (2013) advertem que os estudos mostram a relação direta entre o conhecimento financeiro, comportamentos e resultados financeiros, que podem ser reconhecidos como fundamentais para os profissionais peritos, uma vez que se trata de profissionais que atuam no campo da autonomia e que estão sujeitos constantemente a variações de sua renda. Torna-se essencial para o seu bem-estar o engajamento em boas práticas financeiras, como: pagar as contas em dia, realizar um fluxo de caixa pessoal, fazer orçamentos, pagar o cartão de crédito integralmente, especialmente no controle de compras que foram divididas, fundo de emergência, investimentos, metas, entre outros.

### **3 Metodologia**

O método no desenvolvimento da pesquisa acadêmica científica pode ser definido como o caminho percorrido para se alcançar um objetivo predeterminado. Sua sistematização estabelece o rigor que o pesquisador utilizou, bem como as possíveis restrições e delimitações em cada etapa do processo (Gil, 2008; Richardson, 2017). Para este estudo, visando estabelecer as etapas e meios de realização da pesquisa, foram apresentados os seguintes processos metodológicos: caracterização da pesquisa, definição da unidade de análise e unidade de observação, delimitação da população e cálculo amostral e escolha dos procedimentos para a coleta de dados e para análise dos resultados.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo aplicada. Thiollent (2009) ensina que as pesquisas aplicadas no ramo das ciências sociais demonstram-se como ferramentas potenciais para a compreensão dos fenômenos contemporâneos, concentrando-se nos problemas presentes, investigando as organizações e os atores que fazem parte delas, almejando, assim, estabelecer parâmetros para soluções, impasses e compreensões de fenômenos. Assim, esta investigação pode ser considerada aplicada, uma vez que usou a ferramenta de pesquisa de campo para entrevistar profissionais que atuam como peritos no Brasil. Buscou-se analisar qual a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade desses profissionais.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas aplicadas procuram investigar, além de outras coisas, determinado cenário ou fenômeno, trazendo ao ambiente da pesquisa um reconhecimento. Esse reconhecimento também foi proporcionado pela descrição, expondo o caráter de estudo descritivo. Para Vergara (2000), a pesquisa descritiva concentra-se em produzir características de determinada população ou fenômeno que sejam capazes de estabelecer correlações entre as variáveis investigadas, não tendo, portanto, o objetivo de explicar o fenômeno ou população, mas apenas descrevê-lo, assim como é proposto por este estudo.

Por fim, a pesquisa foi considerada de natureza abordagem quantitativa. Richardson e Peres (1999) esclarecem que as pesquisas quantitativas buscam demonstrar seus resultados por meio de quantificação, sendo possível com a utilização de ferramentas que permitam a coleta de informações ou, ainda, via documentos que tenham como objetivo evidenciar os resultados com base em técnicas estatísticas, promovendo melhor visão sobre determinado contexto (Malhotra, 2001).

### **3.2 Unidade de observação**

A unidade de observação foi composta de coordenadores de pós-graduação de perícia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

### **3.3 População**

Para conhecer quantos peritos existem no Brasil, pesquisou-se na base de dados do Google, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações e nos sites oficiais como da Associação dos Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores do Estado de Minas Gerais. Não foi encontrada informação oficial ou números aproximados de peritos, sendo apurada variação de 1.100 no website da Revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e 12.000 no website do G1, para peritos criminais. Nas outras áreas não foi possível qualquer aproximação.

Malhotra (2001) ainda argumenta que a quantificação para definir a amostra a ser estudada é realizada a partir de um cálculo específico, que na grande maioria das vezes deve contar com o número geral da população de amostra, porém nada impede que a amostra seja definida por conveniência, como foi o caso deste estudo.

Assim, Hair, William, Babin e Anderson (2009) explicam que nas amostras não probabilísticas a seleção do elemento de cálculo base da população é desconhecido. Como no caso deste estudo onde não existe nenhum órgão ou Conselho Federal capaz de reunir um número exato da quantidade de peritos judiciais, sendo então utilizados a quantidade máxima de peritos que foi conseguido abarcar (Hair et al, 2009).

Assim, a coleta de dados foi por amostragem não probabilística por conveniência, ou seja, de acordo com os respondentes que se enquadraram no perfil investigado.

Mattar (1996, p. 132) explicita que uma amostra não probabilística é considerada quando os elementos da população não podem ser definidos de forma concreta e independentem, portanto, do julgamento do pesquisador, pois costuma enfrentar limitações de tempo e recursos (acessibilidade, representatividade, oportunidades, ocorrência de fatos ou eventos e ainda disponibilidade de tempo e recursos financeiros ou humanos).

Schiffman e Kanuk (2000) acrescentam que na amostra não probabilística por conveniência o pesquisador seleciona os membros da população por capacidade de acesso, como foi o caso deste estudo, tendo sido procurados os peritos judiciais e extrajudiciais nas redes sociais, no programa de formação da PUC-MG e nas Associações de Peritos, já que não há algum órgão oficial que forneça o número exato dessa categoria de profissional no Brasil.

A Tabela 2 exibe a área de atuação dos peritos convidados a participar desse estudo.

**Tabela 2**  
Áreas de peritos atuantes

Classificação/País		Classificação/País	
1	Perícia contábil	10	Perícia em Informática
2	Perícia criminal	11	Perícia documentoscópicas
3	Perícia médica	12	Perícia em audiovisual e eletrônicos
4	Perícia econômico-fi- nanceira	13	Perícia farmacêutica
5	Perícia trabalhista	14	Perícia veterinária
6	Perícia grafotécnica	15	Perícia em Química Forense
7	Perícia ambiental	16	Perícia em Genética Forense
8	Perícia de Engenharia	17	Outras perícias de especialidades mais incomuns
9	Perícia de laboratório		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

### 3.4 Procedimentos para coleta de dados

Primeiramente foi realizada investigação online por associações ou organizações dos tipos de peritos existentes no Brasil. Em seguida foi enviado e-mail para todas as

entidades apresentando a pesquisa que estava sendo realizada e solicitando o apoio na divulgação entre os seus possíveis associados. Nessa primeira ação apenas a Associação dos Peritos Contadores do Estado do Ceará retornou o contato, e replicou o estudo.

Dessa forma, devido ao retorno insatisfatório de respostas, foram realizados outros tipos de ações. No website da Associação de Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores de Minas Gerais existe uma aba para que os peritos interessados disponibilizem seus respectivos e-mails publicamente<sup>1</sup>, onde constam 206 contatos de peritos. Foram encaminhados e-mails manuais um a um solicitando a participação. Após essas duas ações apenas 41 questionários foram respondidos, sendo necessário, então, realizar mais ações.

A terceira ação para a busca de respondentes foi feita no banco de dados de alunos e ex-alunos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu em Perícia Contábil, Master of Business Administration (MBA) em Perícia Econômico-Financeira e Avaliação e Perícias de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A pesquisa foi apresentada para todos os coordenadores e professores do curso, solicitando também apoio e indicação de demais entrevistados.

Por fim, a quarta ação foi o mapeamento na rede social do pesquisador e, posteriormente, a abordagem individual para apresentação da pesquisa e posterior participação, alcançando assim o resultado de 110 respostas.

A pesquisa com os peritos foi conduzida por meio do levantamento de campo (survey). De acordo com Freitas, Oliveira, Saccol e Moscarola (2000, p. 105): “a pesquisa survey pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo”.

O desenvolvimento do formulário ocorreu online, por meio da ferramenta Google Forms, gerando um link para preenchimento que foi enviado por e-mail e também

---

<sup>1</sup> <https://www.aspejudi.com.br/peritos.php>.

WhatsApp. As perguntas do questionário quantitativo (Apêndice B) utilizado na coleta de dados e construído a partir de questões sobre o perfil sociodemográfico (primeira parte) e de questões elaboradas para investigar a percepção dos respondentes quanto ao índice de educação financeira Variável 1 – Conhecimento básico e Conhecimento avançado. Comportamento e Atitude; Percepção de felicidade - Escala de Felicidade Subjetiva (escala Likert 7 pontos). Nesta fase, procedeu-se os ajustes necessários para aplicação da escala no contexto desse estudo, envolvendo questões fechadas que procuraram compreender a percepção de felicidade e o comportamento econômico dos peritos judiciais e extrajudiciais.

### **3.5 Procedimentos para análise dos resultados**

Para realizar a análise dos dados, utilizou-se o software estatístico SPSS Statistical Package for the Social Science versão 25, o que permitiu avaliar os dados estatísticos por meio de análise multivariada. Para efeito das análises estatísticas, elaboraram-se estatística descritiva, análise de confiabilidade e alfa de Cronbach e correlação de variáveis.

#### **3.5.1 Limpeza dos dados – Verificação de missing e outlier**

A limpeza de dados refere-se a garantia da qualidade dos dados que segundo Migliavacca (2017), obter maior confiabilidade dos dados, significa realizar uma verificação criteriosa dos dados perdidos e das observações atípicas. Submeter os dados previamente a análise constitui-se em identificar dados perdidos ou valores ausentes (*missing data ou values*) e observações atípicas (*outliers*).

Por isso Silva, Chacon, Pederneiras e Lopes (2004) alertam sobre a fundamentalidade na identificação de outliers, uma vez que dados de uma determinada medição podem trazer informações não esperadas, pois outliers são elementos que não obedecem a um padrão do conjunto. Nesse contextos os dados coletados no presente estudo foram submetidos às verificação de *missing* ou *outliers*.



### 3.5.2 Análise de confiabilidade

Lee J. Cronbach (1951), exibiu o coeficiente alfa de Cronbach como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. (Da Hora, Monteiro & Arica, 2010). Os autores explicam que ainda “não há um formalismo matemático para se dizer se uma escala é válida ou não. Por esse motivo, muitos pesquisadores avaliam a validade da escala pelo nível de confiabilidade”. (Da Hora et al., 2010, p. 6). Considerando que todos os atributos de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente  $\alpha$  é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador, por meio da equação representada pela Figura 5.

$\alpha = \left( \frac{k}{k-1} \right) \times \left( 1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right)$	<p>Em que:  k corresponde ao número de itens do questionário;  <math>s_i^2</math> corresponde a variância de cada item; e  <math>s_t^2</math> corresponde a variância total do questionário, determinada como a soma de todas as variâncias</p>
--	---

**Figura 5**

Análise do coeficiente Alfa de Cronbach.

Fonte: Da Hora, H. R. M.; Monteiro, G. T. R.; Arica, J. (2010, jun). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, 11(2), 85-103. Recuperada de <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321/8252>.

A finalidade do coeficiente Alfa de Cronbach é medir a correlação entre as questões de um questionário por meio de análise das respostas dadas pelos entrevistados, gerando uma correlação média entre os questionamentos.

### 3.5.3 Estatística descritiva das escalas

A estatística descritiva utilizada para fins desta pesquisa trará uma estatística a partir dos dados coletados uma vez que a Análise Indutiva/Inferencial não é viável pela carência de informação sobre o número total de peritos no Brasil. Assim, a análise será pontuada a partir dos preceitos de Freund e Simon (2000) que explicam ser esta técnica vista como um modo de admitir resumir, descrever e compreender os dados de uma distribuição, por meio de medidas de tendência central (média, moda e mediana), medidas de dispersão (valores mínimo e máximo, desvio-padrão e variância), percentis e quartis. Segundo Reis e Reis (2002, p. 5), esta é a fase inicial.

Após a coleta dos dados, os métodos de “Estatística Descritiva são utilizados para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos”. E ainda, esse tipo de estatística são responsáveis por organizar os dados, bem como, viabilizar a demonstração das características principais das variáveis investigadas, e, das respostas obtidas. (Reis & Reis, 2002).

Seguindo as orientações de Gonçalves (2010) na primeira parte da pesquisa descritiva, os dados foram apresentados por meio de gráficos simples, introduzindo os aspectos gerais, com a finalidade de descrever os dados relativos ao fenômeno. Na sequência, foram aplicadas as normativas estabelecidas para este método estatístico, e apresentando então as tabelas propostas neste tipo de análise.

### **3.5.2 Análise de correlação**

A análise de correlação foi utilizada para identificar a existência (de relação ou de não relação entre variáveis), recorreu-se à análise de correlação de Pearson (Tabela 3) Este tipo de análise indica a forma como duas ou mais variáveis se comportam em conjunto, medindo a intensidade e a direção da relação entre si. Na correlação de Pearson, não é possível discernir qual a variável explicativa e a variável dependente, o que implica que o grau de variação conjunta entre X e Y é igual ao grau de variação presente entre Y e X (Lira, 2004).

O Coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ) varia entre -1 e 1. O sinal indica a direção positiva/negativa da relação entre as variáveis, ao passo que o valor indica a força dessa mesma relação. (Figueiredo Filho & Silva Júnior, 2009). Portanto quanto mais próximo o valor estiver de 1, mais forte é a associação entre as variáveis (Bryman & Cramer, 2003), entretanto, se a correlação apresentar o valor zero ( $r=0$ ), não existe qualquer associação entre as variáveis. A Tabela 3 expõe a classificação das correlações conforme preceitua Mâroco (2011).

**Tabela 3**  
Classificação dos valores de Correlação de Pearson

Valor de correlação	Classificação
>.75	Correlação muito forte
.50-.75	Correlação forte
.25-.50	Correlação moderada
<.25	Correlação fraca

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As correlações mensuradas nesse estudo foram: Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em geral, acho que sou; Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou; Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acho que sou; Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Gênero; Coeficientes de correlação: “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente”; Coeficientes de correlação: “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”; Coeficientes de correlação: “O dinheiro é feito para gastar”.; Coeficientes de correlação: “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”.

## 4 Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo apresentam e discutem-se os resultados desse estudo.

### 4.1 Apresentação dos Resultados

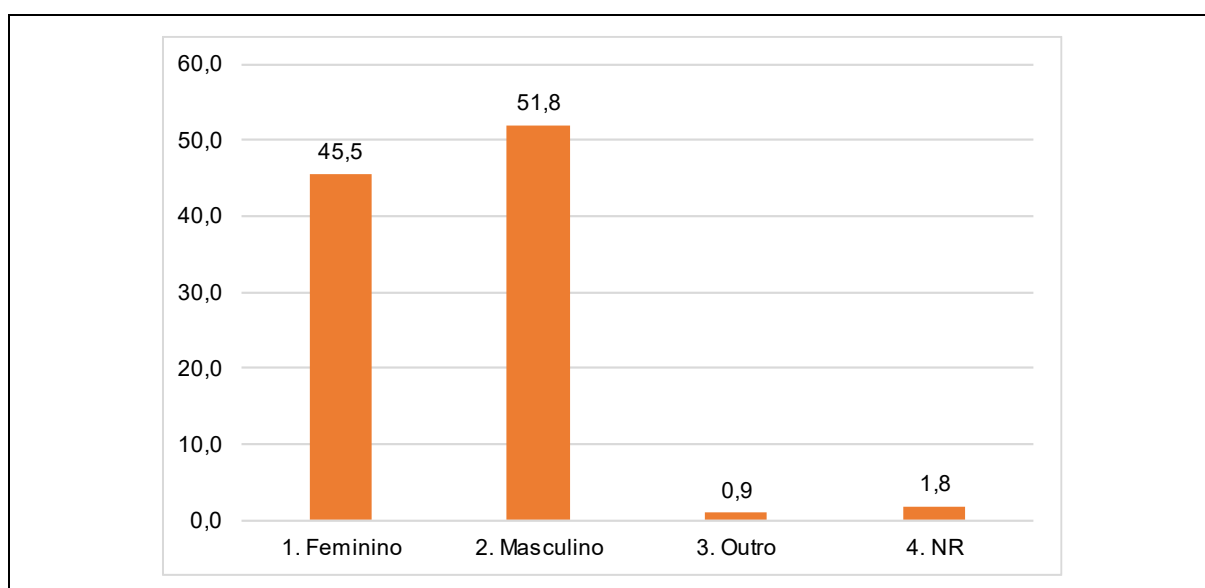
Os resultados desta fase da pesquisa estão em grupo, conforme análise das seis etapas.

#### 4.1.1 Pesquisa quantitativa

Foram obtidas 110 respostas, todos os questionários foram aproveitados. Esta pesquisa foi dividida em seis etapas: a) caracterização demográfica dos participantes; b) índice de educação financeira: conhecimentos básicos; c) índice de educação financeira: conhecimentos avançados; d) índice de educação financeira: comportamento; e) índice de educação financeira: atitude; f) e, por fim, percepção de felicidade.

#### 4.1.2 Características dos entrevistados

Representada na Figura 6, a primeira pergunta conduziu os respondentes a indicarem o seu sexo.



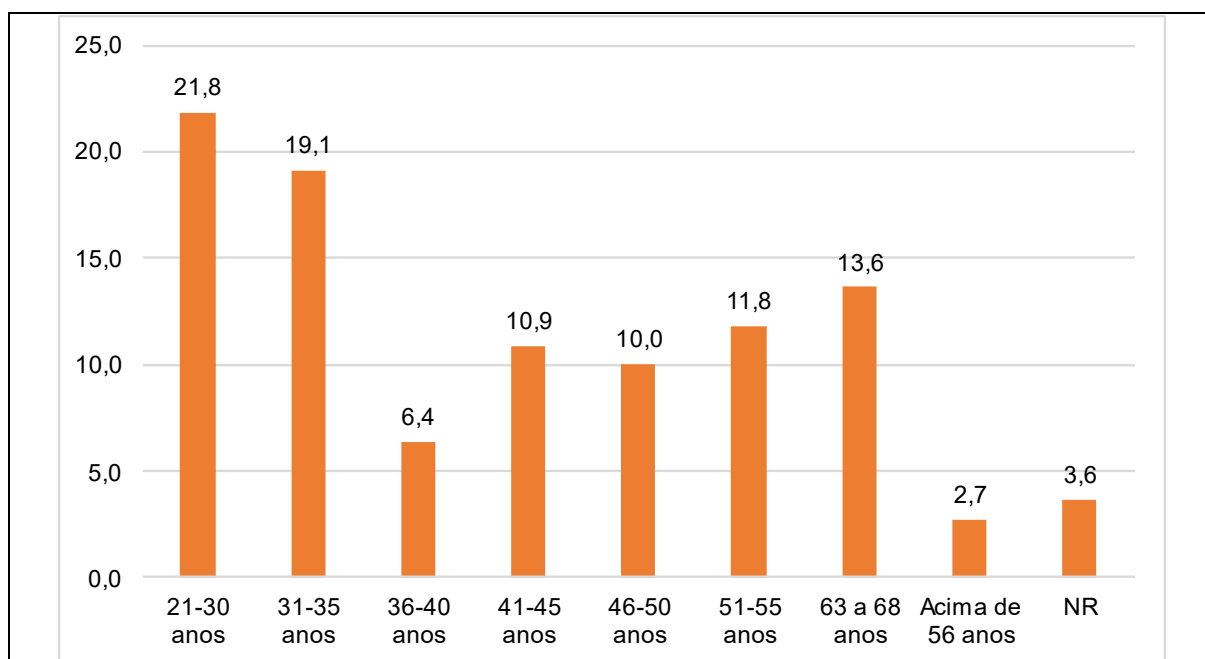
**Figura 6**

Gênero

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Dos 110 respondentes, 45,5% (50) são do sexo feminino e 51,8% (57) do sexo masculino. De acordo com os resultados, a maior parte dos respondentes era do sexo masculino. Assim observou-se equidade entre o número de homens e mulheres atuando como peritos. Outros (2,7%) optaram por Outro e NR, Não respondeu.

A Figura 7 representa os resultados sobre a Faixa etária dos entrevistados.



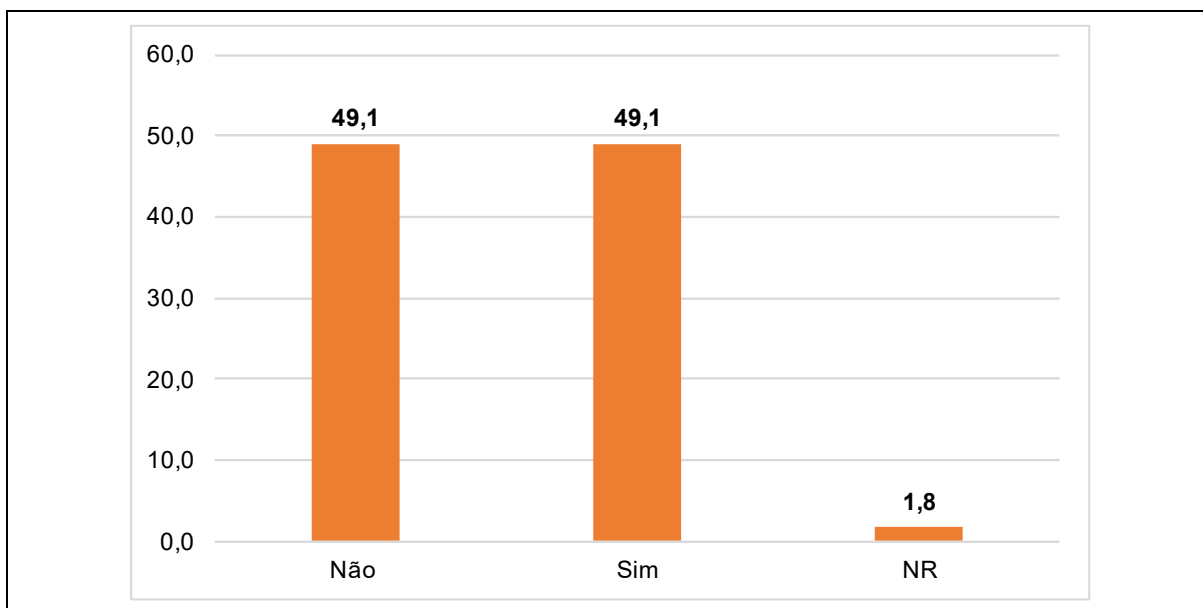
**Figura 7**

Faixa etária dos respondentes

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os resultados referentes à faixa etária, a maioria (21,8%) dos respondentes o equivalente a 24 estão na faixa etária de 21 a 30 anos. Outros (19,1%) 21 pessoas, estão na faixa etária de 31 a 35 anos. As idades de 36-40 anos (6,4%) o correspondente a 7 entrevistados. Outros (10,9%) informaram idades de 41 a 45 anos o equivalente a 12 entrevistados. 11 pessoas disseram ter idade entre 46 a 50 anos (10%). A faixa etária de 51 a 55 anos 13 indivíduos (11,8%) foram registrados. A faixa etária de 63 a 68 anos foi apontada por 15 respondentes (13,6%). Aqueles acima de 56 anos obtiveram um percentual de (2,7%) o equivalente a 3 pessoas. E outros 4 respondentes optaram por Não Responder (NR) significando 3,6%.

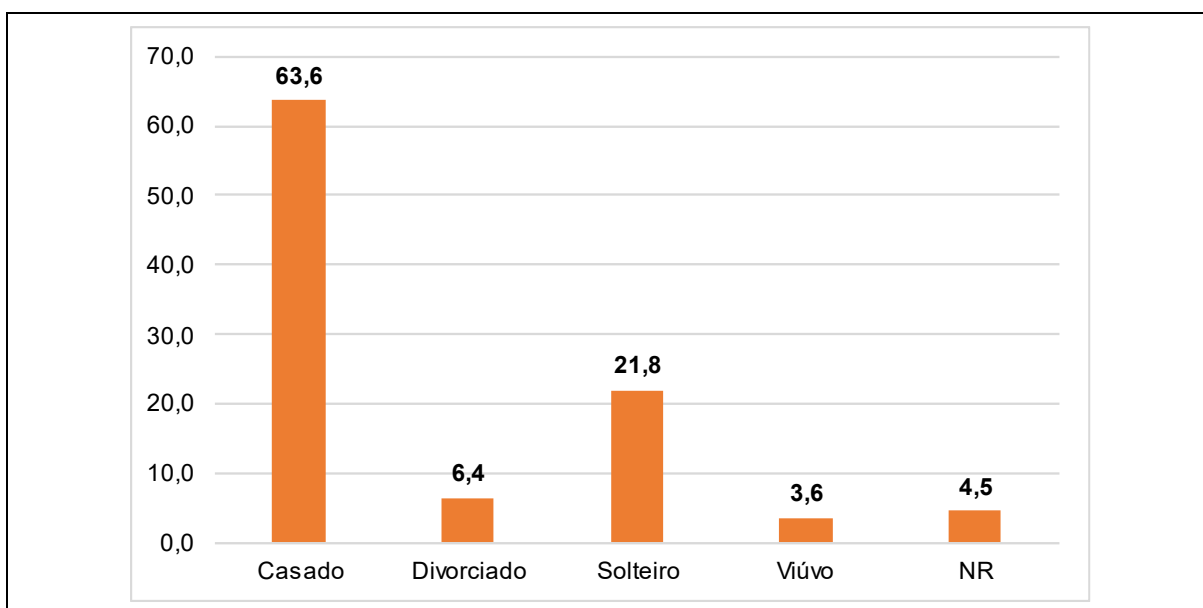
Em seguida, questionou-se se os respondentes tinham dependentes, os resultados estão descritos na Figura 8.

**Figura 8****Dependentes**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os valores contabilizados foram bem equilibrados entre as afirmativas “Sim” e “Não” mostrando (49,1%) o equivalente a 54 pessoas respectivamente e, outros (1,8%) optaram por Não Responder (NR)

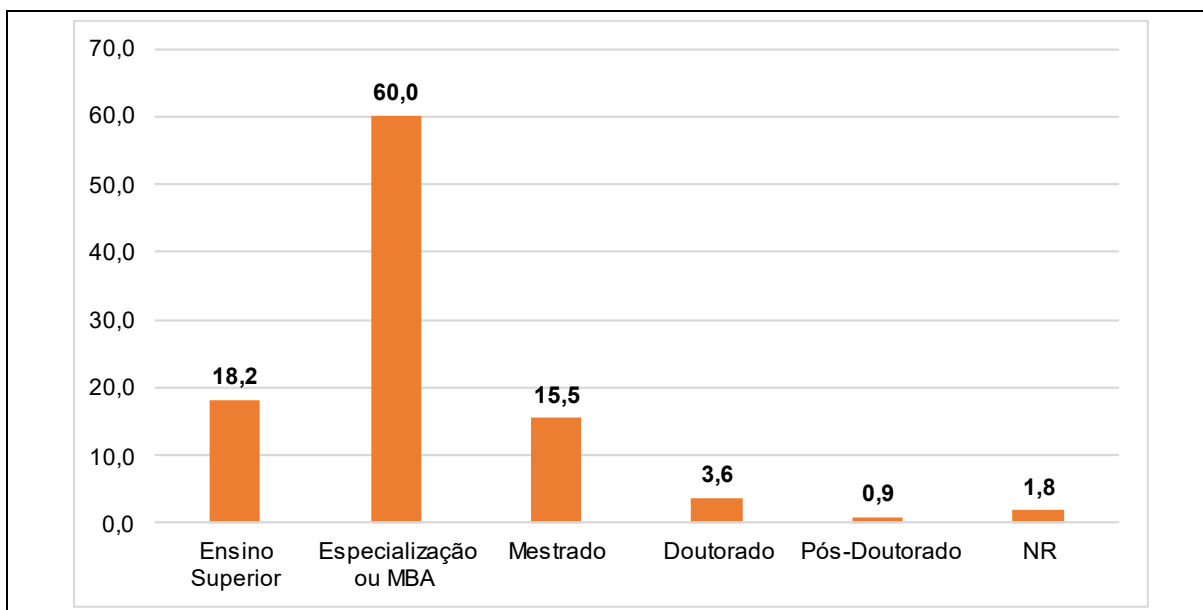
Na Figura 9 está evidenciada a escolaridade dos participantes.

**Figura 9****Estado Civil**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A maioria dos entrevistados informaram a condição de casado com (63,6%) de afirmativas o correspondente a 70 pessoas. Os solteiros somaram (21,8%) o equivalente a 24 entrevistados. Os divorciados foram (6,4%) iguais a 7 afirmativas e os viúvos obtiveram (3,6%) das respostas, 4 pessoas). outros 5 entrevistados, (4,5%) escolheram NR (Não responder).

A Figura 10 representa os resultados referente a formação dos respondentes.



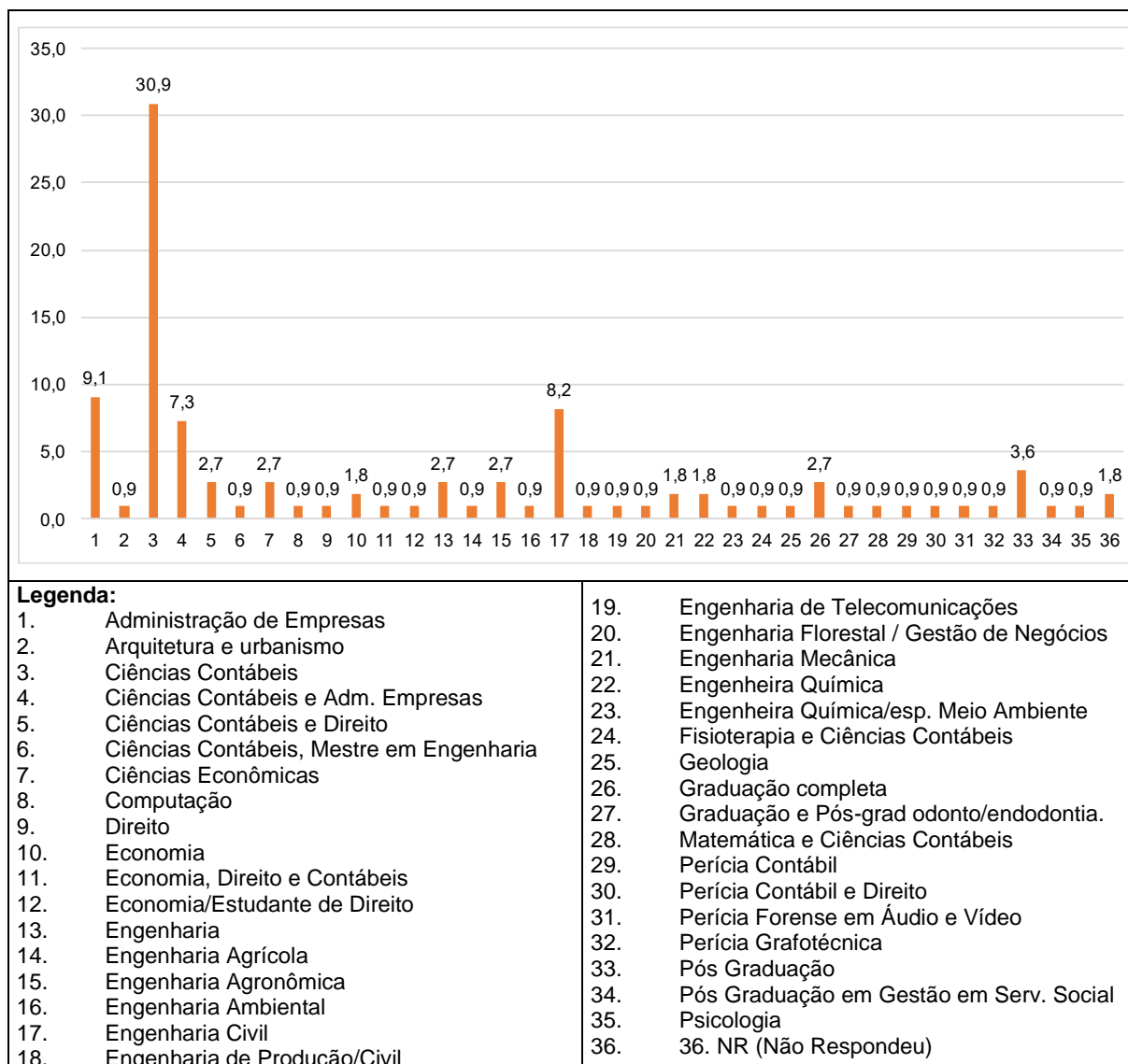
**Figura 10**

#### Formação

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A maioria tem formação em nível de especialização ou MBA, representando (60%) ou 66 pessoas. A segunda maior parte das pessoas sinalizou ter apenas o ensino superior completo, representada por (18,2%) dos respondentes, ou 20 pessoas. Em terceiro lugar vieram as pessoas que terminaram o mestrado, representando (15,5%) dos respondentes, ou 17 pessoas. Apenas quatro pessoas sinalizaram ter completado a formação de doutorado, representando (3,6%) das respostas. Apenas um entrevistado disse ter a titulação de doutor o equivalente a (0,9%); Ninguém declarou ter o título de pós-doutorado. E, por fim 2 entrevistados optaram por Não responder NR com (1,8%).

A seguir, a Figura 11 representa o tipo da formação superior dos respondentes.

**Figura 11****Tipo de formação**

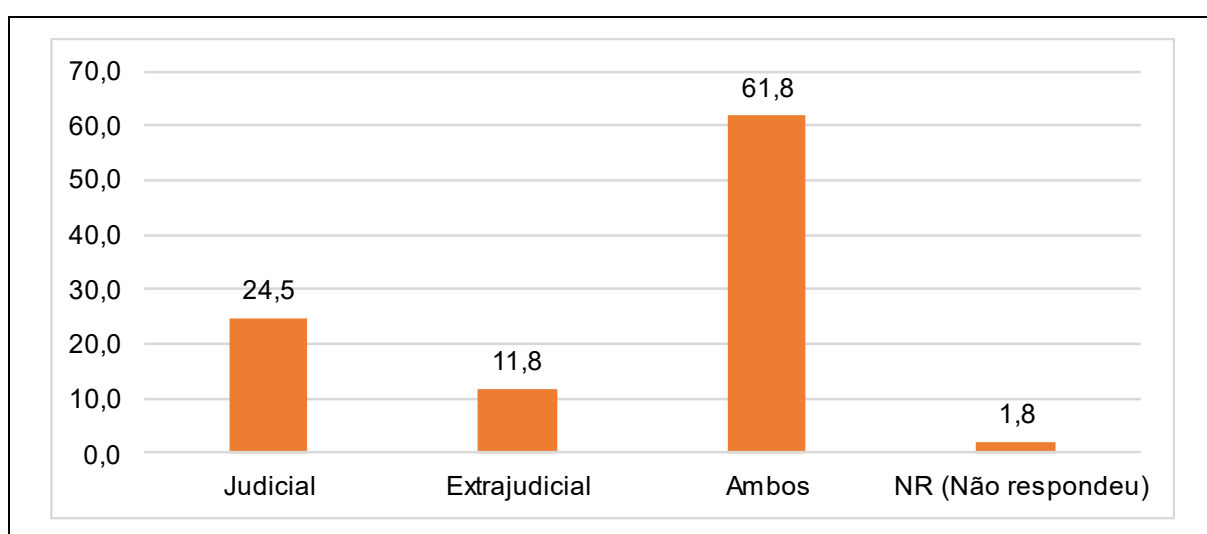
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Dentre os 110 respondentes, A formação mais comum foi a de Ciências Contábeis, representada por 34 pessoas o equivalente a (30,9%); Outros 22 pesquisados (20%) cursaram: Arquitetura e urbanismo; Ciências Contábeis, Mestre em Engenharia; Computação; Direito; Economia, Direito e Contábeis; Economia/Estudante de Direito; Engenharia Agrícola; Engenharia Ambiental; Engenharia de Produção/Civil; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Florestal / Gestão de Negócios; Engenheira Química/esp. Meio Ambiente; Fisioterapia e Ciências Contábeis; Geologia; Graduação e Pós-grad odonto/endodontia; Matemática e Ciências Contábeis; Perícia Contábil; Perícia Contábil e Direito; Perícia Forense em Áudio e Vídeo; Perícia Grafotécnica; Pós Graduação em Gestão em Serv. Social; Psicologia, sendo o percentual obtido por cada um (0,9%) respectivamente; O percentual de



(13,6%) somado para os cursos de Ciências Contábeis e Direito; Ciências Econômicas; Engenharia; Engenharia Agrônômica e Graduação completa tendo cada um deles (2,7%) foi informado por 5 respondentes concomitantemente; (9,1%) correspondente a 10 entrevistados disseram ter cursado Administração de Empresas; (8,2%) fizeram Engenharia Civil; (7,3%) são formados em Ciências Contábeis e Administração de Empresas (3,6%) são Pós Graduados; E, por fim (1,8%) optou por NR ou seja, dois entrevistados Não respondeu a essa indagação.

Na Figura 12 verifica-se o tipo de perícia dos respondentes.



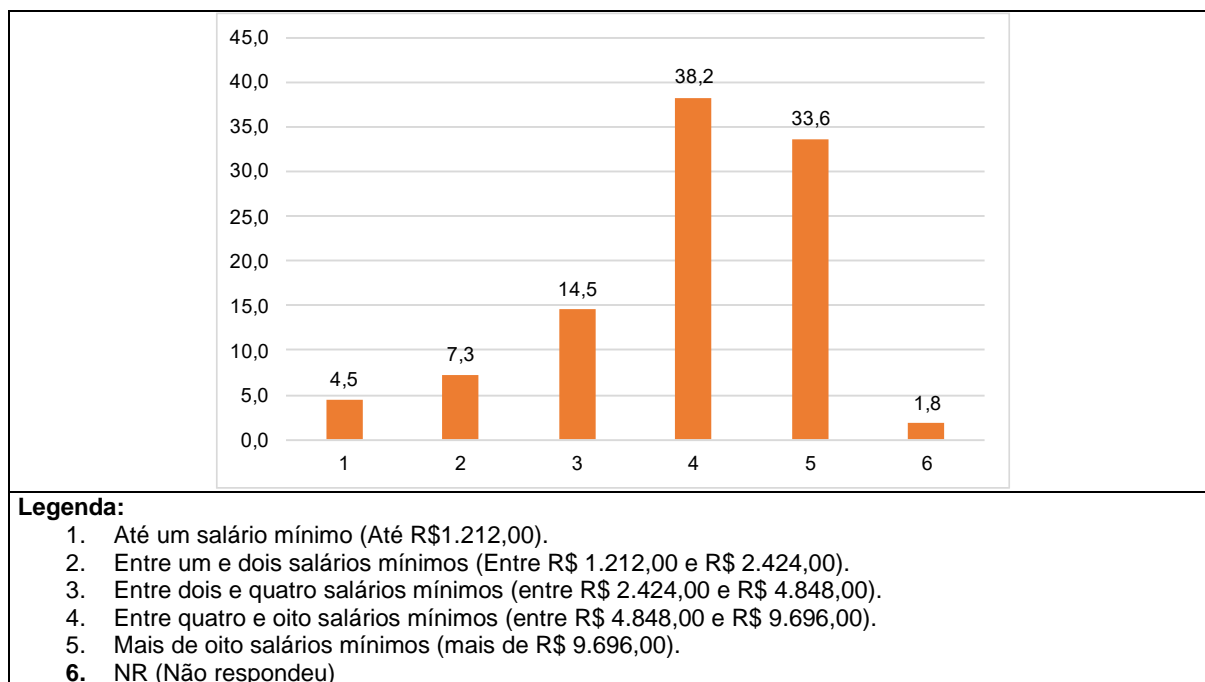
**Figura 12**

Tipo de perícia dos respondentes

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Esse tipo pode ser judicial, extrajudicial ou ambos. As respostas de “ambos” representam a maioria, com 68 pessoas ou 61,8% das respostas. Em seguida, 27 pessoas (24,5%) responderam que são peritos(as) judiciais, 13 (11,8%) são extrajudiciais. E, por fim 2 respondentes o equivalente a (1,8%) optaram por Não responder (NR).

A Figura 13 trata do perfil socioeconômico dos participantes destacando-se a faixa de renda média mensal própria.



**Figura 13**

Faixa de renda média mensal própria.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

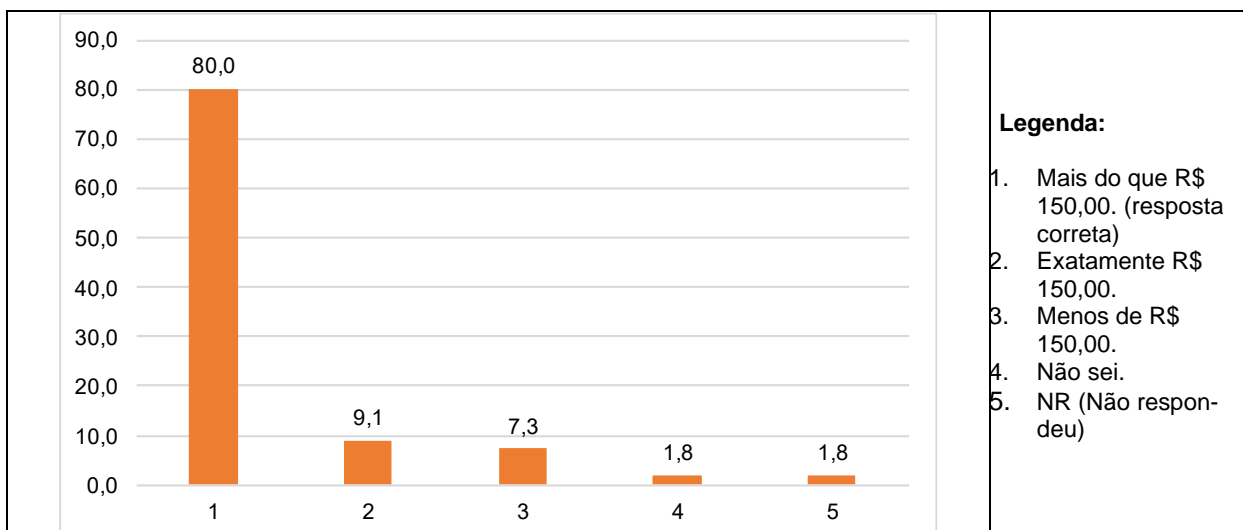
A maioria recebe entre quatro e oito salários-mínimos: 42 pessoas (38,2%); 37 entrevistados um percentual de (33,6%) recebem mais de oito salários-mínimos. A terceira faixa com mais respostas foi a de renda entre dois e quatro salários-mínimos, representando 16 (14,5%) respostas.

#### **4.1.3 Índice de educação financeira: conhecimentos básicos**

A segunda etapa da pesquisa foi composta de oito perguntas, as quais avaliaram os conhecimentos básicos de educação financeira dos respondentes.

Variável 1 – **Conhecimento: Conhecimento básico** constitui-se de perguntas relacionadas à educação financeira com uma única resposta correta, a qual se apresenta entre outras opções de respostas em múltipla escolha. Em todas as oito perguntas, como será evidenciado a seguir, a maioria dos respondentes acertou a resposta correta para as questões apresentadas.

A primeira indagação ilustrada na Figura 14 foi “Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro”.



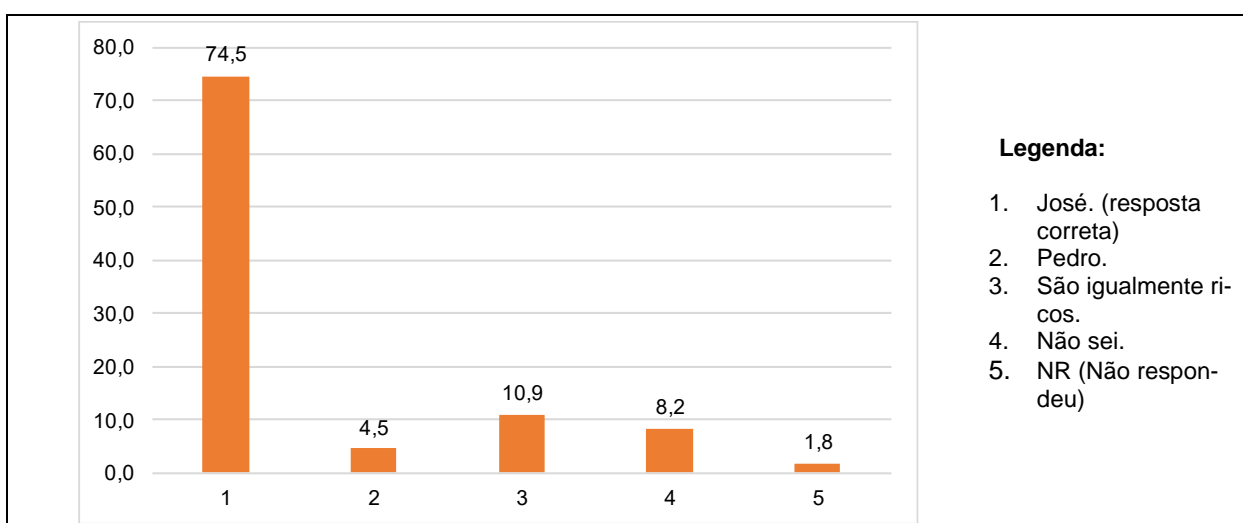
**Figura 14**

Suposição: Conta poupança R\$100,00 com taxa a 10% de juros.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para essa indagação é “mais do que R\$ 150,00”, sendo apontada por 88 pessoas o equivalente a (80%) com respostas assertivas. Outras 18 pessoas um total de (16,4%) informaram “Exatamente R\$ 150,00 e Menos de R\$ 150,00” sendo ambas respostas erradas. E, (3,6%) ou seja 4 respondentes disseram “Não sei e Não respondeu” respectivamente.

A suposição de que José herde R\$10.000,00 hoje e Pedro herde R\$10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficará mais rico? Compôs a segunda indagação, com os resultados ilustrados na Figura 15.



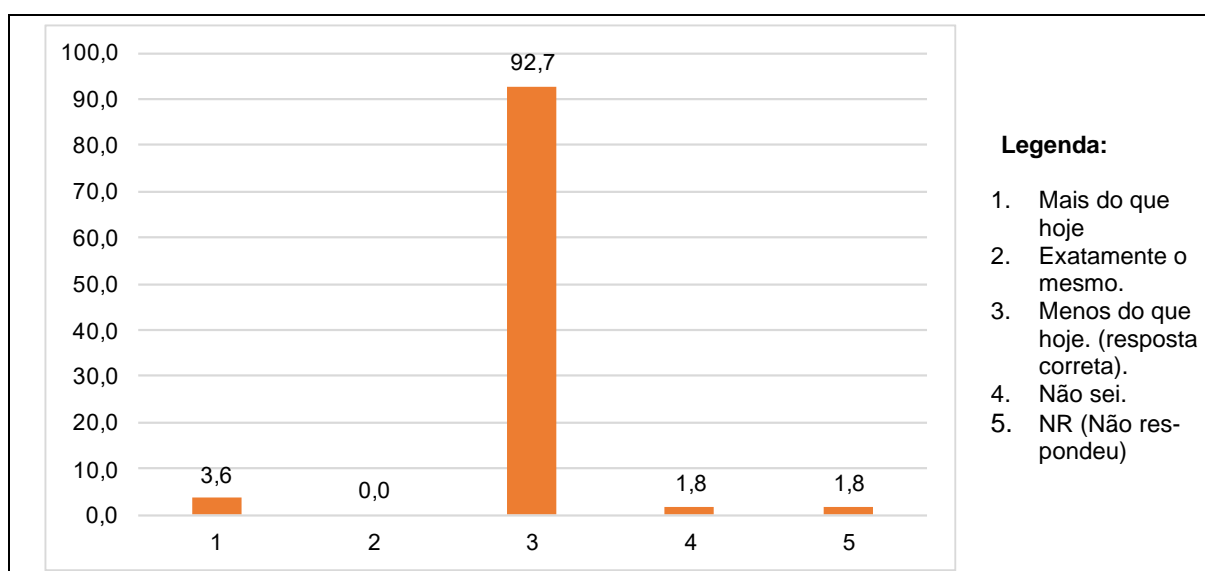
**Figura 15**

Suposição: Herança de José e Pedro.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para essa interrogação, é “José”, com 82 afirmativas o equivalente a 74,5% de acertos. Outros (15,4%) dos respondentes, igual a 17 pessoas, erraram a resposta assinalando a opção “Pedro” e “São igualmente ricos”. E, 10% disseram “Não sei” ou “Não respondeu”, um total de 11 respostas.

A Figura 16 traz a seguinte suposição: “Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro”.



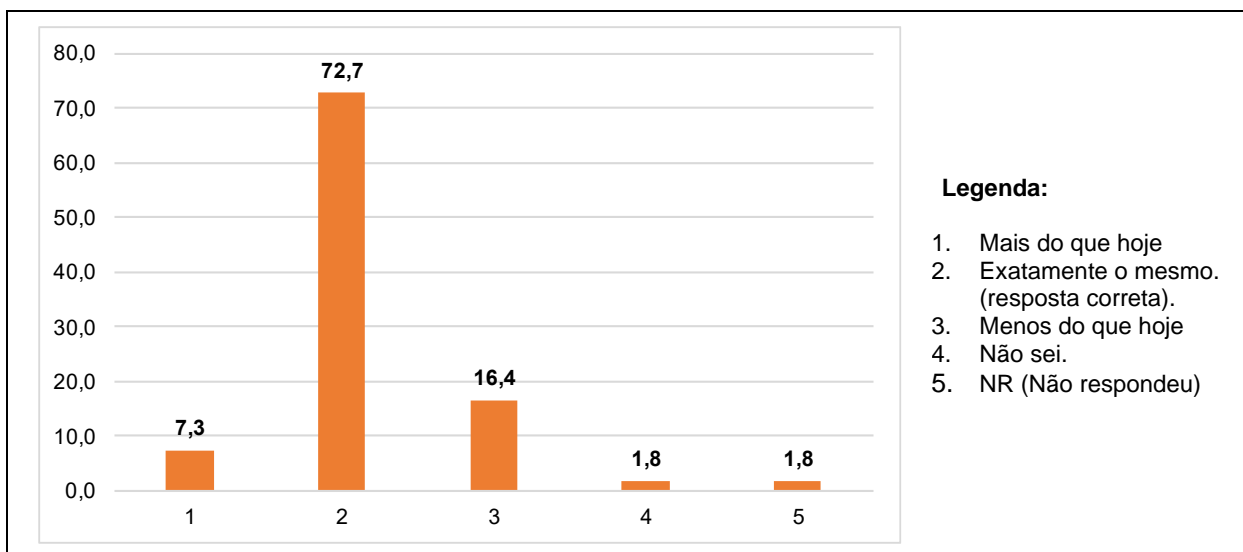
**Figura 16**

Suposição: Herança de José e Pedro.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para a capacidade de compra dessa conta supostamente mantida por 1 ano, é a de que era “menos do que hoje”. Nessa questão, 102 pessoas (92,7%) acertaram a resposta; outros (3,6%) erraram a resposta optando por “Mais do que hoje” ou seja 4 afirmativas. E, 3,6% escolheram as alternativas “Não sei” ou “Não respondeu”.

A suposição de que no ano de 2014 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2014, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda? Apresenta seus resultados na Figura 17.



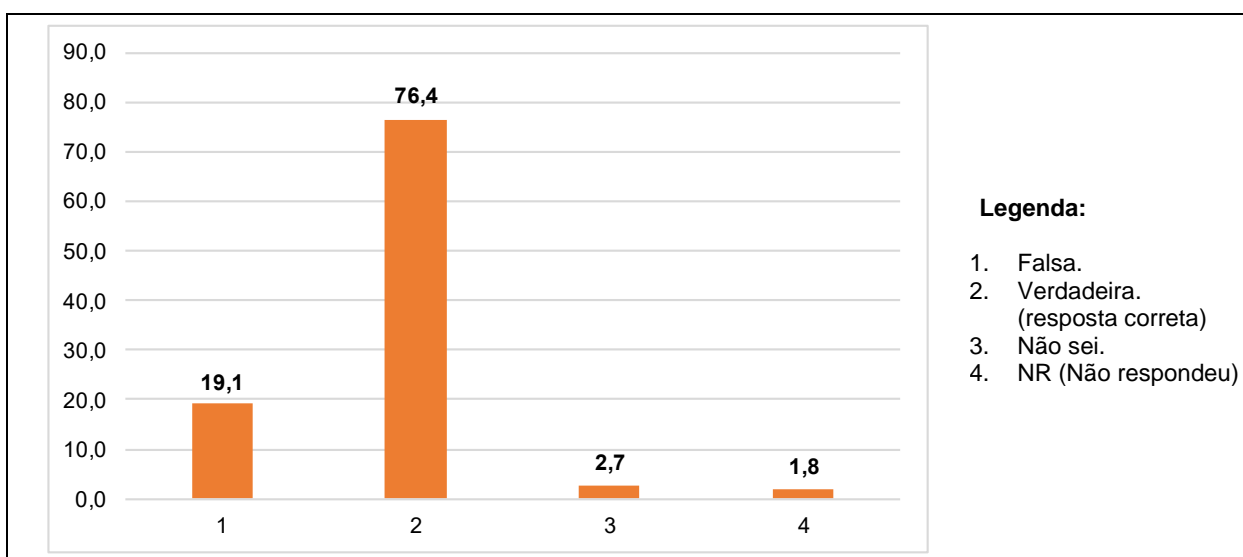
**Figura 17**

Suposição: Renda e preço de bens dobrado em 2014.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para a essa indagação é a opção 2 “Exatamente o mesmo” afirmativa apontada por 80 pessoas (72,7%) acertaram a resposta e as 27 outras (25,2%) erraram; 18 entrevistados (16,4%) disseram “Menos que hoje” e 8 respondentes o equivalente a (7,3%) marcaram a opção “Mais do que hoje”; A soma “Não sei e Não respondeu” foi assinalada por 4 entrevistados (3,6%).

A Figura 18 representa as informações sobre “Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor”



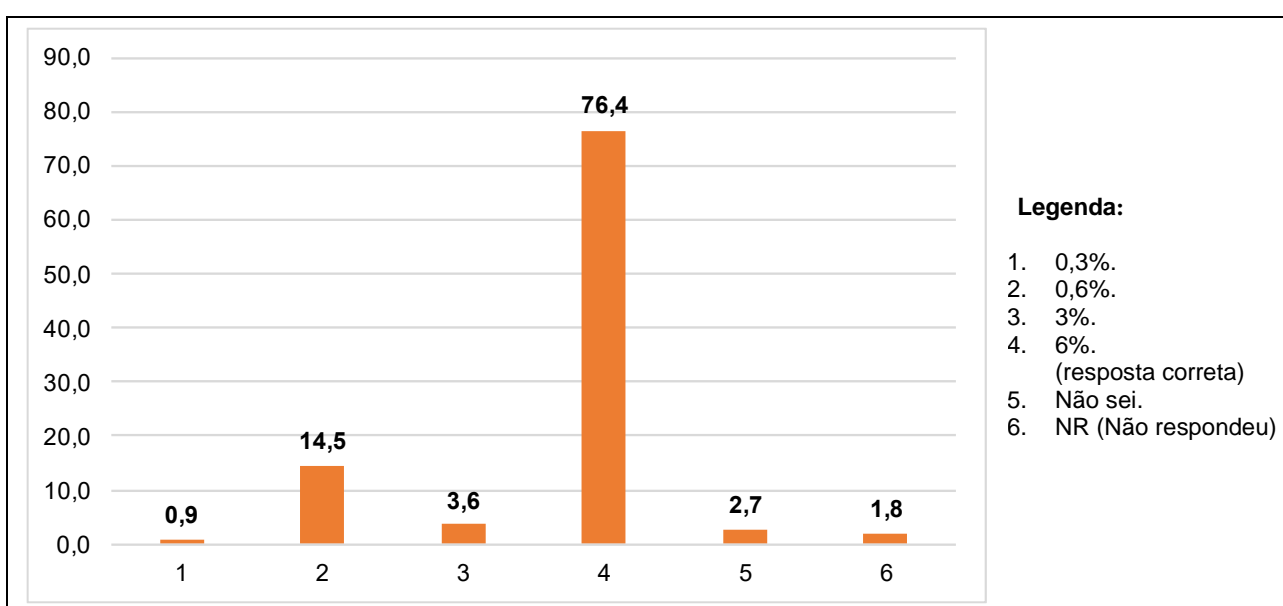
**Figura 18**

Suposição: Empréstimo com duração de 15 e 30 anos e suas variações de juros.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta nessa indagação é a afirmativa “verdadeira”, observando-se que 84 pessoas (76,4%) acertaram a resposta. Outras 21 pessoas, erraram escolhendo a afirmativa “Falsa”; E, 5 indivíduos foram enquadrados nas opções “Não sei e Não respondeu” com (4,5%) afirmativas.

A Figura 19 descreve os resultados referente a realização de um suposto empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é de R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:



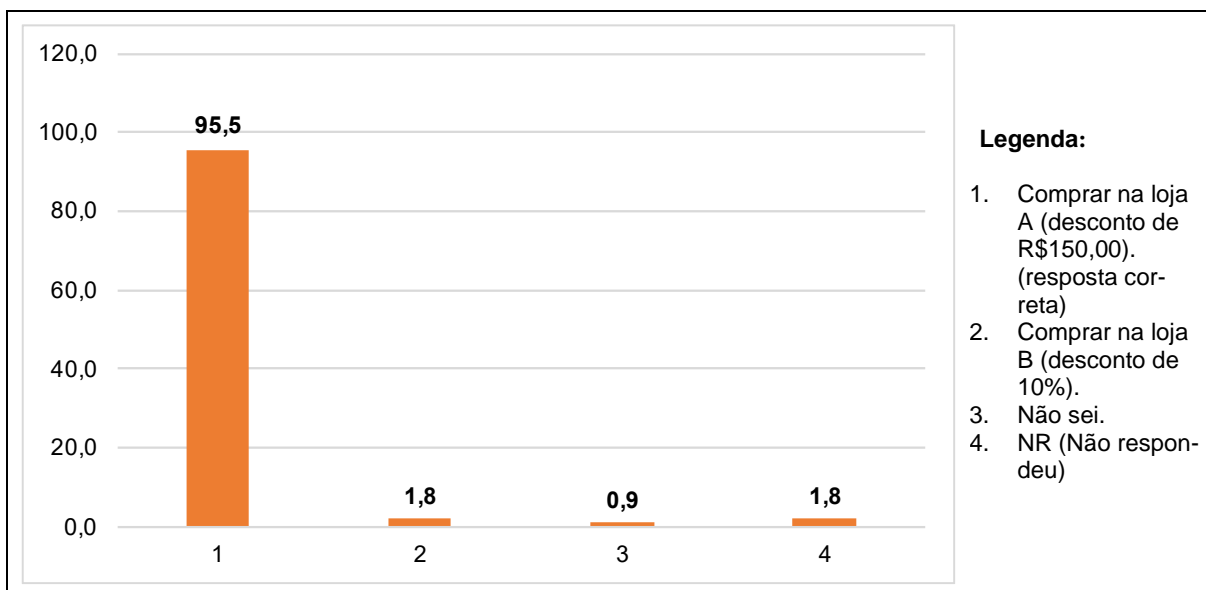
**Figura 19**

Suposição: Empréstimo de 10.000,00 e a taxa de juros a pagar.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A taxa de juros correta é de “6%”, tendo sido apontada por 84 pessoas (76,4%) sendo essa a resposta. Outras 21 pessoas (19,1%) erraram. E, 5 respondentes assinalaram as opções “Não sei” e “Não respondeu” (4,5%) dos apontamentos.

Os resultados exposto na Figura 20 refere-se a seguinte suposição: você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?



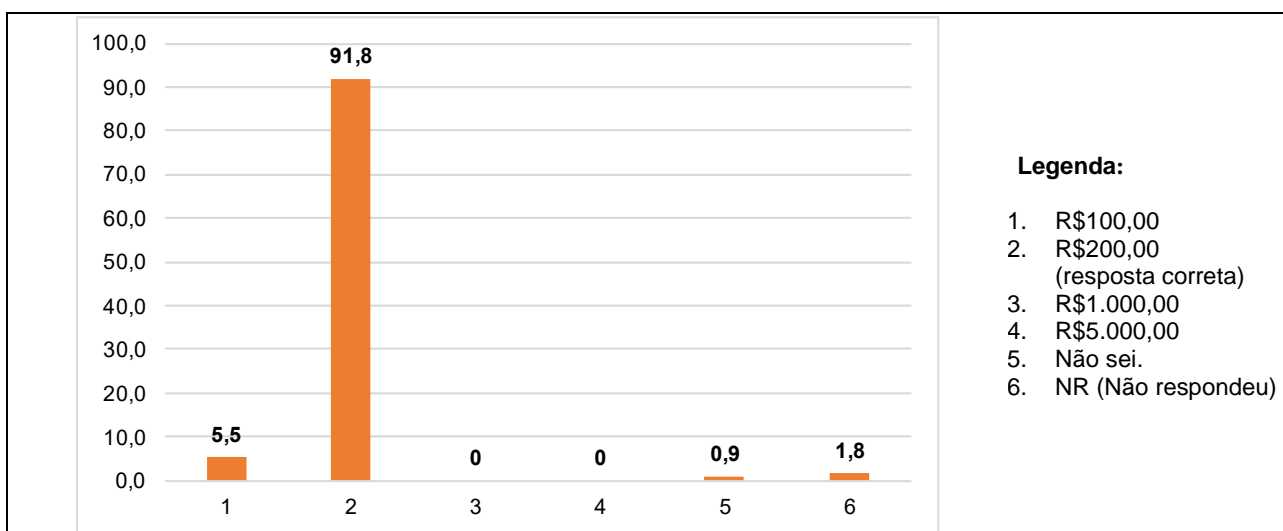
**Figura 20**

Suposição: Empréstimo de 10.000,00 e a taxa de juros a pagar.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A opção “comprar na loja A (desconto de R\$ 150,00)”, é a resposta correta para essa indagação, com 105 pessoas o equivalente a (95,5%) das afirmativas. Apenas 2 respondentes apontaram a resposta incorreta. E, outros 3 indivíduos disseram “Não sei” e “Não respondeu um índice de (2,7%).

A suposição de que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter? Descreve seus resultados na Figura 21.



**Figura 21**

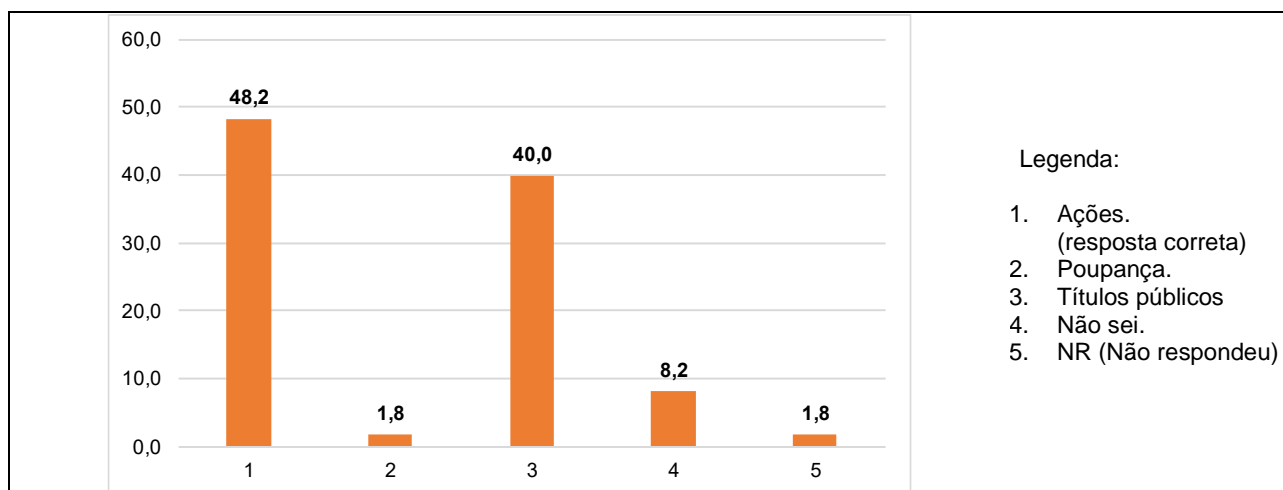
Suposição: Recebimento de doação de 1.000,00 dividida por cinco amigos.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A opção 2 é a resposta correta para essa última pergunta de conhecimentos básicos cada um dos amigos receberia “R\$ 200,00”, o equivalente a 101 pessoas (91,8%) de afirmativas. Apenas 6 respondentes responderam a opção 1 “R\$ 100,00”. E, outros 3 indivíduos apontaram “Não sei” e “Não respondeu” em um índice de (5,5%). Nesse contexto em todas as oito perguntas que compõem essa seção a maioria dos respondentes acertou a resposta correta para as questões indagadas.

#### 4.1.4 Índice de educação financeira: conhecimentos avançados

A terceira etapa da pesquisa foi composta por cinco perguntas, que buscou avaliar os conhecimentos avançados de educação financeira dos entrevistados. As perguntas foram relacionadas à educação financeira com apenas uma única resposta correta, dentre outras opções de respostas em múltipla escolha. Assim, a Figura 22 apresenta as respostas para a questão para um longo período de tempo (ex.: 10 anos), o tipo de ativo, normalmente de maior retorno.



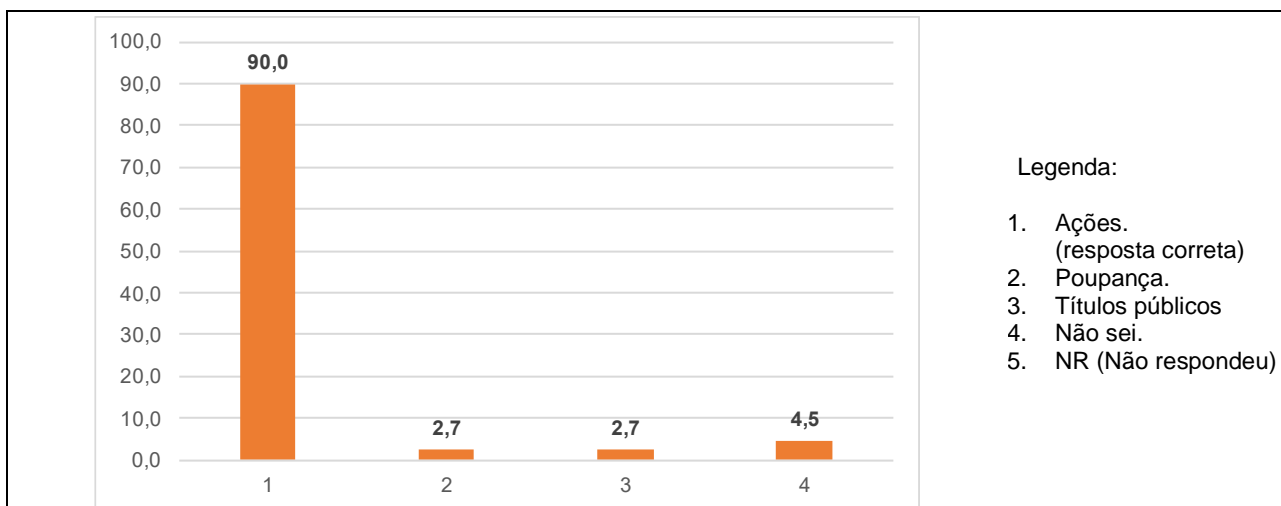
**Figura 22**

Tipo de ativo para um longo período de tempo (ex.: 10 anos), de maior retorno financeiro.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

O tipo de ativo considerado por 53 respondentes (48,2%), foi a opção 1 “Ações”, sendo essa a resposta correta. Outras 44 pessoas escolheram a “Títulos públicos”, resposta incorreta para essa questão. Ou seja, (40,0%) erraram essa indagação. Dentre os 110 respondentes, 11 indivíduos optaram pelas alternativas “Não sei” e “Não respondeu o equivalente a (10%). E, apenas 2 pessoas selecionaram a opção “Poupança”, o correspondente a (1,8%). Os valores representados no Gráfico 23 referem-se ao tipo de ativo com as maiores oscilações ao longo do tempo.



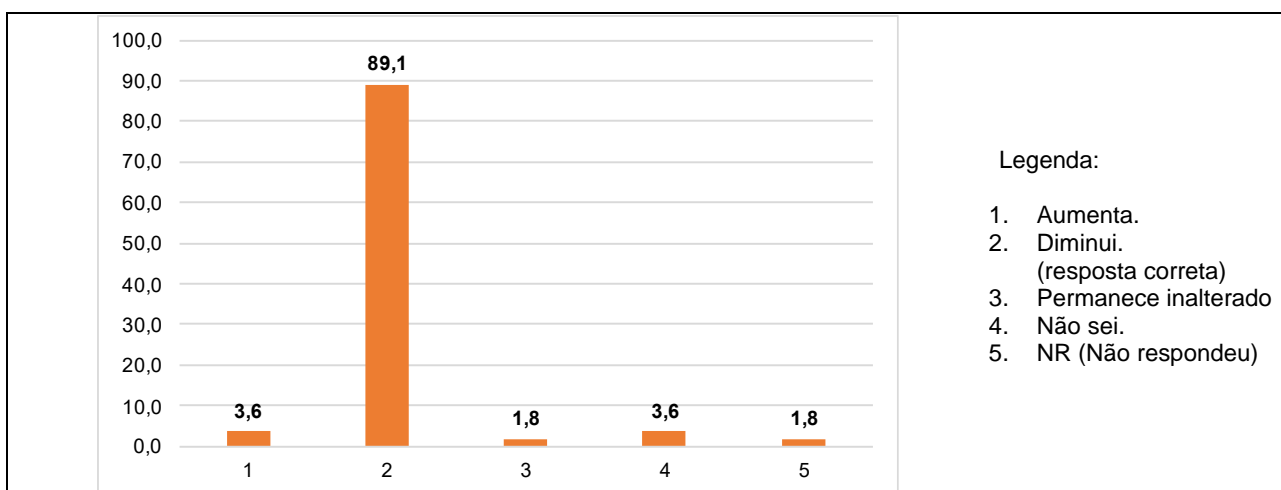


**Figura 23**

Tipo de ativo que apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os resultados apontam que o tipo de ativo são as “ações” resposta correta dessa indagação e apontada por 99 pessoas, o equivalente a (90%) das afirmativas. 3 entrevistados erraram essa pergunta quando escolheram “Poupança” (2,7%) e outros 7 respondentes optaram por “Não sei” e “Não respondeu” gerando um índice de (7,2%). A Figura 24 representa o risco de um investidor de perder dinheiro se distribuir seu investimento entre diferentes ativos.



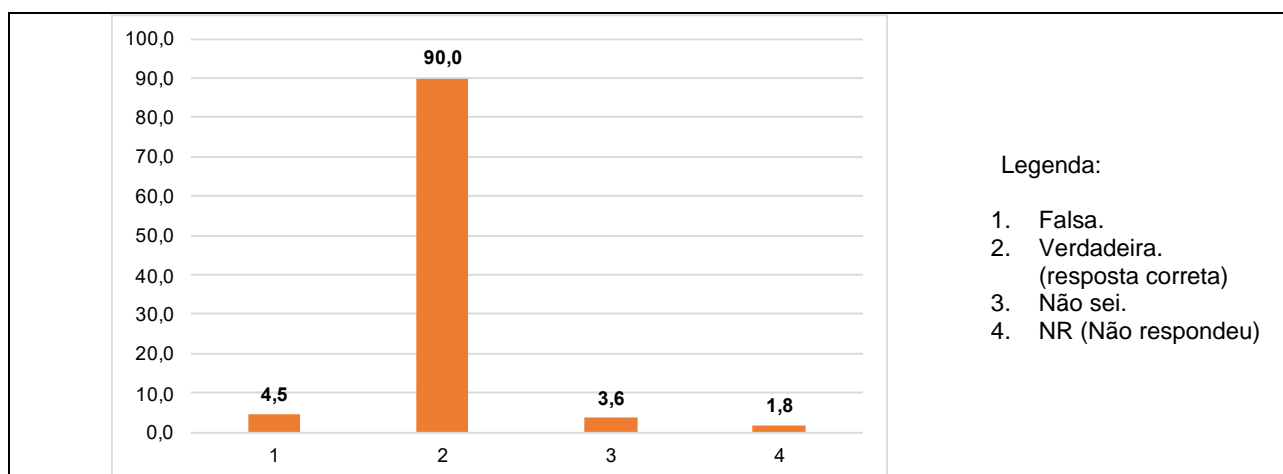
**Figura 24**

Risco de um investidor de perder dinheiro se distribuir seu investimento entre diferentes ativos.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para essa indagação é foi apontada por 98 pessoas, o equivalente a (89,1%) que escolheram a opção 2 “diminui”. As opções 1 “Aumenta” e opção 3 “Permanece inalterado” foram assinaladas por 6 respondentes somando um percentual de (5,8%).

Sobre a afirmativa “um investimento com alta taxa de retorno tem alta taxa de risco”. Os resultados estão descritos na Figura 25.



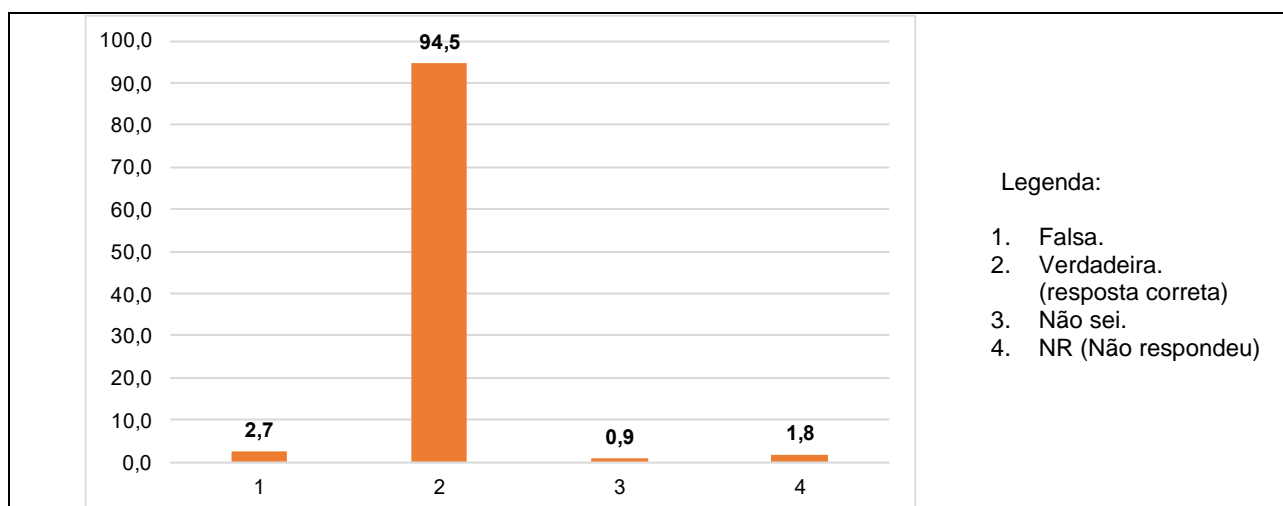
**Figura 25**

Um investimento com alta taxa de retorno tem alta taxa de risco.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para essa afirmativa é de que 99 pessoas o equivalente a (90%) apontaram a opção 2 “Verdadeira”. Outros 5 (4,5%) dos entrevistados assinalaram a opção 1 “Falsa” sendo essa uma escolha incorreta. E, 6 respondentes disseram “Não sei” e “Não respondeu” com um índice de (5,4%).

A Figura 26 traduz os resultados sobre a afirmativa “Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe”



**Figura 26**

Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A resposta correta para essa pergunta, é a opção 2 “verdadeira” com 104 afirmativas o equivalente a (94,5%) e apenas 3 respondentes erraram (2,7%)..

#### 4.1.5 Índice de educação financeira: Comportamento

A Tabela 4 mostra os resultados sobre os atributos “Comportamento” sob a ótica da educação financeira, envolvendo três afirmativas. Os respondentes foram orientados a marcar um valor em um escala para representar o quanto concordavam ou discordavam das afirmações apresentadas. Essa escala variou de um a sete, sendo que (1) representa “discordo completamente” e (7) “concordo totalmente”

**Tabela 4**  
Educação financeira – Comportamento

Variável	1		2		3		4		5		6		7		8		Total	
	Discordo totalmente		Discordo		Discordo um pouco		Não concordo nem discordo		Concordo um pouco		Concordo		Concordo totalmente		Não respondeu			
<b>Comportamento</b>																		
1. Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente	41	37,3	20	18,2	13	11,8	13	11,8	10	9,1	6	5,5	5	4,5	2	1,8	110	100,0
2. Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro	29	26,4	28	25,5	18	16,4	15	13,6	11	10,0	5	4,5	2	1,8	2	1,8	110	100,0
3. O dinheiro é feito para gastar	17	15,5	18	16,4	22	20,0	36	32,7	10	9,1	2	1,8	3	2,7	2	1,8	110	100,0

Na questão “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente”, a maioria dos respondentes, representada por 74 pessoas (67,3%), marcaram as opções “Discordo totalmente”, “Discordo” e “Discordo um pouco” sendo na escala os números de um a três na escala, prevalecendo por parte dos respondentes a preocupação com o futuro, não sendo suficiente viver apenas o presente. O valor mais respondido nessa escala foi um, indicando que 41 pessoas (37,3%) discordaram completamente da afirmativa “não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente”. Outras 13 pessoas (11,8%) se mostraram neutras ou seja, “Não concordo nem discordo”. As opções seis e sete “Concordo” e “Concordo totalmente” foram assinaladas por 11 respondentes o equivalente a (10%).

A indagação “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro” a maioria dos respondentes, representados pelas categorias “Discordo totalmente”, “Discordo” e “Discordo um pouco” opções de uma três na escala, somando 75 pessoas (68,3%), portanto, que não considera mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro. O valor mais respondido nesta escala foi um, significando que 29 pessoas (26,4%) discordaram totalmente dessa afirmativa “considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”. Além disso, as demais respostas se dividiram entre 18 pessoas (16,3%), assinalaram as opções “Concordo um pouco”, “Concordo e “Concordo totalmente”. Outros 15 respondentes se mantiveram “neutros” ao escolher a opção “ Não concordo nem discordo” o equivalente a (16,3%).

O resultado para a questão “O dinheiro é feito para gastar”, não seguiu a mesma tendência das outras afirmativas. Nesse caso, ao se observar os valores da escala separadamente, a maioria marcou a opção quatro, sinalizando uma perspectiva neutra “Não concordo nem discordo” sobre essa afirmativa, sendo representada por 36 pessoas (33,6%). As opções “Discordo totalmente, ”Discordo” e “Discordo um pouco ‘ao somar esses valores concernentes as opções de um a três, obteve-se o acumulado de 57 (51,9%). pessoas, E, por fim a soma para as opções “Concordo um pouco”, “Concordo” e “Concordo totalmente” foi de 15 pessoas (13,6%) de concordância entre os entrevistados.

#### **4.1.6 Índice de educação financeira: Atitude**

A quinta etapa foi composta por quatro afirmações que mensuraram atitudes relacionadas à educação financeira. Novamente, os participantes marcaram um valor em uma escala para representar o quanto concordavam ou discordavam das afirmações apresentadas sobre suas atitudes financeiras. Essa escala variou de um a sete, sendo que (1) representa “Discordo Totalmente” e sete, “Concordo Totalmente”.

A Tabela 5 apresenta os resultados sobre os atributos “Atitude” sob a ótica da educação financeira.

**Tabela 5**  
Educação financeira – Atitude

Variável	1		2		3		4		5		6		7		8		Total	
	Discordo totalmente		Discordo		Discordo um pouco		Não concordo nem discordo		Concordo um pouco		Concordo		Concordo totalmente		Não respondeu			
<b>Atitude</b>																		
1. Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura	7	6,4	3	2,7	6	5,5	10	9,1	15	13,6	19	17,3	48	43,6	2	1,8	110	100,0
2. Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	11	10,0	4	3,6	9	8,2	20	18,2	9	8,2	13	11,8	42	38,2	2	1,8	110	100,0
3. Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	11	10,0	4	3,6	5	4,5	15	13,6	12	10,9	11	10,0	50	45,5	2	1,8	110	100,0
4. Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial	6	5,5	8	7,3	5	4,5	17	15,5	16	14,5	16	14,5	40	36,4	2	1,8	110	100,0

A maioria dos respondentes, marcou para a afirmativa " Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura" 82 pessoas o equivalente a (74,5%), assinalou as opções “Concordo um pouco”, “Concordo” e “Concordo totalmente” o correspondente as opções de cinco a sete na escala. O valor mais respondido nessa escala foi sete, revelando que 48 pessoas (43,6%) concordaram totalmente com essa afirmativa. Outras 16 pessoas (14,6%) sinalizaram discordar dessa afirmação ao escolherem os valores de um a três, sugerindo que não separam parte do dinheiro que recebem mensalmente como uma reserva para necessidades futuras. Apenas 10 pessoas (9,1%) se mantiveram “neutra”, marcando a opção quatro na escala significando “Não concordo nem discordo”. Os resultados para a afirmativa “Eu guardo parte da minha renda todo o mês”, mostrou nas opções “Concordo um pouco”, “Concordo” e “Concordo totalmente” equivalente aos números de cinco a sete a soma de 64 pessoas (58,2%),

portanto essa quantidade de respondentes, faz reserva de dinheiro para uma necessidade futura. O valor mais respondido nessa escala foi sete, constatando-se que 42 pessoas (38,2%) concordaram totalmente com essa afirmativa. Além disso, 24 pessoas (21,8%) sinalizaram discordância para essa afirmativa ao escolherem os valores de um a três, indicando que não guardam parte de sua renda todo mês. E, outras, 20 pessoas (18,2%) escolheram a opção “Não concordo nem discordo”, número quatro na escala, ou seja, estão neutros em relação a essa afirmação.

“Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa e/ou aposentadoria” foi assinalado por 73 respondentes (66,4%), marcaram as opções “Concordo um pouco”, “Concordo” e “Concordo totalmente” números de cinco a sete na escala, afirmando, que guardam dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo. O valor mais respondido nessa escala foi sete, significando que 50 entrevistados (45,5%) concordaram totalmente com essa afirmativa. Além disso, 20 (18,1%) sinalizaram discordar dessa afirmação ao escolherem os valores de um a três, “Discordo totalmente”, “Discordo” e “Discordo um pouco”, sugerindo que não guardam dinheiro regularmente para objetivos de longo prazo. Outros 15 (13,6%) dos entrevistados se mantiveram “neutros, marcando a opção quatro na escala,” Não concordo nem discordo”.

A maioria dos respondentes, mostrou concordância para a afirmativa “Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial”, representada por 72 pessoas (65,4%), assinalando as opções “Concordo um pouco”, “Concordo” e “Concordo totalmente” números de cinco a sete na escala, afirmando, portanto, que poupa mais quando recebe aumento salarial. O valor mais respondido nessa escala foi sete, mostrando que 40 pessoas (36,4%) concordaram totalmente com essa a frase. Além disso, 19 pessoas (17,3%) sinalizaram discordar dessa afirmação ao escolherem os valores de um a três correspondente a “Discordo totalmente” “Discordo” e “Discordo um pouco”, sugerindo que não passam a poupar mais dinheiro quando recebem aumento salarial. Outros 17 pessoas (15,5%) optaram por “Não concordo nem discordo, se mantendo com uma resposta neutra, marcando quatro na escala.

#### 4.1.7 Percepção de felicidade

A sexta e última etapa foi composta de quatro afirmações, que buscaram mensurar o nível de felicidade dos participantes seguindo uma Escala de Felicidade Subjetiva. Mais uma vez havia afirmativas e os respondentes deveriam escolher um valor nas escalas de um a sete que melhor representasse sua autopercepção de felicidade em relação às afirmativas apresentadas. (Tabela 6)

**Tabela 6**  
Percepção de felicidade - Escala de Felicidade Subjetiva

Variável	1		2		3		4		5		6		7		8		Total	
	uma pessoa não muito feliz		Uma pessoa menos infeliz		Uma pessoa infeliz		De modo nenhum		Em grande parte		Uma pessoa mais feliz		Uma pessoa muito feliz		Não respondeu			
1. Em geral, acho que sou	1	,9	0	0	7	6,4	10	9,1	24	21,8	25	22,7	41	37,3	2	1,8	110	100,0
2. Na comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:	1	,9	0	0	4	3,6	13	11,8	24	21,8	32	29,1	34	30,9	2	1,8	110	100,0
3. Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	4	3,6	6	5,5	6	5,5	21	19,1	32	29,1	22	20,0	17	15,5	2	1,8	110	100,0
4. Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Acha que é como estas pessoas?	43	39,1	31	28,2	6	5,5	14	12,7	7	6,4	5	4,5	2	1,8	2	1,8	110	100,0

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Sobre a percepção dos respondentes em relação a afirmativa “em geral, acho que sou” representada pelas opção sete, equivalente a “uma pessoa muito feliz”, para a maioria dos entrevistados um total de 41 pessoas correspondendo a 37,3% de apontamentos. Outros 49 entrevistados (44,5%) apontaram estar “Em grande parte ou se consideram Uma pessoa mais feliz. Além disso, oito pessoas (7,3%) declararam-se mais “não muito feliz” e “Menos feliz”. E, por fim, 10 pessoas se consideram neutras (9,1%).

A segunda afirmativa refere-se “Na comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou” mostrou predominância na opção sete da escala equivalente a uma pessoa “Muito feliz”, apontado por 34 pessoas, o correspondente a (30,9%). Outras 56 pessoas disseram ao escolher as opções 5 e 6 “Em grande parte” e “Mais feliz” denotando uma soma de (50,9%) de entrevistados que se consideram mais felizes do que as pessoas de sua idade. Além disso, apenas cinco pessoas (4,5%) se consideram menos felizes do que a maioria dos de sua idade e, por fim, 13 deram resposta neutra (11,8%) se dizendo “Nem feliz nem infeliz”.

“Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?” constituiu a terceira afirmativa, e a escala de opções de respostas variou de quatro, representando “de modo nenhum”, a cinco, equivalente à “em grande parte”. Nessa escala, a maioria se declarou-se como alguém que geralmente é “Em grande parte feliz”, sendo capaz de aproveitar a vida ao máximo a vida, com total de 32 pessoas (29,1%), sendo o valor cinco. O mais escolhido na escala. Outra opção foi a quatro, marcada como neutra, por 21 pessoas (19,1%). Por fim, 17 (15,5%) deram respostas mais próximas de “uma pessoa muito feliz”, sugerindo que se consideram geralmente felizes e/ou aproveitam ao máximo a vida, apesar do que se passa à volta delas.

A quarta questão foi composta pela afirmativa, “Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Acha que é como estas pessoas?”, essa expressão apresenta predominância para as opções “Uma pessoa não muito feliz”; “Uma pessoa menos infeliz” e “Uma pessoa infeliz” representadas nas opções de um a três citadas por 80 pessoas (72,8%), sugerindo que não se consideram geralmente pouco felizes e/ou que são tão felizes quanto poderiam ser. O valor na escala mais escolhido foi um, com 43 pessoas (39,1%), revelando que a maioria dos respondentes tem certeza de que não é como as pessoas descritas. A opção neutra teve 14 pessoas (12,7%). Por fim, 14 (12,7%) deram respostas mais próximas de “Em grande parte”, “Uma pessoa mais feliz” e “Uma pessoa muito feliz”, sugerindo que se consideram geralmente pouco felizes e/ou que nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser.



#### 4.1.8 Análise estatística

##### 4.1.8.1 Análise de dados ausentes (*missing* e *outlier*)

A Tabela 7 apresenta os resultados sobre os dados ausentes ou faltosos.

**Tabela 7**  
Dados ausentes ou omissos

Casos	Variáveis	Frequência	Porcentagem
	Válidos	110	100,0
	Omissos	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados indicam que não foram encontrados dados ausentes ou faltosos na amostra. O método de amostragem foi simples, considerando uma amostra de 110 respondentes com um intervalo de confiança (percentil) de 95,0%. Não foi identificado na amostra *outliers*.

##### 4.1.8.2 Análise de confiabilidade por meio do coeficiente de Cronbach

A Tabela 8 apresenta os resultados de Alfa de Cronbach no total geral de itens.

**Tabela 8**  
Estatísticas de confiabilidade – Alpha de geral

Descrição	Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ )	Nº de itens
Alfa de geral	,728	11
Alfa de geral com a exclusão de um item	,726	10

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Considerando o valor do Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) de 0,70 a 1,0 como uma consistência interna quase perfeita, o Alfa identificado nesta pesquisa foi de ,728, indicando uma confiabilidade adequada, nos resultados e sugerindo que os itens estão medindo características semelhantes. Realizou-se, ainda, a exclusão de um item, o que gerou um Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) ,726 sugerindo que todos os itens medem a mesma característica. Assim proceder a remoção de um item não iria aprimorar substancialmente a consistência interna da amostra.

A Tabela 9 demonstra os valores do Alfa de Cronbach se o item for excluído

**Tabela 9**

Estatísticas de confiabilidade – Alpha de Cronbach se o item for excluído

Variável	Alfa de Cronbach se o item for excluído
1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	,720
2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	,740
3 O dinheiro é feito para gastar.	,721
4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	,674
5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	,679
6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	,677
7 Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	,691
8 Em geral, acho que sou:	,710
9 Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:	,716
10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	,700
11 Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?	,750

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A coluna “Alfa de Cronbach se o item for excluído” apresenta o valor que alfa teria se esse item específico (na linha) fosse excluído. Considerando essa premissa se o item 2 “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro” o Coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) seria ( $,740$ ) e se o item 11 “Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?”, fosse excluído o Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) assumiria o valor de ( $,750$ ). Sendo assim ambas fariam com que o valor geral do Alfa de Cronbach tivesse uma pequena elevação.

#### 4.1.9 Estatística descritiva do questionário de pesquisa (escala Likert)

Este bloco de questões refere-se às indagações 1 a 11 do questionário de pesquisa, aplicado por meio da escala Likert. Obteve-se um total de 110 respostas dos sujeitos selecionados para o desenvolvimento desse estudo. Nesta etapa da pesquisa, analisou os resultados referente a Educação financeira – Comportamento e Atitude. Assim como os valores sobre a percepção de felicidade.

##### 4.1.9.1 Resultados da escala de Likert: índice de educação financeira e percepção da felicidade mensurados na pesquisa

Nesta seção, apresenta-se a avaliação dos itens examinados na escala Likert de sete pontos, em que se analisa o somatório identificado nos fatores índice de educação financeira: comportamento e atitude; E, percepção de felicidade para os entrevistados participantes do estudo. A Tabela 10 apresenta os resultados sobre as estatísticas descritivas identificadas nessa etapa do estudo.

**Tabela 10**

Resultados sobre índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade

Variáveis	n										Percentil		
	Válido	Omisso	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão	Variância	Mínimo	Máximo	Soma	25	50	75
1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	110	0	2,81	2,00	1	1,956	3,826	1	8	309	1,00	2,00	4,00
2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	110	0	2,85	2,00	1	1,734	3,006	1	8	314	1,00	2,00	4,00
3 O dinheiro é feito para gastar.	110	0	3,29	3,00	4	1,570	2,465	1	8	362	2,00	3,00	4,00
4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	110	0	5,56	6,00	7	1,835	3,367	1	8	612	5,00	6,00	7,00
5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	110	0	5,08	6,00	7	2,068	4,278	1	8	559	4,00	6,00	7,00
6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	110	0	5,33	6,00	7	2,064	4,259	1	8	586	4,00	6,00	7,00
7 Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	110	0	5,25	6,00	7	1,897	3,600	1	8	577	4,00	6,00	7,00
8 Em geral, acho que sou:	110	0	5,77	6,00	7	1,339	1,792	1	8	635	5,00	6,00	7,00
9 Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:	110	0	5,74	6,00	7	1,254	1,572	1	8	631	5,00	6,00	7,00
10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	110	0	4,95	5,00	5	1,576	2,484	1	8	545	4,00	5,00	6,00
11 Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?	110	0	2,49	2,00	1	1,775	3,151	1	8	274	1,00	2,00	4,00

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Apurou-se que quanto maior o valor, maior o grau de concordância com as afirmativas, nesse sentido a maior soma (635) e também a maior média (5,77) foi para a variável “Em geral, acho que sou”, com um desvio-padrão de (1,339). Além dessa, outra soma de (631) e segunda maior média foi identificada para a afirmativa “Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou”, mostrando uma média de (5,74) e um desvio padrão de (1,254). Essas afirmativas mostraram maior grau de concordância dentre os 110 respondentes pesquisados.

Nesse contexto um valor menor do desvio padrão da média indica uma estimativa mais precisa da média da população. E ainda, um desvio padrão maior resulta em um erro padrão maior da média e uma estimativa menos precisa da média da população. A amostra de tamanho maior resulta em um erro padrão menor da média e uma estimativa mais precisa da média da população.

#### 4.1.9.2. Teste de normalidade das variáveis Índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade.

A Tabela 11 expõe os resultados referentes ao teste de normalidade das variáveis aplicadas no questionário de pesquisa. Para os fatores: Índice de educação financeira: comportamento, atitude e sobre a percepção de felicidade dos investigados.

**Tabela 11**  
Testes de normalidade

Variáveis	Teste de Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.
<b>Índice de educação financeira: Comportamento</b>			
1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	,845	110	,000
2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	,883	110	,000
3 O dinheiro é feito para gastar.	,917	110	,000
<b>Índice de educação financeira: Atitude</b>			
4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	,811	110	,000
5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	,856	110	,000
6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	,811	110	,000
7 Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	,868	110	,000
<b>Percepção de felicidade - Escala de Felicidade Subjetiva</b>			
8 Em geral, acho que sou	,874	110	,000
9 Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou	,894	110	,000
10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	,934	110	,000
11 Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?	,801	110	,000

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados do teste de normalidade mostram que todas as variáveis apresentaram Sig. de (0,000), indicando uma distribuição de dados diferente do normal ( $p < 0,05$ ), ou seja, dados não paramétricos. O Teste de Shapiro-Wilk tem como objetivo avaliar se uma distribuição é semelhante a uma distribuição normal. Se essa diferença observada for grande, o teste vai rejeitar a hipótese nula de normalidade. Se o valor de p do teste for inferior a seus  $\alpha$  escolhidos, pode-se rejeitar a sua hipótese nula e concluir que a população é não normal ou o teste é não paramétrico.

#### 4.1.9.3. Coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis índice de educação financeira: comportamento, atitude e percepção de felicidade

O coeficiente de correlação de Pearson pode ter um intervalo de valores de +1 a -1. Um valor de 0 indica que não há associação entre as duas variáveis. Um valor maior que 0 indica uma associação positiva. Isto é, à medida que o valor de uma variável aumenta, o mesmo acontece com o valor da outra variável. Além disso, uma correlação moderada está entre (0,70 a 0,89); uma correlação forte de (0,90 a 0,99) e uma correlação muito forte (1,00) podendo ser considerada também uma correlação perfeita.

Nesse sentido a Tabela 12 representa a correlação entre duas variáveis o perfil de renda mensal e a percepção de felicidade dos peritos.

**Tabela 12**

Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em geral, acho que sou.

Correlações		Faixa de renda média mensal própria	Em geral, acho que sou:
Faixa de renda média mensal própria	Correlação de Pearson	1	,181
	Sig. (2 extremidades)	-	,059
	N	110	110
Em geral, acho que sou:	Correlação de Pearson	,181	1
	Sig. (2 extremidades)	,059	-
	N	110	110

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados demonstram que a maior média de renda dos peritos é de (3,95), já a percepção da felicidade é consideravelmente alta, analisando que a nota média é de 5,77 em uma escala cujo máximo é 7. Pode se inferir que a correlação entre faixa de renda média mensal própria e em geral eu acho que sou mostra uma correlação forte, pois quanto mais próximo de 1 maior a associação entre essas duas variáveis. Entretanto não se mostrou uma correlação significativa.

A Tabela 13 expõe os valores de correlação para as variáveis Faixa de renda média mensal própria X Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou.

**Tabela 13**

Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou.

Correlações		Faixa de renda média mensal própria	Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:
Faixa de renda média mensal própria	Correlação de Pearson	1	,172
	Sig. (2 extremidades)	-	,072
	N	110	110
Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:	Correlação de Pearson	,172	1
	Sig. (2 extremidades)	,072	-
	N	110	110

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao observar os resultados constatou-se uma forte correlação, com um coeficiente mais próximo de 1, maior a associação entre essas duas variáveis. Ademais ao se observar a maior média de renda dos peritos de (3,95) e a média da variável, “Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou”, o maior valor foi de 5,74 em uma escala cujo máximo é 7. Apesar de perfeita está também não é uma correlação significativa.

A Tabela 14 apresenta a correlação para as variáveis renda e nível de felicidade.

**Tabela 14**

Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acho que sou.

Correlações		Faixa de renda média mensal própria	Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?
Faixa de renda média mensal própria	Correlação de Pearson	1	,040
	Sig. (2 extremidades)	-	,678
	N	110	110
Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	Correlação de Pearson	,040	1
	Sig. (2 extremidades)	,678	-
	N	110	110

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com a média de renda dos peritos de (3,95) e a percepção da felicidade com média de 4,95, em uma escala cujo máximo é 7. Pode se inferir que a correlação entre faixa de “renda média mensal própria” e “Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?” é uma correlação forte, pois quanto mais próximo de 1 maior a associação entre essas duas variáveis. Entretanto não se mostrou uma correlação significativa. De modo geral as médias encontradas para essas duas afirmativas são menores do que as médias percebidas nas outras duas tabelas, porém, a análise permanece a mesma, visto que a média geral ainda pode ser considerada boa.

Ao se correlacionar as variáveis Faixa de renda média mensal dos peritos e Gênero, obteve-se os dados explicitados na Tabela 15.

**Tabela 15**

Coeficientes de correlação: Faixa de renda média mensal X Gênero

Correlações		Faixa de renda média mensal própria	Gênero
Faixa de renda média mensal própria	Correlação de Pearson	1	,275**
	Sig. (2 extremidades)		,004
	N	110	110
Gênero	Correlação de Pearson	,275**	1
	Sig. (2 extremidades)	,004	
	N	110	110

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados indicam que com uma média de renda entre os peritos de (3,95) e uma média de gênero, sendo as mulheres (1) e homens (2), observa-se uma forte correlação entre essas duas variáveis, sendo encontrados “flag para correlação significativa” nas duas extremidades, afirmando-se que a existência de uma correlação significativa com p valor maior que 0,01. Desse modo, pode se inferir que a faixa de renda mensal os peritos estão associados a felicidade, com uma média de (4,95), considerada alta em uma escala de no máximo 7.

A sequência de tabelas apresentadas a seguir demonstram as correlações significativas encontradas para as variáveis “Percepção da Felicidade”.

A Tabela 16 descreve as variáveis correlacionadas a afirmativa “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente” relacionadas às variáveis que apresentaram correlação significativa no nível (\*\* 0,01 e 0,05) nas duas extremidades.

**Tabela 16**

Coeficientes de correlação: “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente”.

Correlações		1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	3 O dinheiro é feito para gastar.	10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	11 Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?
1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	Correlação de Pearson	1	,606**	,625**	,232*	,254**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,000	,015	,007
	N	110	110	110	110	110
2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	Correlação de Pearson	,606**	1	,686**	,115	,429**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000	,231	,000
	N	110	110	110	110	110
3 O dinheiro é feito para gastar.	Correlação de Pearson	,625**	,686**	1	,243*	,350**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000		,011	,000
	N	110	110	110	110	110
10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	Correlação de Pearson	,232*	,115	,243*	1	<b>-,202*</b>
	Sig. (2 extremidades)	,015	,231	,011		,034
	N	110	110	110	110	110
11 Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?	Correlação de Pearson	,254**	,429**	,350**	<b>-,202*</b>	1
	Sig. (2 extremidades)	,007	,000	,000	,034	
	N	110	110	110	110	110

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)



Os resultados mostram a variável “Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente” com forte correlação (1) com as variáveis “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”; “O dinheiro é feito para gastar”; “Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?” foi a única variável que apresentou uma correlação negativa, o que pode indicar que as variáveis são inversamente relacionadas. Quando o valor de alguma variável é alto, o valor da outra variável é baixo. E, por fim “Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Achas que és como estas pessoas?”, todas essas variáveis apresentaram correlação significativa no nível p-valor = 0,01 e p-valor = 0,05 nas duas extremidades analisadas.

Os resultados exibidos na Tabela 17 refere-se a afirmativa 2 “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro correlacionadas às variáveis 1, 3, 4, 5, 6 e 11.

**Tabela 17**

Coeficientes de correlação: “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”.

Correlações		2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.
2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	Correlação de Pearson	1	,606**	-,248**	-,283**	-,307**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,009	,003	,001
	N	110	110	110	110	110
1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	Correlação de Pearson	,606**	1	,007	-,044	-,039
	Sig. (2 extremidades)	,000		,940	,650	,686
	N	110	110	110	110	110

continua

conclusão

Correlações		2 Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.	1 Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.
4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	Correlação de Pearson	<b>-,248**</b>	,007	1	,834**	,842**
	Sig. (2 extremidades)	,009	,940		,000	,000
	N	110	110	110	110	110
5 Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	Correlação de Pearson	<b>-,283**</b>	-,044	,834**	1	,901**
	Sig. (2 extremidades)	,003	,650	,000		,000
	N	110	110	110	110	110
6 Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	Correlação de Pearson	<b>-,307**</b>	-,039	,842**	,901**	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	,686	,000	,000	
	N	110	110	110	110	110

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A variável “Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro”. Apresentou correlações negativas para as variáveis “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”, “Eu guardo parte da minha renda todo o mês” e “Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria” demonstrando o extremo da correlação, ou seja, correlação negativa ou inversa representa que valores altos de uma das variáveis correspondem a valores baixos de outra. Apesar de negativos os valores apresentados mostram uma correlação significativa no nível 0,01 para as duas extremidades.

A Tabela 18 expressa os resultados sobre a afirmativa “O dinheiro é feito para gastar” e sua relação com a variável “Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?”

**Tabela 18**

Coefficientes de correlação: “O dinheiro é feito para gastar”.

Correlações		3 O dinheiro é feito para gastar.	10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?
3 O dinheiro é feito para gastar.	Correlação de Pearson	1	,243*
	Sig. (2 extremidades)	-	,011
	N	110	110
10 Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?	Correlação de Pearson	,243*	1
	Sig. (2 extremidades)	,011	-
	N	110	110

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se nos resultados a existência de uma relação linear positiva entre essas duas variáveis. Além disso identificou-se uma correlação significativa no nível 0,05 nas duas extremidades. E, ainda os coeficientes de correlação de Pearson mostram que para esses pares são: (1) e (,243\*) mostrando que são correlações forte.

A Tabela 19 representa os resultados concernentes a correlação da variável “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”, em relação

**Tabela 19**

Coefficientes de correlação: “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”.

Correlações		4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	7 Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	8 Em geral, acho que sou:	9 Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:
4 Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	Correlação de Pearson	1	,613**	,310**	,288**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,001	,002
	N	110	110	110	110
7 Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	Correlação de Pearson	,613**	1	,196*	,105
	Sig. (2 extremidades)	,000		,041	,277
	N	110	110	110	110
8 Em geral, acho que sou:	Correlação de Pearson	,310**	,196*	1	,680**
	Sig. (2 extremidades)	,001	,041		,000
	N	110	110	110	110
9 Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:	Correlação de Pearson	,288**	,105	,680**	1
	Sig. (2 extremidades)	,002	,277	,000	
	N	110	110	110	110

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados apontam que a variável “Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura”, apresenta valores decrescentes ao ser relacionadas as variáveis “Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial” com um coeficiente de ( $,613^{**}$ ), seguido e “Em geral, acho que sou ( $,310^{**}$ ), E, pôr fim a variável “Em comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou ( $,288^{**}$ ), sendo os três, de correlação significativa com p-valor de 0,01 nas duas extremidades. (2 extremidades), mostra uma correlação forte.

## 4.2 Discussão dos resultados

Em relação ao objetivo, *Mapear o grau de educação financeira dos peritos participantes da pesquisa por meio do indicador de educação financeira*, Constatou-se nos resultados para o nível de conhecimento básico, que o conhecimento dos peritos em relação aos juros de conta poupança são altos pois ao serem questionados mostraram respostas assertivas nesse quesito. A capacidade dos entrevistados em reconhecer, e/ou diferenciar entre dois indivíduos, no caso de recebimento, de heranças, os benefícios entre duas pessoas, se mostrou alta tendo em vista que (74,5%) das respostas para essa indagação foi assertiva. Ainda sobre taxas de juros em conta poupança, os entrevistados também demonstraram alto grau de conhecimento, apresentado um total de (92,7%) de acertos nessa questão. Os peritos ainda demonstram conhecimentos suficientes para avaliar possibilidades de renda e bens dobrarem de preço em um determinado ano, acertando (72,7%) das respostas sobre essa indagação. Os peritos também demonstraram conhecimentos sobre as regras para contrair empréstimos e os juros a serem pagos, com uma assertividade de (76,4%). No que se refere a oferta de compras com possíveis descontos os peritos, mostraram em quase que unanimidade (95,5%) uma tomada de decisão para obter maior vantagem caso optassem por supostamente comprar um televisor. Os peritos detêm conhecimentos suficientes quando se tratou de analisar uma suposta divisão de doação entre cinco amigos, acertando também essa indagação num total de (91,8%). Ou seja, souberam analisar de modo que todos os envolvidos fossem beneficiados de igual maneira. De acordo com Silva Neto et al., (2016) o acesso ao conhecimento é de suma importância, o autor reconhece que o indivíduo precisa, passar por um processo de alfabetização financeira, que inclui o conhecimento de ferramentas de controle de recursos e de controle de gastos. Por sua vez Fisher (2010), orienta que também as organizações devem investir em conhecimento financeiro, incluindo-se gerenciamento de finanças, uma vez que ao desenvolver competências e habilidades em formas de cooperação pode aumentar a produtividade e os níveis de satisfação nas organizações. Assim pode se afirmar que os peritos participantes desse estudo mostraram no âmbito dos conhecimentos básicos ótima compreensão sobre as indagações financeiras, representadas nesta fase da pesquisa.

Sobre os conhecimentos avançados, constatou-se que os peritos tem conhecimento suficiente para fazer supostos investimentos em longo prazo e que durante um prazo de dez anos, o ideal seria realizar investimento em ações, sendo possível investir em ações para se obter maiores rendimentos nesse período, para (48,2%) dos peritos avaliados. Eles ainda informaram que os ativos com maior oscilação a longo prazo também são as ações, sendo considerado para (90%) dos peritos.

Quanto aos riscos de um investidor perder dinheiro se distribuir seu investimento entre diferentes ativos, os peritos afirmaram categoricamente em (89,1%) das afirmativas que esse é um risco com tendência a diminuir. Eles reconhecem também que um investimento com alta taxa de retorno tem alta taxa de risco para (95,8%) dos peritos. E Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe, é uma afirmativa verdadeira considerada por (94,5%)

As análises compostas por dois ambientes distintos, sendo que nos conhecimentos básicos a média das oito indagações foi de 82,5% de acertos. Já as avaliações destinadas a conhecer as referências dos peritos sobre conhecimentos financeiros avançados gerou uma média um pouco menor de 82,36% uma ligeira diferença, o que não impede de se inferir que os conhecimentos dos peritos avaliados nas duas categorias são altos. Ou seja, é possível reconhecer um conhecimento sobre educação financeira avançada por parte dos profissionais peritos.

Assim, Antonialli et al., (2010), entende a importância da educação financeira para essa categoria de profissionais, se tornando um fator de benefício e não um risco. Ou seja quando o indivíduo sabe como fazer o melhor uso dessa renda adicional. Por sua vez Świecka et al. (2019), reconhece que apenas o conhecimento sobre finanças não significa total competência e habilidade no âmbito da educação financeira. Para que se tenha competência financeira é necessário observar as questões sociais e éticas, tanto no ganho, quanto no uso do dinheiro adquirido. Acredita-se que o nível de conhecimento financeiro positivo esteja associado até mesmo à formação necessária para os peritos atuarem como profissionais (Oliveira, 2012).

No que tange ao objetivo identificar a percepção dos peritos sobre a importância da educação financeira, questionou-se sobre seus comportamentos e atitudes, sendo

que os índices relativos ao comportamento dos peritos sobre educação financeira mostram que são preocupados com o futuro e não vivem somente o presente. Ou seja, relataram preocupação com o futuro, sendo necessário de preparar para viver o amanhã, não apenas hoje. Outro importante atributo é poupar para o futuro, para os peritos gastar não é mais satisfatório do que poupar. Nesse sentido Neri (2019) argumenta que a renda corrente de forma satisfatória é considerada pela maioria das pessoas como tendo mais impacto sobre a felicidade, especialmente em funções em que não se lida com o futuro, como, por exemplo, ações, mercados, exportações, entre outros. Assim, a função de perito tende a desenvolver uma atividade técnica com demanda recorrente, além de prazos flexíveis, possibilitando-lhe a não preocupação pertinente à realidade dos mercados mencionados.

Na percepção dos peritos, somando-se as opções de discordância da escala foi possível observar que mais de 50% deles, discordam que o dinheiro é feito para gastar, o que pode inferir que corrobora os outros dois questionamentos feitos anteriormente. Esses resultados demonstram certa postura paradoxal quanto à ideia que se faz do dinheiro no mundo moderno. Nesse contexto, Amorim (2014) ressalta que na sociedade moderna a felicidade foi utilizada como símbolo e até mesmo estratégia no impulso capitalista. No entanto, ao mesmo tempo em que a ideia de felicidade foi introduzida relacionada ao consumo, por outro lado, essa mesma ideia passou a trazer infelicidade para aqueles que não podem consumir, proporcionando um vazio existencial. O mesmo estudo realizado por Amorim (2014) comprovou, ainda, que a compulsão por consumo produz apenas estágios de felicidades momentâneos, que podem e, na maioria das vezes, são prejudiciais, já que depois do primeiro momento o vazio é ainda maior, levando as pessoas ao estado oposto à felicidade. Dessa forma, mais uma vez comprovaram-se os resultados dos estudos de Gianetti (2002) e Rodrigues e Shikida (2005), que reportam que uma vez que as necessidades básicas são atendidas a felicidade se liga a outros aspectos não relacionados ao dinheiro.

Ao observar os índices de educação financeira relacionado a atitude dos peritos, em sua maioria, mostraram concordância quanto a fazer uma reserva de dinheiro a partir dos ganhos mensais, prevendo uma necessidade futura. Ao relacionar essa questão, com os níveis de felicidade pode se dizer que, embora a maioria dos peritos que se

consideram felizes não se preocupam em demasia com o futuro, acabam por poupar recursos, provavelmente por seu conhecimento em educação financeira, ao contrário da maioria da população brasileira, que acaba por se preocupar mais com gastos superficiais, já que não possui um planejamento financeiro (Seabra, 2013). Fernandes (2019) defende que os gastos triviais acabam levando uma parcela da população a acumular alto número de dívidas em empréstimos, cartão de crédito e financiamentos, associando ainda não só ao desconhecimento sobre finanças, mas, principalmente, à necessidade de consumir.

Os peritos também em maioria relatam guardar parte renda todo o mês, além da retenção de renda mensal os peritos guardam dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa e/ou aposentadoria com mais da metade de peritos, mostrando concordância, confirma a preocupação financeira, com o amanhã, por isso, independentemente da finalidade, o perito deve criar metas e objetivos financeiros o que o ajudará a reter certa quantia de seus rendimentos. Os peritos também demonstraram ter maior disciplina de poupador, quando recebem um aumento salarial, o nível de concordância nessa indagação também foi assinalado pela maioria. Por isso, ao poupar é possível acumular recursos financeiros para serem gastos no futuro. Os valores poupados e investidos poderão fazer uma diferença significativa na qualidade de vida do perito no futuro. Olivieri (2013) alerta sobre as dificuldades de diversos cidadãos para poupar para o futuro.

Pelicioli (2011) exalta a importância de investimentos em educação e conscientização dos cidadãos sobre a importância de poupar. Por sua vez Buss e Amorim (2020), reconhecem que aprender a economizar, cortar gastos, poupar e guardar dinheiro significa uma busca contínua por melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança necessária para aproveitar a vida e ao mesmo tempo obter uma garantia para eventuais imprevistos. É o processo em que o indivíduo busca conhecimentos para lidar com o dinheiro de forma mais consciente e inteligente e que pode ser conquistada por meio da Educação Financeira. Cordeiro et al., (2018), sugere que os cidadãos especialmente os brasileiros, tenham estratégias eficientes para ganhar dinheiro, poupar e investir em um futuro promissor.



Quanto ao objetivo, medir o índice de felicidade dos peritos participantes da pesquisa por meio da Escala de Felicidade Subjetiva, apurou-se que a maioria dos se consideram em um nível de felicidade “muito felizes. Nesse mesmo quesito foi questionado sobre a percepção de felicidade pessoal se comparado com as pessoas de idade próxima e novamente os peritos são mais felizes que em sua maioria. Ao serem questionados sobre o nível de felicidade independente dos fatores que ocorrem ao redor, os peritos se dizem felizes, do mesmo modo que as pessoas que estão a sua volta ou seja mesmo sobre certas circunstâncias, os peritos são felizes. Nesse sentido Seligman e Capelo (2004, p. 338), quando a Psicologia Positiva se inclina a investigar a felicidade, deve-se compreender que não se trata de estágios de felicidades momentâneos, mas sim de um estágio psicológico de uma vida autêntica, que por sua vez “são caminhos naturais e permanentes para gratificação”. É na existência da própria vida que se percebe a felicidade como sendo um prazer pessoal de viver (Rodrigues & Shikida, 2005), independentemente dos fatores e eventos que ocorrem, pois o indivíduo aprende a olhar tais eventos dentro de uma lógica de aprendizagem (Veenhoven, 2007).

Sobre o objetivo identificar a percepção dos peritos sobre a relação entre felicidade e ganhos financeiros, observou-se entre faixa de renda média mensal própria e o nível de felicidade dos peritos geral uma correlação forte, pois o coeficiente de Pearson foi 1 podendo se inferir que existe uma associação entre essas duas variáveis. Entretanto não se mostrou uma correlação significativa. A relação entre as variáveis faixa de renda média mensal própria relacionada a mesma idade da maioria das pessoas também apresentou forte correlação, mas em significância. Quanto a relação entre faixa de renda média mensal e pessoas geralmente muito felizes, aproveitando ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas mostrou-se uma correlação significativa, entretanto apresentou médias menores que as questões anteriores, mas ainda assim é possível considerar a média geral boa. Ao se relacionar a variável faixa de renda média mensal dos peritos e o gênero, observou-se observa-se uma forte correlação significativa entre essas duas variáveis. E ainda pode-se dizer que a faixa de renda mensal os peritos podem ser associados aos níveis de felicidade independente do gênero, é considerada alta.

Outras variáveis foram associadas a percepção da felicidade dentre elas a preocupação com o futuro, é preciso poupar para o futuro e não, o dinheiro não foi feito para gastar, são preocupações expressas por peritos, e estão correlacionadas significativamente, quando associadas entre si. Já a variável considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro, apresentou correlações negativas para as variáveis faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura, Eu guardo parte da minha renda todo o mês e eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria demonstrando o extremo da correlação, ou seja, correlação negativa ou inversa representa que valores altos de uma das variáveis correspondem a valores baixos de outra.

De modo geral, pode se dizer que a associar a faixa de renda mensal própria e a percepção de felicidade dos peritos, estudos como, por exemplo, o de Gianetti (2002) em países desenvolvidos, onde os indivíduos que possuem as necessidades básicas atendidas tendem a associar a felicidade a outros fatores não financeiros. Igualmente ao estudo anterior desenvolvido pelo *Happiness and economic performance* (Oswald, 1997), que detectou que em países desenvolvidos os problemas que afetam a felicidade geralmente estão associados ao contexto familiar, diferentemente de países em desenvolvimento, onde a renda e, conseqüentemente, a falta de recursos básicos são associados à pessoas não muito felizes (Rodrigues & Shikida, 2005). Para Costa Ribeiro (2015), a percepção de felicidade depende, não só da renda, mas de quanto a pessoa está satisfeita com o que recebe, independentemente de o valor ser realmente baixo ou alto. Esse aspecto é denominado como renda relativa e alguns autores afirmam que esta é ainda mais importante e relevante do que a própria renda para explicar o grau de felicidade de cada indivíduo.

Para Bastos (2021) a felicidade relacionada ao trabalho se manifesta de acordo com o nível de motivação do trabalhador, não necessariamente de renda. Porém, o estudo de Bastos (2021) foi realizado em Portugal, com trabalhadores assalariados e comissionados, a maioria com cargos de nível médio e alto, não sendo, portanto, capaz de ser comparado com a variável financeira trabalhada neste estudo. Assim, aponta-se novamente a correlação entre felicidade x renda, apontada pelos estudos de Gianetti (2002) e Rodrigues e Shikida (2005).

## **5 Considerações Finais**

Nesta seção, apresentam-se as considerações finais, a partir da análise quantitativa dos resultados, as considerações gerenciais, as limitações do estudo e as propostas sugeridas para estudos futuros.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a relação entre o nível de educação financeira e a percepção de felicidade dos profissionais autônomos peritos. No decorrer da pesquisa observou-se alto índice de acerto das perguntas relacionadas ao conhecimento financeiro básico e avançado. Além disso o resultados sobre o comportamento e atitude dos peritos mostrou preocupação com o futuro, especialmente por receber uma remuneração variável e acordo com o desempenho de suas funções. Não existe um salário mensal, e sim ganhos processos em que atua. Além disso, a profissão de perito é uma profissão que exige constante especialização, impulsionando os profissionais a buscar por cursos de graduações e pós-graduações, tanto lato sensu como mestrado e doutorado. Esse resultado foi corroborado por nossa amostra, já que mais de 80% têm outras formações.

Outro fator muito importante a se destacar é que a maioria dos profissionais declarou alto índice de felicidade, em todas as variáveis, exceto aqueles profissionais, com ganhando um salário-mínimo ou menos, o índice de felicidade era consideravelmente menor ou seja que ainda não se emanciparam em termos financeiros.

Mas de modo geral a percepção de felicidades dos peritos analisados nesse estudo se mostrou satisfatório, sendo possível afirmar que são felizes no exercício de sua profissão e nas ações destinadas a garantir um futuro seguro, feliz e assertivo, especialmente se considerar o perfil dessa profissão, com remuneração variável conforme sua atuação em processos distribuídos nos diversos tribunais do cenário brasileiro.

### **5.1 Considerações gerenciais**

Esses achados convergem com os encontrados na literatura, ou seja, as pessoas com as necessidades básicas atendidas tendem a relacionar sua felicidade a outras

questões que não as financeiras. Aqui cabe salientar a realidade da profissão de perito, que por vezes acaba por ser autônoma e dependente de certos relacionamentos que se darão com o tempo e com a qualidade de serviço final do perito. Desse modo, os profissionais que ainda não se emanciparam na profissão podem não apenas ter restrições financeiras, como já demonstrado no estudo, mas também sensação de incompetência ou frustração e, conseqüentemente, estarem em um estágio de infelicidade.

Este trabalho visou trazer contribuições tanto ao campo acadêmico, quanto ao campo social. No campo acadêmico, proporcionou caminhos para que outros materiais possam se dedicar a compreender a felicidade na realidade brasileira, considerando diversos setores, profissionais, classes e variáveis. Tais estudos podem servir não apenas como estratégia de mercado, mas também como estratégia de saúde mental, tanto por parte da empresa, como por parte do Estado.

Já as contribuições no âmbito social aderem-se ao fato de esse setor conseguir beneficiar-se dessas ações promovidas em prol da compreensão e direcionamento por parte das instituições, sejam elas do primeiro, segundo ou terceiro setor. Além disso, em microescala, esse material tende a ser uma “bússola orientadora” para os profissionais peritos, especialmente para que aqueles que estão iniciando agora consigam organizar-se financeiramente para conquistar o padrão de felicidade dos profissionais mais estabilizados.

Como limitações do estudo, pode-se reconhecer a amostra e a necessidade de se explorar mais as outras questões que impactam a felicidade, além da questão financeira. E, ainda, como a educação financeira pode ser implementada como ações para a promoção da felicidade daqueles que ainda não conseguem ter suas necessidades básicas atendidas.

## Referências

- Achor, S., & Della Porta, M. (2015). Why can't we all be happy at work? Although scientific support for the benefits of happiness is mounting, creating a happy and engaged culture requires a new kind of organizational learning. *Training*, 52(1). Recuperado de <https://trainingmag.com/why-cant-we-all-be-happy-at-work/>
- Alexandre, N. C. (2017). *O impacto da felicidade e do capital psicológico positivo nas atitudes e nos comportamentos dos colaboradores*. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal. Recuperado de <https://iconline.iplleiria.pt/bitstream/10400.8/2624/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20MGE%20-%20N%C3%A9lia%20Alexandre.pdf>
- Amorim, J. F. E. D. (2014). *Consumismo, compulsão e felicidade: a representação social da felicidade nas práticas de consumo compulsivo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7817>
- Análise de dados em ciências sociais : introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows / Alan Bryman, Duncan Cramar ; trad. Alexandra Figueiredo de Barros, Diniz Lopes ; rev. técn. Luísa Pedroso de Lima, Diniz Lopes. - 3ª ed. - Oeiras : Celta, 2003. - XXIII, 328 p. ; 24 cm. - Tít. orig.: Quantitative data analysis with SPSS release 10 for Windows : a guide for social scientists. - Bibliografia p. 325-328. - ISBN 972-774-169-X
- Anderloni, Luisa & Vandone, Daniela. (2010). Risk of over-indebtedness and behavioural factors. Department of Economics University of Milan Italy, Departemental Working Papers. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/46466330\\_Risk\\_of\\_over-indebtedness\\_and\\_behavioural\\_factors/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/46466330_Risk_of_over-indebtedness_and_behavioural_factors/citation/download)
- Antonialli, L. M., Colli, L. E. J., Figueiredo, A. A., Alfredo, L. F., & Oliveira, G. C. (2010). Planejamento e controle financeiro dos serviços prestados por profissionais liberais: o caso dos dentistas da região sul de Minas Gerais. *Anais do XIII SEMEAD - Seminários em Administração*, Lavras.
- Araujo, F. C., & Calife, F. E. (2014). A história não contada da educação financeira no Brasil. In: J. R. R., Roque. *Otimização na recuperação de ativos financeiros*. São Paulo: Ibegi.
- Arruda, A. R., & Ferreira, C. R. (2019). *Planejamento e controle financeiro para profissionais autônomos*. Goiás: UniEvangélica. Recuperado de <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/7738/1/TCC%20-%202019%20-%20ANDRESSA%20R.%20ARRUDA.pdf>
- Arruda, M. (2009). As nove dimensões do FIB. *Anais do Curso para Comunicadores*, Poramgaba - SP. Recuperado de [http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2016/11/PUB\\_MA\\_2009\\_003.pdf](http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2016/11/PUB_MA_2009_003.pdf)

- Assaf Neto, A. (2010). *Finanças corporativas e valor*. (5. ed.). São Paulo: Atlas.
- Barbosa, T., Guerra, D. S., Jacob, K. G., & Couto, P. B. (2021). Educação financeira: pesquisa e análise do conhecimento e planejamento financeiro dos alunos de uma instituição de ensino superior de Minas Gerais. *Ciência Dinâmica*, ano XII (1). DOI: <https://doi.org/10.4322/2176-6509.2022.015>
- Barrington-Leigh, C. P. (2022). Trends in Conceptions of Progress and Well-being. Recuperado de: <https://wellbeing.ihsp.mcgill.ca/publications/Barrington-Leigh-WHR2022-Chapter3-supplementary-material.pdf>
- Barros, L. C., & Jeunon, E. E. (2012). Percepção do significado do dinheiro: um estudo com graduandos de IES privadas. *Gestão & Planejamento-G&P*, 13(3). Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/32757/percepcao-do-significado-do-dinheiro--um-estudo-com-graduandos-de-ies-privadas/i/pt-br>
- Bartels, M., Nes, R. B., Armitage, J. M., van de Wijer, M. P., de Vries, L. P., & Haworth, C. Exploring the biological basis for happiness. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/365375108\\_Exploring\\_the\\_biological\\_basis\\_for\\_happiness](https://www.researchgate.net/publication/365375108_Exploring_the_biological_basis_for_happiness)
- Bastos, A. P. D. C. P. D. (2021). Felicidade no trabalho em pequenas e médias empresas do setor do calçado (Dissertação. Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas. Instituto Politécnico do Porto. Porto, Portugal). Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.22/17647>
- Behar, C., Jorge, S. B., Ribas, R. C., & Campos, L. A. M. (2021). Felicidade: breves considerações. *Ciência Atual – Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José*, 17(2). Recuperado de <https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/519>
- Branco, V. C. R. (2015). *Felicidade interna bruta: como escolher os índices do século XXI*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Brasília: FACE-UnB. Recuperado de [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13477/1/2015\\_VitorCunhaReisBranco.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13477/1/2015_VitorCunhaReisBranco.pdf)
- Brasil (2007). *Projeto de lei nº 1.229 de 2007*. Recuperado de: << [https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/792?mode=simple](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=68F6ED24609E9060ADC2DE4CFA75444A.proposicoesWebExterno1?codteor=465870&filenome=PL+1229/2007>> .</a></p><p>Bugarin, R. J. de. A. (2013). <i>O nível de educação financeira traz um comportamento e resultados diferentes?</i> 2013. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP. Recuperado de <a href=)
- Buss, L da S.; Amorim, G. V. de (2020). Educação financeira: a importância da sua inclusão no processo de ensino aprendizagem desde o ensino fundamental. (Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Matemática da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil). Recuperado de

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16278/1/TCC%20Larissa%20e%20Gabriela.pdf>

Carvalho, F. A.; Jeunon, E. E. (2015). *Motivação para o Trabalho e Comprometimento Organizacional no Serviço Público: um estudo com Servidores de uma Instituição Federal*

de Ensino Superior. In: Simpósio internacional de gestão de projetos, inovação e sustentabilidade, 4, São Paulo, 2015. Anais... São Paulo: SINGEP, 2015. Recuperado de <<http://www.singep.org.br/4singep/resultado/94.pdf>>

Carvalho, M. B. de. (2010). *A felicidade na agenda da administração e suas relações com conceitos organizacionais*. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade FUMEC, Belo Horizonte, MG. Recuperado de [https://repositorio.fumec.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/326/marcos\\_carvalho\\_mes\\_adm\\_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.fumec.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/326/marcos_carvalho_mes_adm_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Cherobim, E. (2011). *Finanças pessoais: conhecer para enriquecer*. São Paulo: Atlas.

Claudino, L. P., Nunes, M. B., & Silva, F. C. da. (2009). *Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos*. *Anais do XII SEMEAD Empreendedorismo e Inovação*, São Paulo. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029/1029>

Cloninger, C. R. (2004). *Feeling good: the science of well-being*. New York: Oxford University Press. Recuperado de <https://pt.scribd.com/doc/124323923/Theories-of-Personality-Understanding-Persons-4th-Edition-Susan-C-Cloninger>

Consentino, C. E. (2014). *Educação financeira – 8º ano*. São Paulo: Positivo.

Corbi, R. B., & Menezes-Filho, N. A. (2006). Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26. Corbi, R. B., & Menezes-Filho, N. A.. (2006). Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26(4), 518–536. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400003>

Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. da. (2018). *Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica*. *Ensino Da Matemática Em Debate*, 5(1), 69–84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>

Corrêa, G. T. (2013). *Características de componentes de comportamentos elementares constituintes da classe geral de comportamentos denominada "comportamento econômico"*. (Tese Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil) Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107543>

Costa, R. G. da. (2018). *Análise da gestão financeira pessoal dos profissionais liberais do município de Fortaleza - Ceará*. 2018. 28f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. Recuperado de [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34677/1/2018\\_tcc\\_rgcosta.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34677/1/2018_tcc_rgcosta.pdf)

- Coutu, D. L. (2002). How resilience works. *Harv Bus Rev.* 80(5):46-50, 52, 55 passim. PMID: 12024758.
- Criddle, E. (2006). Financial literacy: goals and values, not just numbers. *Alliance*34, 4.
- Cunha, M. P. (2020). O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. *Educação & Sociedade*, 41. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>
- Da Hora, H. R. M.; Monteiro, G. T. R.; Arica, J. (2010, jun). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, 11(2), 85-103. Recuperada de <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321/8252>.
- Dias, M. B. (2012). Direito fundamental à felicidade. *Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, 2(4). DOI: <https://doi.org/10.19177/ufd.v2e42012101-107>
- Dixon, F. (2004). *Gross National Happiness Improving Unsustainable Western Economic Systems. Annals of GNH Conference*, Thimphu. Recuperado de <https://globalsystemchange.com/gross-national-happiness-improving-unsustainable-western-economic-systems/>
- Drucker, P. (2005). *Manage yourself and then your company: Set an example*. Bled: IEDC – Bled School of Management. Recuperado de <https://www.iedc.si/docs/default-source/Publications/iedc-book-of-the-year-2005.pdf?sfvrsn=0>
- Durand, M. (2015). The OECD better life initiative: How's life? and the measurement of well-being. *Review of Income and Wealth*, 61(1). Recuperado de <https://doi.org/10.1111/roiw.12156>
- Dutra, L. C. S. (2020). *O benefício da felicidade no trabalho: práticas de gestão de pessoas e seus impactos na produtividade e no engajamento*. 7º Pesquisar Unifan. Recuperado de <http://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/Anais-Pesquisar-2018-EMPREENDEDORISMO-E-INOVA%C3%87%C3%83O.pdf>
- Easterlin, R. A. (1973). Does Money Buy Happiness? *The Public Interest*, (30), 3-10.
- Duncan, O. D. (1975). Does Money Buy Satisfaction? *Social Indicators Research*, 2(3), 267–274. <http://www.jstor.org/stable/27521760>
- Easterlin, R. A. (2004). *The reluctant economist: Perspectives on economics, economic history and demography*. Cambridge: Cambridge University Press. Recuperado de <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/54529/1/202.pdf>
- Ekman, P. (1992). Existem emoções básicas? *Revisão Psicológica*, 99 (3), 550–553. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.99.3.550>



- Farsen, T. C; Boehs, S.; Ribeiro, A.; Biavati, V. de P; & Silva, N. (2018). Qualidade de vida, Bem-estar e Felicidade no Trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam?. *Interação em Psicologia.*, 22, 31-41. DOI: 10.5380/psi.v22i1.48288.
- Fernandes, L. de. F. B. (2019). *A educação financeira no Brasil: gênese, instituições e produção de doxa.* (Tese Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Brasil) Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11433>.
- Ferraz, R. B., Tavares, H., & Zilberman, M. L. (2007). Felicidade: uma revisão. *Archives of Clinical Psychiatry*, São Paulo, 34(5).
- Ferreira, C. D. A., Carvalho, E. G., Gandia, R. M., & Sugano, J. Y. (2015). A contribuição da gestão social para a felicidade interna bruta (FIB). *Anais do XVI ALTEC- Congresso Latino-Íberoamericano de Gestão da Tecnologia*, Porto Alegre.
- Ferreira, V. R. M. (2007). *Decisões econômicas: você já parou para pensar?* São Paulo: Saraiva.
- Figueiredo Filho, D. B. F., & Silva Júnior, J. A. S. (2009). Desvendado os mistérios do coeficiente de Pearson. *Política Hoje*, 18 (1), 115-146 Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3852>
- Figueiredo, M. C. P. (2013). *Para além do homo economicus: as contribuições da economia comportamental e institucional para a compreensão do comportamento econômico humano.* 2013. 49 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103870>
- Fisher, C. D. (2010). Happiness at work. *International Journal of Management Reviews*, 12(4). Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00270.x>
- Floriano, M. D. P., Flores, S. A. M., & Zuliani, A. L. B. (2020). Educação financeira ou alfabetização financeira: quais as diferenças e semelhanças? *Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo*, 8(1). Recuperado de <http://incubadora.periodicos.ifsc.edu.br/index.php/ReCAT/article/view/16-33--%20PDF>
- Fonseca, E. G. da. (1990). Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 20 (Especial). Recuperado de <https://www.journals.usp.br/ee/article/view/158293>
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa survey. *RAUSP Management Journal*, 35(3), 105-112. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16542/o-metodo-de-pesquisa-survey/i/pt-br>
- Freund, J. E.; Simon, G. A. (2000). *Estatística aplicada.* 9. ed. Porto Alegre: Bookman.

- Gavin, J. H., & Mason, R. O. (2004). The virtuous organization: The value of happiness in the workplace. *Organizational Dynamics*, 33(4). Gavin, JH e Mason, RO (2004). A organização virtuosa : o valor da felicidade no local de trabalho. *Dinâmica Organizacional*, 33 (4), 379–392. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2004.09.005>
- Gianetti, E. (2002). *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gil, A.C. (2008). *Método de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, C. T. de F. (2021). *O endividamento e os temores da inflação alta*. Recuperado de: <https://www.poder360.com.br/opinia/o-endividamento-e-os-temores-da-inflacao-alta-por-carlos-thadeu-de-freitas-gomes/>.
- Gomes, D. M., & Sorato, K. A. D. L. (2010). Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. *Anais do Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, 2(2). Recuperado de <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/1424>
- Gonçalves, S. D. (2022). *A educação financeira frente ao consumo e endividamento das famílias brasileiras*. Monografia (TCC em Economia) – UFSC.
- Gonçalves, S. P. (2010). *Estratégias didáticas no ensino de estatística básica em curso de ecologias*. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Recuperado de: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/EnCiMat\\_Gon%C3%A7alvesSP\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/EnCiMat_Gon%C3%A7alvesSP_1.pdf)
- Graziano, L. D. (2005). *A felicidade revisitada: um estudo sobre bem-estar subjetivo na visão da Psicologia positiva*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-23052006-164724/publico/doutoradoIntegral.pdf>
- Hair Jr., J.F.; William, B.; Babin, B.; Anderson, R.E (2009). *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Hastings, J. S., Madrian, B. C., & Skimmyhorn, W. L. (2013). Financial literacy, financial education, and economic outcomes. *Annual Review of Economics*, 5(1), 347-373. Recuperado de <https://www.nber.org/papers/w18412>
- Helliwell, J.F. et al. Overview on Our Tenth Anniversary, 2022. Recuperado de <https://worldhappiness.report/ed/2022/overview-on-our-tenth-anniversary/>
- Helliwell, J.F. et al. World Happiness Report, 2022. Recuperado de: <https://happiness-report.s3.amazonaws.com/2022/WHR+22.pdf>

- Helliwell, J.F., Huang, H., Wang, S., & Norton, M., Trust and Deaths Under COVID-19. Recuperado de <https://worldhappiness.report/ed/2021/happiness-trust-and-deaths-under-covid-19/>
- Henrique; M. R., & Soares, W. A. (2015). *Perícia, avaliação e arbitragem*. Curitiba: Intersaberes 1. ed..
- Hoog, W. A. Z. (2007). *Prova pericial contábil: aspectos práticos & fundamentais*. São Paulo: Jurua. 5. ed..
- Hung, A., Parker, A. M., & Yoong, J. (2009). *Defining and measuring financial literacy* [Working Paper no WR-708]. Rand Corporation. Recuperado de [https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working\\_papers/2009/RAND\\_WR708.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf)
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2). Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Instituto Politécnico de Ensino a Distância - IPED (2022). *Quais são os tipos de perícia*. Recuperado de: <<https://www.iped.com.br/materias/direito/tipos-pericia.html>>.
- Jacob, K., Hudson, S., & Bush, M. (2000). *Tools for survival: An analysis of financial literacy programs*. Chicago: Woodstock Institute.
- Jebb, A. T., Tay, L., Diener, E., & Oishi, S. (2018). Happiness, income satiation and turning points around the world. *Nature Human Behavior*, 2(1):33-38. Doi: 10.1038/s41562-017-0277-0. Epub 2018 Jan 8. PMID: 30980059.
- Juliano, R. (2018). *Manual de perícias segundo o Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Roteiro de Perícias. Recuperado de <https://www.manualdepericias.com.br/livros/manual-de-pericias/>
- Kahneman, D. & Krueger, A. B. (2006). Developments in the measurement of subjective well-being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), 3-24. Recuperado de <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/089533006776526030>
- Kioyosaki, R. T. (2000). *Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Koop, A.(2023) visualcapitalist. Recuperado de <https://www.visualcapitalist.com/worlds-happiest-countries-2023/>
- Kushlev, K., Heintzelman, S., Lutes, L., & Wirtz, D. (2020). Does happiness improve health? Evidence from a randomized controlled trial. *Psychological Science*, 31(7). DOI: 10.1177/0956797620919673. Epub 2020, 24 de junho.
- Lane, R. E. (2000). *The loss of happiness in market democracies*. New Haven: Yale University Press. Recuperado de <https://isps.yale.edu/research/publications/isps01-004>

- Layard, R. (2006). Happiness and public policy: A challenge to the profession. *The Economic Journal*, 116(510), C24-C33. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2006.01073.x>
- Lelis, M. G. (2006). *Educação financeira e empreendedorismo*. Centro de Produções Técnicas.
- Lima, J. S., & Araújo, F. J. (2013). O mercado de trabalho da perícia contábil. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 4(1), 43-62. Recuperado de [http://aguiarperito.com.br/artigos/Artigo\\_Mercado%20de%20Trabalho%20na%20Per%C3%ADcia%20Cont%C3%A1bil.pdf](http://aguiarperito.com.br/artigos/Artigo_Mercado%20de%20Trabalho%20na%20Per%C3%ADcia%20Cont%C3%A1bil.pdf)
- Lomas, T., Lai, A., Shiba, K., Diego-Rosell, P., Uchida, Y., & VanderWeele, T. J. Insights from the first global survey of balance and harmony. Recuperado de:
- Lucci, C. R., Zerrenner, S. A., Verrone, M. A. G., & Santos, S. D. (2006). A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. *Anais do Seminário em Administração*, 9. Recuperado de [https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/266.pdf](https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf)
- Lunenburg, F. C. (2011). Self-efficacy in the workplace: Implications for motivation and performance. *International Journal of Management, Business and Administration*, 14(1).
- Luquet, M. (2012). *Tristezas não pagam dívidas: como domar seus credores*. São Paulo: Saraiva.
- Lustosa, A. E., & Melo, L. F. (2010). *Felicidade interna bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de: [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-615\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-615_pt.html).
- Luthans, F., & Carolyn, M. (2007). Emerging positive organizational behavior. *Journal of Management*, 33(3). Recuperado de <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=leadership/acpub>
- Luthans, F., & Jensen, S. M. (2002). Hope: A new positive strength for human resource development. *Human Resource Development Review*, 1(3). Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/4165814>
- Luthans, F., Avolio, B.J., Walumbwa, F.O e Li, W. (2005). O capital psicológico dos trabalhadores chineses: explorando a relação com o desempenho. *Revisão de Gestão e Organização*, 1 (2), 249–271. <https://doi.org/10.1111/j.1740-8784.2005.00011.x>
- Luthans, F., Norman, S. M., Avolio, B. J., & Avey, J. B. (2008). The mediating role of psychological capital in the supportive organizational climate: employee performance relationship. *Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior*, 29(2). Recuperado de

<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1142&context=managementfacpub>

- Maddux, J. (2000). Self-efficacy: the power of believing you can. *In*: S. J. Lopez, & C. R. Snyder (eds.). *Oxford handbook of positive Psychology* (pp. 335-343). Oxford University Press.
- Maio, T. L. (2016). *A felicidade no trabalho: o impacto na gestão das organizações*. 2016. 82f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Instituto Superior de Gestão, Lisboa, Portugal. Recuperado de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15221/1/ISG\\_Tiago\\_Leite\\_Maio.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15221/1/ISG_Tiago_Leite_Maio.pdf)
- Malhotra, N. (2001). *Pesquisa de marketing*. (3. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5ª edição. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda. Recuperado de <https://www.wook.pt/livro/analise-estatistica-com-o-spss-statistics-joao-maroco/24699154>
- Martins, S. P. (2013). *Direito do Trabalho*. (29. ed.). São Paulo: Atlas.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Mattar, F (1996). *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas.
- Medeiros, G. L. B., & Medeiros, L. N. P. (2021). Ausência de educação financeira no Brasil: o impacto à sociedade e a possibilidade de reversão. *Brazilian Journal of Development*, 7(10). Recuperado de <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/38778>
- Melo, M. A. F. (2016). *Educação financeira: educação financeira, poupança e investimento*. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17757>
- Mendonça, A. D. (2016). *Felicidade no ambiente de trabalho: realidade ou utopia?* 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AJNLKX>
- Mette, F. M. B., & Matos, C. A. de. (2015). Uma análise bibliométrica dos estudos em educação financeira no Brasil e no Mundo. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 5(1). Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48716/uma-analise-bibliometrica-dos-estudos-em-educacao-financeira-no-brasil-e-no-mundo/i/pt-br>
- Metzler, H., Pellert, M., & Garcia, D. Using social media data to capture emotions before and during COVID-19. Recuperado de: <https://worldhappiness.report/ed/2022/using-social-media-data-to-capture-emotions-before-and-during-covid-19/>
- Migliavacca, M. J. (2017). Impactos da motivação, da inovação de produto e da

- capacidade tecnológica no desempenho organizacional. (Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Caxias do Sul, SC, Brasil). Recuperado de <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/3508/Dissertacao%20Marcio%20Jos%C3%A9%20Migliavacca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Mitchell, O. S., & Lusardi, A. (2022). Financial literacy and financial behavior at older ages. *Wharton Pension Research Council Working Paper*, n. 2022-01. Recuperado de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=4006687](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4006687)
- Moore, D. (2003). Survey of financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes, and experiences, social and economic sciences research center, Washington State University. *Washington State University*, 10(2.1). DOI 10.13140/2.1.4729.4722.
- Nardoni, D. F. (2019). *Engenharia Econômica: uma análise sobre os níveis de alfabetização e inclusão financeiras de advogados liberais*. 2019. (Projeto de Graduação, Curso Engenharia de Produção, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil) Recuperado de [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29599/1/2021\\_DanielaFagundesNardoni\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29599/1/2021_DanielaFagundesNardoni_tcc.pdf)
- Nascimento, J. C. H. B., Macedo, M. Á. D. S., de Siqueira, J. R. M., & Bernardes, J. R. (2016). Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 17(1), 147-175. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n1.341>
- Nasir, M., & Bloch, M. H. (2021). Money cannot buy happiness: but can it prevent depression? *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 62(9). Recuperado de <https://acamh.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jcpp.13507>
- Neri, M. C. (2019). *Como vai a vida? Entendendo a economia da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV. Recuperado de <https://portal.fgv.br/think-tank/vai-vida-entendendo-economia-felicidade>
- Oliveira e Silva, G., Silva, A. C. M., Costa Vieira, P. R., Desiderati, M. C., & Neves, M. B. E. (2017). Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3). DOI: <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i3.3726>
- Oliveira, D. C. (2012). A importância do planejamento financeiro. *Revista Intellectus*, ano VIII(20). Recuperado de <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/20.210.pdf>
- Olivieri, M. de. F. A. (2013). Educação financeira. *Revista Eniac Pesquisa*, 2(1). Recuperado de <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2011). Measuring financial literacy, questionnaire and guidance notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy. *Anais do International Network on Financial Education*: Cape Town, 2011, Paris. Recuperado de <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>

- Oswald, A. J. (1997). *Happiness and economic performance*. Recuperado de: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/faculty/oswald/happecperf.pdf>
- Palma, P. J., Cunha, M. P., & Lopes, M. P. (2007). Comportamento organizacional positivo e empreendedorismo: uma influência mutuamente vantajosa. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 13(1). Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/239529241\\_Comportamento\\_organizacion\\_al\\_positivo\\_e\\_empreendedorismo\\_Uma\\_influencia mutuamente\\_vantajosa1](https://www.researchgate.net/publication/239529241_Comportamento_organizacion_al_positivo_e_empreendedorismo_Uma_influencia mutuamente_vantajosa1)
- Peleias, I. R., Ornelas, M. M. G. de., Henrique, M. R., & Weffort, E. F. J.. (2011). Perícia contábil: análise das condições de ensino em cursos de ciências contábeis da região metropolitana de São Paulo. *Educação Em Revista*, 27(3), 79–108. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000300005>
- Pelicioli, A. F. (2011). *A relevância da educação financeira na formação de jovens*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Recuperado de <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3405>
- Pinheiro, R. P. (2008). *Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão*. São Paulo: Peixoto Neto.
- Pio, I. O. (2021). *Felicidade interna bruta: reflexos da realidade no cerrado goiano*. (Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, Brasil). Recuperado de <http://www.btdt.ueg.br/handle/tede/412>
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G.. (2015). Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362–377. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>
- Reis, E.A., Reis I.A. (2002) *Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG*. Recuperado de [www.est.ufmg.br](http://www.est.ufmg.br)
- Ribeiro, C. A. C.. (2015). Renda, Relações Sociais e Felicidade no Brasil. *Dados*, 58(1), 37–78. <https://doi.org/10.1590/00115258201538>
- Ribeiro, J. L. P. (2012). Validação transcultural da escala de felicidade subjectiva de Lyubomirsky e Lepper. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 13(2). Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/362/36225171003.pdf>
- Richardson, R. J. (2017) *Pesquisa social métodos e técnicas*. Rio de Janeiro: Atlas. 1 recurso online ISBN 9788597013948.
- Richardson, R. J., & Peres, J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, O. A., & Shikida, P. F. A. (2005). Economia e felicidade: elementos teóricos e evidências empíricas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em*

Economia Política, *Pesquisa & Debate*, 16(1):27. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11894>

- Samuels, W. J. (1999). *The Foundings of Institutional Economics: The leisure class and sovereignty*. London: Routledge. Recuperado de [https://lunarintcollege.edu.et/wp-content/uploads/2022/07/Warren-J.samuels-The-Founding\\_of\\_Institutional\\_Economics\\_\\_Routledge\\_Studies\\_in\\_the\\_History\\_of\\_Economics\\_\\_23\\_.pdf](https://lunarintcollege.edu.et/wp-content/uploads/2022/07/Warren-J.samuels-The-Founding_of_Institutional_Economics__Routledge_Studies_in_the_History_of_Economics__23_.pdf)
- Santana, F. J. M.; Bezerra, D. O.; Santana, V. M.; Oliveira, W. dos A. (2017). Nível de educação financeira constatado entre universitários recém-ingressos em ciências contábeis. *ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia*, 14, 26. DOI: 10.18677/EnciBio\_2017B103
- Santos, A. S. (2015). *Economia da felicidade; determinantes da felicidade e a influência das dimensões socioculturais - um estudo multicultural*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Autónoma de Lisboa. Recuperado de <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1183/1/PhDThesisAnabelaSousaSantos.pdf>
- Santos, P. P. (2020). *Dinheiro traz felicidade? Pobreza e bem-estar: associações e medidas*. 2020. 277f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38929>
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T. & Santana, F. de. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(6). Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/001534911>
- Schiffman, L., & Kanuk, L. (2000) *Comportamento do consumidor*. Rio de Janeiro: LTC.
- Seabra, R. (2013). *Como investir dinheiro*. Recife PE: Recuperado de <https://comoinvestirdinheiro.com.br/ComoInvestirDinheiro-Amostra.pdf>
- Seligman, M. E., & Capelo, N. (2004). *Felicidade autêntica: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente*. Tradução de Neuza Capelo. (1. ed., pp. 333-333). Rio de Janeiro: Livraria da Travessa.
- Sender, G., & Fleck, D.. (2017). As Organizações e a Felicidade no Trabalho: Uma Perspectiva Integrada. *Revista De Administração Contemporânea*, 21(6), 764–787. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160284>
- Sewaybricker, L. E. (2017). *Felicidade: utopia, pluralidade e política a delimitação da felicidade enquanto objeto para a Ciência*. (Tese Doutorado em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil) Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-05102017-175007/publico/sewaybricker\\_do.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-05102017-175007/publico/sewaybricker_do.pdf)
- Silva Neto, O. S., Ferreira, I. D. S., Vieira, D. C., Figueiredo, K. T. I., & Ramondot, J. A. (2016). *Análise comparativa do comportamento financeiro entre autônomos e servidores públicos em João Pessoa/PB*. Rio de Janeiro: FGV. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10438/18907>



- Silva, A. A. G. D. (2010). *A perícia forense no Brasil*. (Dissertação Mestrado em Engenharia Elétrica. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil) Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-11082010-152328/publico/Dissertacao\\_Alexandre\\_A\\_G\\_da\\_Silva.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3142/tde-11082010-152328/publico/Dissertacao_Alexandre_A_G_da_Silva.pdf)
- Silva, A. L. P. (2021). Desvendando o Comportamento Econômico. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 1271-1276. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.62741>
- Silva, J. G. da, Silva Neto, O. S., & Cunha Araújo, R. C. da. (2017). Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), 104–120. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32082>
- Silva, M. C. da, Chacon, M. J. M., Pederneiras, M. M. M., & Lopes, J. E. de G. (2004). Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em Ciências Contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(36), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000300006>
- Souza, D. R. (2015). *Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB*. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF. Recuperado de <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/18670>
- Świecka, B., Grzesiuk, A., Korczak, D., & Wyszowska-Kaniewska, O. (2019).. Financial Literacy and Financial Education. Theory and Survey. DOI 10.1515/9783110636956-201.
- Taveira, L. D. B., Medeiros, A. W., Camara, R. P. D. B., & Martins, J. D. M. (2013). Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18(2), 49-64.  
Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/11053/uma-analise-bibliometrica-dos-artigos-cientificos-em-pericia-contabil-publicados-entre-os-anos-de-1999-a-2012/i/pt-br>
- Thiollent, M. (2009). *Metodologia da pesquisa-ação*. (17. ed.). São Paulo: Cortez.
- Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3(1), 32-37. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-35482012000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482012000100004&lng=pt&tlng=pt).
- Trindade, R. S. C., Aioffi, R. M., Mainardes, E. W., & Lasso, S. V. (2016). Processo de decisão de compra do empreendedor autônomo. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação (Brazilian Journal of Management & Innovation)*, 3(2). 25-50. DOI 10.18226/23190639.v3n2.02.
- Tsakalotos, E. (2005). Homo economicus and the reconstruction of political economy: six theses on the role of values in economics. *Cambridge Journal of Economics*, 29(6). Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/23601604>

- Veenhoven, R. (2007). Quality of life research. *Annal of 21st Century Sociology, A Reference Handbook*. Recuperado de [https://www.academia.edu/2975712/Quality\\_of\\_Life\\_Research](https://www.academia.edu/2975712/Quality_of_Life_Research)
- Veenhoven, R., & Vergunst, F. (2014). The easterlin illusion: economic growth does go with greater happiness. *International Journal of Happiness and Development*, 1(4), 311-343. Recuperado de <https://personal.eur.nl/veenhoven/Pub2010s/2014e-full.pdf>
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro: Atlas.
- Vilas Boas, D. F. (2016). *Escala de felicidade subjetiva: validação em adolescentes portuguesas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Universidade do Minho, Minho, Portugal. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42847/1/Daniela%20Faria%20Vilas%20Boas.pdf>
- Zucco, V. (2015). *Economia da felicidade: evidências e propostas teóricas*. (Monografia, Economia, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria RS, Brasil) Recuperado de <https://silo.tips/download/economia-da-felicidade-evidencias-e-propostas-teoricas>

## Apêndices



### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre-TCLE

Convidamos a participar da pesquisa acadêmica intitulada: A educação financeira e sua influência no índice de felicidade: estudo com peritos judiciais. Desenvolvida pelo mestrando Bruno Moreno de Menezes e sob orientação da professora doutora Ester Eliane Jeunon. Esta pesquisa não oferece qualquer risco ao participante, uma vez que consiste apenas em responder questionário para identificar a relação entre o índice de felicidade e a educação financeira entre os profissionais que atuam na área de perícia judiciária. Para isso, será aplicado um questionário via plataforma Google Forms a peritos judiciais e extrajudiciais. Gostaria de contar com sua colaboração e permissão para análise dos dados coletados, reforçando que o questionário é anônimo, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O presente estudo tem como objetivo compreender como os peritos judiciais e extrajudiciais percebem a felicidade, bem como associam a felicidade à educação financeira, promovendo assim aberturas para discussões para compreensão dos aspectos que possam impactar a felicidade humana, aumentando, portanto, o bem-estar e, consequentemente, o rendimento pessoal, profissional e o controle das finanças comportamentais. A pesquisa será sigilosa e você tem o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Bruno Moreno de Menezes  
Pesquisador Mestrando (FPL)  
brunomorenoufv@gmail.com

Ester Eliane Jeunon  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Pesquisadora Responsável  
ester.jeunon@fpl.edu.br

Agradecemos a colaboração com informações para este estudo.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que os pesquisadores querem fazer e porque precisam da minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.



## Apêndice B – Questionário de Pesquisa

Esta pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado realizada junto a Fundação Pedro Leopoldo Educacional. Cujo objetivo é identificar as principais vantagens de uma gestão de Instituição de Ensino Superior (IES) que desenvolve produtos e/ou serviços com foco na experiência do cliente como estratégia de retenção.

As respostas obtidas serão analisadas coletivamente, sendo mantido total sigilo quanto a sua percepção.

Perfil Sócio econômico		
<b>Gênero:</b> <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro	<b>Idade</b> <hr/>	<b>Dependentes</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Escolaridade:</b> <input type="checkbox"/> Ensino superior <input type="checkbox"/> Especialização ou MBA <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-doutorado	<b>Perito:</b> <input type="checkbox"/> Judicial <input type="checkbox"/> Extrajudicial <input type="checkbox"/> Ambos	
<b>Faixa de renda média mensal própria</b> <input type="checkbox"/> Até um salário mínimo (Até R\$1.212,00). <input type="checkbox"/> Entre um e dois salários mínimos (Entre R\$ 1.212,00 e R\$ 2.424,00). <input type="checkbox"/> Entre dois e quatro salários mínimos (entre R\$ 2.424,00 e R\$ 4.848,00). <input type="checkbox"/> Entre quatro e oito salários mínimos (entre R\$ 4.848,00 e R\$ 9.696,00). <input type="checkbox"/> Mais de oito salários mínimos (mais de R\$ 9.696,00).		

<b>Índice de educação financeira</b> Variável 1 – Conhecimento básico:
<p>1) Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>*Mais de R\$ 150,00.</li> <li>Exatamente R\$ 150,00.</li> <li>Menos de R\$ 150,00.</li> <li>Não sei.</li> </ol>
<p>2) Suponha que José herde R\$10.000,00 hoje e Pedro herde R\$10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficará mais rico?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>*José.</li> <li>Pedro.</li> <li>São igualmente ricos.</li> <li>Não sei.'</li> </ol>
<p>3) Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Mais do que hoje.</li> <li>Exatamente o mesmo.</li> <li>*Menos do que hoje.</li> <li>Não sei.</li> </ol>
<p>4) Suponha que no ano de 2014 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2014, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Mais do que hoje.</li> <li>*Exatamente o mesmo.</li> <li>Menos do que hoje.</li> <li>Não sei.</li> </ol>
<p>5) Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>*Verdadeira.</li> <li>Falsa.</li> <li>Não sei.</li> </ol>
<p>6) Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é de R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>0,3%.</li> <li>0,6%.</li> <li>3%.</li> <li>*6%.</li> <li>Não sei.</li> </ol>
<p>7) Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>*Comprar na loja A (desconto de R\$150,00).</li> <li>Comprar na loja B (desconto de 10%).</li> <li>Não sei.</li> </ol>

- 8) Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?
- 100.
  - \*200.
  - 1000.
  - 5000.
  - Não sei.

**Índice de educação financeira** Variável 1 – Conhecimento avançado

- 1) Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?
- Poupança.
  - \*Ações.
  - Títulos públicos.
  - Não sei.

- 2) Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?
- Poupança.
  - \*Ações.
  - Títulos públicos.
  - Não sei.

- 3) Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:
- Aumenta.
  - \*Diminui.
  - Permanece inalterado.
  - Não sei.

- 4) Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:
- \*Verdadeira.
  - Falsa.
  - Não sei.

- 5) Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:
- \*Verdadeira.
  - Falsa.
  - Não sei.

**Índice de educação financeira** Variável 2 – Comportamento

- 1) Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.
- 2) Considero mais satisfatório gastar do que poupar para o futuro.
- 3) O dinheiro é feito para gastar.



**Índice de educação financeira** Variável 3 – Atitude

- 1) Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.
- 2) Eu guardo parte da minha renda todo mês.
- 3) Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo, como educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.
- 4) Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.



## Questionário de Pesquisa

Você vai levar em média 10 minutos para responder ao questionário. Não existe resposta certa ou errada, o importante para a pesquisa é sua opinião sincera, logo, por favor, responda com total liberdade (Tabela 45).

### Percepção de felicidade – Escala de Felicidade Subjetiva:

 1 UMA PESSOA NÃO MUITO FELIZ		 7 UMA PESSOA MUITO FELIZ						
Variáveis		Escala						
		1	2	3	4	5	6	7
1) Em geral, acho que sou:								
2) Na comparação com a maioria das pessoas da minha idade, acho que sou:								

 1 DE MODO NENHUM		 7 EM GRANDE PARTE						
Variáveis		Escala						
		1	2	3	4	5	6	7
3) Algumas pessoas geralmente são muito felizes. Elas aproveitam ao máximo a vida apesar do que se passa à volta delas. Acha que é como estas pessoas?								
4) Algumas pessoas geralmente são pouco felizes. Elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Acha que é como estas pessoas?								

## Anexos



### Anexo A – Projeto Lei 1.229/2007

**(Deputado Federal Eduardo Gomes)**

Regulamenta o exercício da atividade, define as atribuições do Perito Judicial e do Assistente Técnico e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relatora: DEP. GORETE PEREIRA).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## S U M Á R I O

### I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer da relatora
- parecer da Comissão



O Congresso nacional decreta:

Art. 1º - Perito Judicial é o profissional com curso superior, habilitado pelo respectivo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, nomeado por Juiz de Direito para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de Laudos e de provas científicas e documentais.

Art. 2º - Assistente Técnico é o profissional com curso superior, habilitado pelo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, indicado pelas partes para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, em conjunto com o Perito Judicial ou, separadamente, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de pareceres técnicos e de provas científicas e documentais.

Art. 3º - O exame de caráter técnico e especializado será, sempre, apresentado em Juízo, através de uma peça escrita na qual o Perito Judicial e/ou o Assistente Técnico expressam, de forma consubstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizaram, as diligências levadas a efeito, os critérios e os resultados fundamentados e documentados, quando o caso exigir.

Art. 4º - A linguagem adotada pelo Perito Judicial em seu laudo e pelo Assistente Técnico em seu parecer deve ser acessível aos interlocutores, possibilitando aos julgadores proferirem justa decisão e às partes da demanda, conhecimento e interpretação dos resultados dos trabalhos periciais.

Art. 5º - O Laudo Pericial deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - identificação do processo e das partes;

II - síntese do objeto da perícia;

III - metodologia adotada para os trabalhos periciais;

IV - identificação das diligências realizadas;

V - transcrição dos quesitos;

VI - respostas aos quesitos;

VII - identificação do Perito Judicial e dos Assistentes Técnicos, quando houver;

VIII - outras informações entendidas como importantes para melhor esclarecer ou apresentar o laudo pericial ou o parecer técnico.

Art. 6º - O Perito Judicial deve informar todos os fatos relevantes por ele encontrados no decorrer de suas pesquisas e diligências.

Art. 7º - O Perito Judicial deve no laudo pericial, considerar as formas explicitadas nos itens abaixo:

I - a quantificação de valores é viável em casos de: apuração de haveres, liquidação de sentença, dissolução societária, avaliação patrimonial, outros exigidos pelos próprios motivos da perícia judicial;

II - caso seja necessária a apresentação de alternativas, condicionadas às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada parte apresentou uma versão para a causa, o Perito Judicial deverá apresentar ao Juiz as alternativas condicionadas às teses apresentadas devendo, necessariamente, ser identificados os critérios técnicos que lhes dêem respaldo. Tal situação deve ser apresentada de forma a não representar a opinião pessoal do Perito Judicial, consignando os resultados obtidos, caso venha a ser aceita a tese de um ou de outro demandante.

III - O laudo pericial pode ser, elucidativo quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores e / ou opinião sobre matéria de direito.

Art. 8º - As atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, somente poderão ser exercidas:

I - pelos diplomados em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos e inscritos nos órgãos de classe regional competente;

II - pelos diplomados em cursos similares no exterior, após revalidação do diploma de acordo com a legislação em vigor e, inscritos nos órgãos de classe regional competente;

III - observadas as determinações dos itens precedentes, o Perito Judicial e o Assistente Técnico necessita, para o exercício inerente às suas atividades, encontrar-se inscrito em associação especializada em perícia judicial que congregue os profissionais dessa área de ação, no Estado de seu exercício.

Parágrafo único - O Perito Judicial e o Assistente Técnico somente poderão exercer as suas atividades nas questões que versem sobre as matérias e atribuições inerentes à sua formação profissional superior, definida neste artigo e registradas no órgão de classe competente.

Art. 9º - O exercício da atividade de Perito Judicial e do Assistente Técnico requer prévio registro em Tribunais de Justiça Estaduais e/ou em Tribunais Regionais e/ou em Tribunais Federais, quando couber.

Art. 10 - O exercício da atividade de Perito Judicial e do Assistente Técnico não gera quaisquer vínculos de emprego com a justiça e / ou com as partes.

Art. 11 - O exercício pleno e efetivo da atividade de Perito Judicial é realizado através da livre designação e nomeação, em cada processo, do Juiz de Direito responsável pelo julgamento da ação obedecidas, no entanto e como princípio básico, a qualificação do profissional conforme disposto no artigo 9º desta Lei.

Art. 12 - Toda atividade pericial é remunerada e terá o seu valor estimado pelo Perito nomeado e fixado pelo juízo que determinou e / ou deferiu a realização da perícia, sendo o depósito dos honorários liberado ao Perito Judicial, após a entrega de seu laudo pericial.

Art. 13 - O Perito do Juízo é obrigado a cumprir os prazos determinados, quando de sua nomeação pelo Juiz de Direito, para a conclusão de seu trabalho, ficando a critério do Juiz que o nomeou, prorrogar ou não esse prazo.

Art. 14 - O não cumprimento, pelo Perito, do prazo determinado para a entrega de seu laudo, poderá acarretar, em consequência e a critério do Juiz que o nomeou, a sua substituição que será comunicada ao órgão de classe competente e à Associação de Peritos do Estado, além de outras penalidades previstas em Lei.

Art. 15 - As perícias judiciais que englobem assuntos distintos, complementares ou não e que se refiram a mais de uma esfera de conhecimento profissional definido pelos órgãos de classe e pela associação de Peritos do Estado devem, obrigatoriamente, ser realizadas ou, individualmente, por um único Perito habilitado em cada um dos assuntos em análise ou, então, por mais de um Perito, cada um exercendo as atividades de sua área de ação e conhecimento.

Art. 16 - A Vara da Justiça onde corre a ação, obrigatoriamente, tem de comunicar aos Peritos nomeados e aos Assistentes Técnicos indicados que desenvolvem os trabalhos periciais, o início e o prazo de conclusão dos trabalhos que se verificará com a entrega protocolada do laudo pericial.

Art. 17 - Os Assistentes Técnicos após tomarem ciência do laudo do Perito do Juízo, terão o prazo sucessivo de dez (10) dias para, fora do cartório, terem vista dos autos e, também, de toda a documentação utilizada pelo Perito Judicial, a fim de lhes permitir a elaboração de seus respectivos pareceres técnicos, se for o caso.

Art. 18º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º- Revogam-se as disposição em contrário.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A perícia judicial no Brasil, de acordo com os registros legais, tem um século de existência, quando o Decreto 1339 de 09/01/1905 concedia aos concluintes da Escola de Comércio do Rio de Janeiro, o Diploma de Perito Judicial.

O Campo de atividade desses profissionais era o da Contabilidade. A evolução do conhecimento humano, em todas as suas áreas – científicas, literárias, artísticas e sociais – o crescimento e aperfeiçoamento de todas as suas atividades e a concentração do poderio econômico e político das nações determinaram, entre outras causas e como necessidade de organização da sociedade e de respeito pelo indivíduo, que se fizesse mais forte, a cada

passo, a presença do Direito, um dos elementos juntamente com o idioma, nucleares da nossa unidade nacional.

O Direito prosseguiu a sua rota de que não se afastou, senão, ocasionalmente e foi atingindo um número cada vez maior de indivíduos. Vivíamos uma época de transição em que a marcha do Direito se fazia mais agitada. Então, todos bradavam, parecendo que a confusão ia destruir tudo. A grita era natural; clamavam os que pretendiam alcançar algum direito; clamavam, também, os que se viam despojados do velho privilégio para que coubesse alguma coisa aos que nada tinham. Mas essa mesma bulha era um sinal da vida e da presença do Direito.

Direito e idioma são um patrimônio que nos cumpre zelar a todo custo, como igualmente o patrimônio jurídico: a “lex” e a “vox”, o direito e a palavra, que nos apontarão o caminho da lux, da luz da grandeza nacional, do futuro radioso da terra que nos coube em partilha para trabalhar e fazer produzir.

A JUSTIÇA, como instituição se reestruturou, em todos os sentidos; especializou-se criando inúmeros outros campos definidos de ação; os profissionais – Magistrados, Advogados, além da cultura jurídica que possuem, se especializaram cada vez mais e definiram novas áreas de ação e de trabalho.

Com o advento de novas e especializadas indústrias, comércios, serviços, áreas científicas, educacionais, técnicas, artísticas e com a multiplicação e a diversificação de atividades que surgem, a todo tempo, em todas as áreas de ação, novas legislações foram criadas para disciplinar e conceder direitos a um número, cada vez maior, de indivíduos.

As instituições de Justiça, então especializadas, passaram a atender, cada vez mais, um número crescente de ações envolvendo, cada vez mais, uma quantidade maior de Profissionais, de Empresas e de Autores, além de apresentar, cada uma delas, maior diversidade de questões e exigindo, em conseqüência dos Profissionais – Magistrados e Advogados, maior gama de conhecimentos jurídicos, de serviços cada vez mais especializados e tomadas de decisões sobre assuntos que necessitavam ser definidos e mostrados com pureza, a fim de espelhar a verdade dos fatos.

Evidentemente, o Juiz não pode, em razão de seu cargo, de seu volume de trabalho, de suas verdadeiras atribuições, de seus conhecimentos jurídicos, de sua necessidade em se manter atualizado nas ciências jurídicas, proceder levantamentos e diligências para que a ação, refletindo a verdade dos fatos, seja considerada pronta para o seu julgamento.

Na grande maioria das ações, devido as controvérsias apresentadas pelas partes, há a necessidade de se pesquisar a verdade para que o Juiz possa distribuir Justiça.

Esse mister, há um século, sempre foi conferido e não poderia ser de outra forma, a um profissional apto e com todos os pré-requisitos para auxiliar a Justiça na pesquisa da

verdade através dos estudos dos autos, das diligências, dos levantamentos e de suas conclusões sobre as matérias em perícia.

Esse profissional, nos casos em que se exige o seu auxílio, é o responsável pela formação final do processo com a apresentação de seu laudo pericial documentado, através do qual apresenta ao juízo e às partes as verdadeiras faces da ação permitindo, assim, juntamente com os outros elementos existentes nos autos que o Juiz, mercê de seus conhecimentos jurídicos, profira a sua sentença, isto é, a decisão da Justiça sobre a lide.

A maioria dos Peritos Judiciais e dos Assistentes Técnicos possui diversos cursos superiores e muitos deles, com cursos de Mestrado e de Doutorado e pertencendo ao corpo docente das faculdades.

Além disso, de um modo geral, são dotados de conhecimentos muito abrangentes, não somente em razão de seus diplomas Universitários, como também através da experiência profissional adquirida em diversas áreas de atividade.

Diante da importância dos serviços prestados pelos Peritos Judiciais e Assistentes Técnicos, há necessidade e urgência em se permitir que a Justiça possua o controle e o registro desses profissionais, conhecendo-os por categoria, por experiência, pela capacidade e especialidade adquirida nas universidades e, principalmente, o conhecimento das tarefas que, por direito e conquista, se encontram habituados a exercer.

Necessidade há, também, para o desenvolvimento e qualidade superior das Perícias Judiciais que a própria Justiça, os órgãos de classe e as associações especializadas de Peritos Judiciais, administrem, organizem, coordenem e controlem o exercício dessa atividade e sejam, também, o elemento divulgador de novos ensinamentos e de novas técnicas periciais.

A falta desses princípios e dos meios legais de construção desse caminho a ser percorrido, constata-se que, cada vez mais, profissionais sem as qualificações exigidas para o exercício de perícias específicas sejam nomeados sem que sejam observadas a sua experiência qualificada em serviços, a existência ou não de sua formação profissional e universitária.

Esta Lei visa disciplinar e controlar as atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, melhorar o nível da perícia, diminuir o prazo de entrega dos laudos periciais, somente permitir que Peritos Judiciais, conforme disposto nesta Lei realizem atividades periciais afastando, em consequência da Justiça, os profissionais não habilitados e dotando as Instituições da Justiça, por respeito à tão laboriosa classe, aos Juízes, às partes, de meios mais firmes e eficazes para atingirem o seu objetivo: o Direito.

Dado o exposto, conto com a colaboração dos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2007.

Deputado **Eduardo Gomes**

PSDB/TO

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **I - RELATÓRIO**

A presente iniciativa, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, propõe a regulamentação do exercício das profissões de Perito Judicial e de Assistente Técnico.

Alega o Autor, em sua justificativa, que o Projeto de Lei pretende *“disciplinar e controlar as atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, melhorar o nível da perícia, diminuir o prazo de entrega dos laudos periciais, somente permitir que Peritos Judiciais, conforme disposto nesta Lei realizem atividades periciais afastando, em conseqüência da Justiça, os profissionais não habilitados e dotando as Instituições da Justiça, por respeito à tão laboriosa classe, aos Juízes, às partes, de meios mais firmes e eficazes para atingirem o seu objetivo: o Direito.*

A proposição está sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), no prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas, conforme Termo de Recebimento de Emendas, datado de 3 de agosto de 2007.

É o relatório.

### **II - VOTO DA RELATORA**

Compete à CTASP a análise do mérito trabalhista da proposição.

Sendo assim, em que pese a nobre intenção do Autor, acreditamos que o exercício das profissões de Perito Judicial e de Assistente Técnico não deva ser regulamentado, pois, quando nomeados para exercerem suas atividades, esses profissionais já são submetidos à rigorosa fiscalização do Juiz, no caso do Perito, ou aos interesses das partes a que assistem.

Perito Judicial é o profissional nomeado pelo Juiz para produzir no processo a prova tida como necessária a respeito de fato cujo conhecimento depende de conhecimento técnico ou científico.

Por outro lado, quando julgar necessário, a parte pode solicitar um especialista técnico que ajude o advogado na defesa da causa. Daí a presença do Assistente Técnico indicado por cada uma das partes, facultativamente, como colaborador do advogado.

Dessa forma, apesar de a escolha dos peritos e assistentes técnicos ser baseada na confiança de quem os indica, deve recair, primordialmente, em profissional habilitado ou técnico especializado no assunto objeto da prova pericial.

Não poderíamos, assim, sequer considerar que a atividade realizada por Perito Judicial e Assistente Técnico constitui uma profissão no sentido estrito da palavra e, tendo em vista o interesse público, deva ser regulamentada.

A atividade habitual dos profissionais nomeados peritos e assistentes técnicos não é, a princípio, a realização de perícias, que são executadas por aqueles que exercem habitualmente uma determinada profissão e, exatamente por isso, estão sendo chamados a, ocasionalmente, colaborar no processo judicial. Essas atividades são, na verdade, uma função ou um encargo atribuído aos mais variados profissionais, dependendo da necessidade que o juiz ou partes venham a ter de serem assistidos por profissional especializado na matéria que estiver sob litígio.

E esses profissionais são nomeados pelos Juízes ou indicados pelas partes, exatamente por já serem capacitados para o exercício profissional perante os órgãos federais e regionais de fiscalização de suas profissões.

Assim, em sua grande maioria, são profissionais que já estão submetidos à fiscalização dos Conselhos Federais e Regionais de suas profissões, como os médicos, os engenheiros, os contadores etc. Os conselhos de fiscalização profissional, conforme disposto em lei, regimentos internos e códigos de ética, são os órgãos responsáveis por fazer com que todos os profissionais neles inscritos cumpram seu ofício com zelo e responsabilidade. Caso contrário, podem até mesmo cassar o registro que permite ao profissional exercer a atividade.

Além disso, a nossa Constituição Federal estabelece que *“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”* (Art. 5º, inciso XIII).

Dessa forma, muitas profissões são regulamentadas porque o seu exercício por pessoas desqualificadas pode gerar um dano à sociedade, sendo, portanto, de interesse público a sua regulamentação com a consequente criação dos conselhos de fiscalização profissional.

O projeto de lei em análise, ao propor a regulamentação das atividades dos peritos judiciais e assistentes técnicos, está “criando” e não “regulamentando” uma profissão, pois as profissões de perito judicial e assistente técnico só poderão ser exercidas por pessoas que já tenham como pré-requisito o domínio de um outro exercício profissional de nível superior ou não.

Muitos dos peritos judiciais e assistentes técnicos são profissionais que não praticam uma atividade regulamentada, como, no caso de perícia para identificação de autoria no caso de Artes Plásticas ou Literatura, atividades em que, necessariamente, o melhor perito será aquele que tiver os conhecimentos para tanto na precisa expressão do chamado **notório saber**, sem que, necessariamente, tenha que ter feito curso superior ou já ter a profissão regulamentada.

Há, também, inequívoca inconstitucionalidade nos artigos 1º e 2º quando estabelecem a obrigatoriedade de inscrição do Perito Judicial e do Assistente Técnico na Associação de Peritos do Estado, pois ferem o disposto na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XX, que dispõe:

*“ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;”*

Com efeito, a filiação a associações e até mesmo a sua criação é facultativa, tendo em vista a personalidade privada da entidade, e depende da vontade dos interessados na sua constituição, não havendo, portanto, necessariamente, uma associação de Peritos em cada Estado da Federação.

Esse dispositivo poderia, inclusive, inviabilizar a atividade dos profissionais que não quisessem vir a se filiar nessas associações, pois tais entidades poderiam promover uma verdadeira “reserva de mercado” para aqueles que a compõem, impedindo o acesso de novos profissionais, criando mecanismos e barreiras de ingresso em seus quadros.

A inscrição do profissional somente pode ser obrigatória nos conselhos de fiscalização, autarquias especiais, que podem, inclusive, cobrar tributos compulsoriamente.

Por fim, devemos mencionar que a atividade do Perito Judicial e do Assistente Técnico está intimamente ligada à matéria de Direito Processual Civil, em particular da prova pericial. Exatamente por isso, a maior parte da matéria contida nesta iniciativa, a nosso ver, não compete a esta Comissão analisar, porque trata de alterações no processo civil. Assim sendo, argumentamos no sentido de que o presente projeto deva também ser analisado, no mérito, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

Isto posto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1.229, de 2007.

Sala da Comissão, em 05 de março de 2009.

**Deputada GORETE PEREIRA - Relatora**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.229/07, nos termos do parecer da relatora, Deputada Gorete Pereira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Sabino Castelo Branco - Presidente, Manuela D'Ávila - Vice-Presidente, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edgar Moury, Eudes Xavier, Gorete Pereira, Luciano Castro, Luiz Carlos Busato, Major Fábio, Mauro Nazif, Milton Monti, Paulo Rocha, Pedro Henry, Roberto Santiago, Vicentinho, Wilson Braga, Armando Abílio, Eduardo Barbosa, Emília Fernandes, Gladson Cameli, João Campos, Maria Helena, Osvaldo Reis e Sandra Rosado.

Sala da Comissão, em 4 de novembro de 2009.

**Deputado SABINO CASTELO BRANCO**  
**Presidente**

**FIM DO DOCUMENTO**